

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (CAp UFU)

André Luiz Sabino

MEMORIAL ACADÊMICO  
**Memórias afetivas de um professor**

Uberlândia – MG

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (CAp UFU)

André Luiz Sabino

MEMORIAL ACADÊMICO  
**Memórias afetivas de um professor**

Memorial descritivo apresentado ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp UFU), como requisito parcial para a obtenção do título de Docente Titular na Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT)

Uberlândia – MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

A848m  
2025

Sabino, André Luiz, 1966-  
Memorial descritivo [recurso eletrônico] : memória afetivas de um professor / André Luiz Sabino. - 2025.

Memorial Descritivo (Promoção para classe D - Professor Titular) - Universidade Federal de Uberlândia, Colégio de Aplicação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.me.2025.9>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações

1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de Uberlândia. Colégio de Aplicação. II. Título.

CDU: 378.124

---

André Carlos Francisco  
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408

Se territorializar-se envolve sempre uma relação de poder, ao mesmo tempo concreto e simbólico, é uma relação de poder mediada pelo espaço, ou seja, um controlar o espaço e, através deste controle, um controlar de processos sociais [...] e, como tal, haverá sempre, lado a lado, ganhadores e perdedores, controladores e controlados, territorializados que desterritorializam por uma reterritorialização sob seu comando e desterritorializados em busca de uma outra reterritorialização, de resistência e, portanto, distinta daquela imposta pelos seus desterritorializadores.

Rogério Haesbaert (2004, p.259)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (CAp UFU)

Memorial Acadêmico

Comissão Especial de Avaliação

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Suely Aparecida Gomes - CAp UFU (Presidente)

---

Prof. Titular Arcênio Meneses da Silva - IFTM

---

Prof. Dr. Sandro Nunes de Oliveira - IFB

---

Prof. Dr. Santer Alvares de Matos - Centro Pedagógico - CP UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Titular Ana Claudia Cunha Salum – CAp UFU (Suplente Interna)

---

Prof<sup>a</sup>. Titular Selma Sueli Santos Guimarães – CAp UFU (Suplente Interna)

Uberlândia – MG

2025

Ao meu marido, Rafael Ferreira Mortoza, que, ao longo do tempo, acompanha minha trajetória na vida e na educação.

## Agradecimentos

Viver e não ter a vergonha de ser feliz  
Cantar e cantar e cantar  
A beleza de ser um eterno aprendiz

Gonzaguinha

Agradecer, em um memorial, é o momento de curvar-se à vida em sua plenitude.

Tal qual estação de ônibus ou trem, onde alguns chegam, outros vão embora e certas pessoas permanecem, essa árdua tarefa envolve sujeitos, momentos, memórias e períodos e, por isso, a complexidade da escrita e a necessidade de fazer escolhas.

A educação, possibilidade desafiadora para um garoto de família pobre e batalhadora, se apresentou como oportunidade de construir um futuro melhor para si e para sua família. Por isso inicio agradeçendo a todos os professores e professoras, alunos e alunas das escolas públicas por onde passei na condição de estudante e aprendiz: Escola Estadual Afonso Arinos, Escola Estadual Ângela Teixeira Silva, Universidade Federal de Uberlândia e Universidade de São Paulo.

Também agradeço às outras escolas onde atuei como professor e aprendiz: Colégio Objetivo Uberlândia, Escola Estadual Ângela Teixeira Silva, Escola Estadual Renê Gianetti, Colégio Elvira Brandão, Externato Jardim Bonfiglioli, Colégio Pentágono, Fundação Bradesco, Colégio Santa Maria, Colégio Visconde de Porto Seguro e Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia - CAp UFU, anteriormente denominado Escola de Educação Básica da UFU, a ESEBA.

As experiências vividas nos lugares de formação e atuação até aqui foram imensas e diversas. Ao longo da caminhada dialoguei com docentes, estudantes, gestores, técnicos, profissionais de apoio, formadores e famílias, a quem extendo meu agradecimento, pois fizeram e fazem parte do lugar chamado escola. Foi nessa interseção que muito ensinei e muito aprendi/aprendo.

Ao longo da minha formação na educação básica, em função do desenrolar da(s) história(s), o afastamento se fez realidade e a memória se tornou difusa. Mas elas estão

aqui, talvez no lugar mais profundo do meu subconsciente. Julgo importante, portanto, agradecer aos colegas de formação básica que comigo compartilharam a jornada. De cada um guardo, na medida que as lembranças afloram, recordações e memórias que mesclam minha infância, adolescência, o eu estudante dos ensinos fundamental e médio, tudo isso vivenciado na Rua Araxá, uma rua de terra batida, que depois se tornou de pedras e hoje, é asfaltada, no Bairro Daniel Fonseca, em Uberlândia, Minas Gerais.

Apesar dessa espécie de alisamento da rua e dos apagamentos, talvez protetivos e preservantes da infância difícil e da constituição do ser humano em processo, as rugosidades<sup>1</sup> da minha existência pulsam e me fazem sentir aquecido, acolhido e acalourado.

A Universidade foi um divisor de águas em minha vida, para usar um termo geográfico. Nela experimentei uma ampliação de visão de mundo a partir das aulas, das leituras, dos trabalhos, das viagens, da participação em eventos científicos, dos debates, dentre tantas outras atividades proporcionadas no interior de uma instituição federal de ensino superior. Jamais imaginei que fosse viver esse processo de implosão, seguido de reconstrução, proporcionado pela academia e pela ciência geográfica.

Como não agradecer aos mestres Beatriz Ribeiro Soares, Vera Lúcia Salazar Pessoa, Marlene Colessanti, João Cleps Júnior, Irineu Antônio Siegler, Marilena de Oliveira, Antônio Feltran Filho, Maria Benedita Cavalini (a Benê), Maria Aparecida Alvim Souza, Artura Pietro, Édson, Roberto Rosa, Samuel do Carmo Lima, Silvio Luiz Andreozzi, só para citar alguns do Departamento de Geografia da UFU, como era denominado no final dos anos 80. Para além do meu lugar de formação no magistério superior, também cito os docentes dos Departamentos de Filosofia, História, Economia, Psicologia e Educação com quem estudei: vocês transformaram a minha vida.

Também na graduação, fiz amigos que levo para a vida, como Fernando Araújo Sobrinho, Marco Túlio Mendes Eterno, Iara Vieira Guimarães, William Rodrigues e Gleice

---

<sup>1</sup> As rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. (SANTOS, 2003, p.92)

Aparecida Xavier, além de outros tantos com quem convivo pessoalmente ou em vibrações, a quem me rendo para dizer como cada um de vocês foi, e é, especial em minha vida.

O mesmo ocorreu ao longo da Pós-Graduação, no mestrado e doutorado, realizados na Universidade de São Paulo. Agradeço aos mestres e às mestras por tanta leitura, debate e formação crítica. Agradeço ao Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigi e a Profª. Drª. Amália Inês Geraiges de Lemos, pela orientação no primeiro mestrado inconcluso e minha inserção na metrópole de São Paulo pelo olhar da geografia. Em especial e com todo o carinho e admiração, agradeço a Profª. Drª. Rita de Cássia Ariza da Cruz que posteriormente me orientou em um novo mestrado e no posterior doutorado. Exímia orientadora e uma amiga de longa data. Para além dos que me orientaram, é preciso dizer que outros docentes, em seus cursos na Pós-Graduação ou em seminários, proporcionaram consistente formação, que foi se acomodando em mim, trazendo a clareza e a maturidade que somente a educação pode proporcionar.

Também na Pós Graduação da USP fiz muitos amigos e amigas a quem agradeço pelo aprendizado, pelos estudos e pelas parcerias. Em especial cito Fábio Silveira Molina, Carolina Todesco, Sara Pugliesi Larabure, Rodolfo Pereira das Chagas, Isabela Silveira Machado, Marco Antônio Gomes, Heloísa dos Santos Reis, Camila Orsi Trevisan, Mariana Guedes Raggi e Ronaldo dos Santos Ornellas. Tanto tenho a agradecer a vocês pelas vivências.

Os meus agradecimentos à Universidade Federal de Uberlândia, ao Colégio de Aplicação, lugar onde atuo e aos meus colegas da Área de Geografia Profª. Drª. Ínia Franco de Novaes, Profª Drª Suely Aparecida Gomes, Prof. Me. Marco Túlio Mendes Eterno, Profª Drª. Elisângela de Azevedo Silva Rodrigues e Profª. Drª Lidiane Aparecida Alves. Foi, e é com vocês que cotidianamente divido minha existência e minha prática como professor. Também cito a oportunidade de ter vivenciado esse tempo com muitos docentes aposentados, em especial Prof. Titular Hudson Rodrigues Lima e Profª. Titular Fátima da Silveira Greco, e também a docentes substitutos que atuaram em nossa área e deixaram suas marcas como educadores.

Agradeço aos estudantes que me permitiram ministrar aulas ao longo de tantos anos, em todos os lugares por onde passei. Foram tantos momentos de discussão e de

debates que somente a sala de aula pode proporcionar. Com vocês muito aprendi e espero ter ensinado.

A todo o corpo docente e técnico do CAp UFU, com quem caminho há mais de quinze anos, lidando com as mais diversas situações, e que me ajudaram a transformá-las em situações de aprendizagem, deixo meu obrigado. Em cada momento, em cada vivência e pelas relações nos mesclamos, constituindo novas formas de vermos o mundo e a vida. Obrigado a todos e todas.

Na atuação na UFU, destaco a oportunidade de trabalho na Associação de Docentes da UFU, ADUFU Sessão Sindical, onde atuo na Diretoria Colegiada. A ADUFU foi, e é o lugar que me permite uma formação pessoal, profissional e política consistente, me ensinando pela prática e pela luta por uma educação pública laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada a possibilidade de formação crítica de cidadãos capazes de enfrentar as contradições do mundo capitalista contemporâneo, dando outra roupagem ao papel dos professores e das professoras em sala de aula. Agradeço às Diretorias da ADUFU e aos profissionais que atuam nessa Sessão Sindical por acreditarem na luta sindical como possibilidade de formação crítica e transformadora dos filhos e filhas da classe operária como alternativa para construirmos um mundo melhor.

Aos participantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação Educacional, o GEPAE FACED UFU, a possibilidade dos encontros, do alinhamento e de poder pensar a avaliação formativa como possibilidade maior de diálogo do que de punição me tem sido fundamental. Nessa linha, aos membros do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia e História – GEPEGH, também na FACED UFU, destaco o aprendizado que o ensino de Geografia e História pode contribuir para uma formação crítica de educadores e educadores que, no chão da sala de aula, acolhem pessoas, ideias, sentimentos e possibilidades, ressignificando nossa jornada.

No campo pessoal, refenco a todos os meus amigos e amigas, alguns mais próximos, outros mais distantes que, em alguma medida, estão presentes em minha vida. Em destaque agradeço a Maria Cristina Forti e José Luiz de Souza e Alves (o Kuka), um casal de irmãos que a vida me presenciou, assim como Nilza Tabai. Amigos de longa data, que moram em São Paulo, onde residi. Também em São Paulo, agradeço a Rosana, Ronei e Rita Cruz, porto seguro que sempre me acolhem.

Aqui em Uberlândia, aos tantos amigos e amigas, que partilham o viver e o vivenciar terras mineiras, fica minha gratidão. São tantos que não me arvorarei a citar nomes.

Agradeço aos meus pais, Manoelina de Oliveira Sabino e Antônio Rosa Sabino que, na sua simplicidade e pouca formação, entenderam minha vontade de caminhar e me permitiram o vôo, à sua maneira, para lugares cada vez mais distantes e desafiadores.

Aos meus irmãos, Maria Bernardeth Sabino (a Bete ou Bebé), Celso Luiz Sabino e Patrícia Sabino de Oliveira, meu obrigado por tudo: pelas histórias, acolhidas, desavenças e alinhamentos. Até hoje nos falamos sempre e encontramos, um no outro, a segurança necessária para continuarmos a caminhar. Agradecendo às minhas irmãs, agradeço a sobrinha e aos sobrinhos netos, que já estão enormes e seguindo suas vidas. É preciso voar para lugares distantes e desconhecidos, pois, quando temos projeto e sabemos onde queremos chegar, não importa o tempo. Grato, e contem comigo.

Por fim, agradeço ao Rafael Ferreira Mortoza, meu marido e companheiro, e a sua família, que me adotou. Com você, caminho há mais de uma década. Entre amor, desafios e parceria, construímos nossa família e, sem você, nada disso teria sido possível. Obrigado por tudo e que a vida continue nos possibilitando viver nosso amor em sua plenitude.

Gratidão!

## **Resumo**

Este memorial é um relato descritivo, reflexivo e crítico sobre a trajetória de uma criança, filho de pai serralheiro e mãe costureira, que nasceu na periferia de uma pequena cidade mineira em meados dos anos 60 e vivenciou a árdua tarefa de sobreviver, entre tantas contradições que o mundo apresentava.

Na década de 70, a escola abriu novas possibilidades, e o menino, um rapazote, começou a ver o mundo por outros olhos, por olhos de professores e professoras dos antigos 1º e 2º Graus. O silêncio foi dando lugar a uma voz que, tímida, começava a se fazer ouvir, interna e externamente. Já adulto, no final dos anos de 80, a entrada na universidade concretizou a passagem de um mundo para outro completamente distinto, com possibilidades e desafios. O olhar mudou muito a partir da mirada crítica e analítica construída pelo contato com a ciência geográfica.

A universidade, na graduação e pós-graduação, possibilitou a inserção no mundo do trabalho como professor, lidando com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos na condição de aprendizes. O diálogo com gestores, com elaboradores de políticas públicas voltadas para a educação e para planejamento urbano, regional e de turismo, área que escolheu para desenvolver suas pesquisas, constitui-se como caminho para o mundo da pesquisa.

Anos se passaram, entre muitas escolas e escolhas, e a história se apresenta, desde a infância até a fase adulta, como forma de registrar memórias afetivas de um professor, condição para alcançar a condição de Professor Titular em uma universidade pública brasileira.

Como narrativa, o presente memorial tem início com a rua e as memórias, descritas nos capítulos 1 e 2. Na sequência, relata o contato com a leitura e o ambiente escolar, desde as primeiras letras até o magistério superior, conteúdo do capítulo 3. A experiência com os cursos de pós-graduação fazem parte dos capítulos 4, 5 e 6, e o relato se encerra no território escolar do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia, o CAp UFU, no capítulo 7, que fecha a escrita.

Como processo, a escrita navega entre a vida pessoal, a vida profissional, a vida acadêmica e as memórias, perpassadas pelas ligações ao longo do espaço e do tempo. O

caminho escolhido foi da descrição, reflexão e crítica sobre minha trajetória, permeado por vivências em diferentes momentos.

**Palavras-chave:** Geografia, educação, planejamento regional, turismo.

## Abstract

This memorial is a descriptive, reflective, and critical account of a child's journey — the son of a locksmith father and a seamstress mother — who was born in the outskirts of a small town in Minas Gerais in the mid-1960s and faced the arduous task of surviving amid the many contradictions the world presented.

In the 1970s, school opened new possibilities to the boy who, now a young adolescent, started seeing the world through different eyes — through the eyes of his teachers from the former Primary and Secondary Education. Silence gradually gave way to a voice that, though timid, started to make itself heard, both internally and externally. As an adult, in the late 1980s, joining the university marked the passage from one world to an entirely different one, filled with possibilities and challenges. His perspective changed profoundly through the critical and analytical lens developed by his engagement with geographical science.

University life, both in undergraduate and graduate studies, enabled his entry into the world of work as a teacher, interacting with children, teenagers, young people, adults, and the elderly in the role of learners. Dialogue with managers and policymakers in education, urban and regional planning, and tourism — the field he chose for his research — became a pathway into the world of academic research.

Over the years, through many schools and choices, his story unfolds — from childhood to adulthood — as a means of recording the affective memories of a teacher, a necessary step toward attaining the position of Full Professor at a Brazilian public university. The narrative of this memorial begins with the street and the memories, described in Chapters 1 and 2. It then recounts his contact with reading and the school environment, from literacy to higher education, which are addressed in Chapter 3. His experiences in graduate studies are presented in Chapters 4, 5, and 6. The account concludes in the

educational ground of the *Colégio de Aplicação* of the Federal University of Uberlândia (CAp UFU), described in Chapter 7, which closes the writing.

As a process, the writing navigates between personal, professional, and academic life, intertwined with crossing memories over space and time. The chosen path is one of description, reflection, and critique of my own trajectory, filled with experiences from different moments of life.

**Key-words:** Geography, education, regional planning, tourism.

## **Lista de Siglas**

ADUFU – Associação de Docentes da Universidade Federal de Uberlândia

AEE – Atendimento Educacional Especializado

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

CAp – Colégio de Aplicação

CMTT – Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo.

CONTUR – Conselho Municipal de Turismo

CP – Centro Pedagógico

CPA – Conselho Pedagógico Administrativo

CRUSP – Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo

Ctbc – Companhia de Telefones do Brasil Central

DPUO – Domicílios Particulares de Uso Ocasional

EBTT – Educação Básica, Técnica e Tecnológica

EEATS – Estadual Ângela Teixeira Silva

ESEBA – Escola de Educação Básica

ESTES – Escola Técnica de Saúde

FETUR – Fundo Especial de Turismo

FACED – Faculdade de Educação

GEPAE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Avaliação Educacional

GEPEGH – Grupo de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia e História

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB – Instituto Federal de Brasília

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro

MEC – Ministério da Educação

SMTT – Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

USP – Universidade de São Paulo

ZTR – Zonas Turísticas

## **Lista de figuras**

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Irmã Patrícia Sabino de Oliveira (esquerda) e mamãe, Manoelina de Oliveira Sabino (direita) .....      | 17  |
| Figura 2 - Meu pai, Antônio Rosa Sabino.....  | 17  |
| Figura 3 - Capa do curso de corte e costura. ....   | 19  |
| Figura 4 - Prédio da escola de alfabetização inicial, localizado na Av. Paes Leme, Uberlândia - MG .....          | 28  |
| Figura 5 - Prédio da Escola Estadual Afonso Arinos, Uberlândia - MG .....   | 29  |
| Figura 6 - Prédio da Escola Ângela Teixeira Silva, Uberlândia - MG.....   | 30  |
| Figura 7 - Trabalho de Campo para Campos do Jordão, SP, 1989.....   | 33  |
| Figura 8 - Carteira de Estagiário - Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT) - Uberlândia MG..... | 34  |
| Figura 9 - Cartão de Identificação Pós-Graduação USP .....  | 38  |
| Figura 10 - O mistério de Irma Vap (ingresso) .....   | 38  |
| Figura 11 - Ingresso Show Caetano Veloso e Gilberto Gil, São Paulo .....  | 39  |
| Figura 12 - Fundação Bradesco - capa de trabalho e avaliação do semestre (1999).....                              | 41  |
| Figura 13 - Programa de Formação Continuada de Monitores EJAI – Fundação Bradesco 2002 .41                        |     |
| Figura 14 - Missa do dia do trabalhador (2008) e Vivência com funcionários (2002).....                            | 42  |
| Figura 15 - Bertioga - Condomínios .....  | 57  |
| Figura 16 - Villa Indaya .....  | 60  |
| Figura 17 - Bairro Indaiá - Carências .....   | 65  |
| Figura 18 - - Brasil - DPUO (distribuição, variação e expansão) 2010.....   | 73  |
| Figura 19 - Sudeste – DPUO por microrregiões – Total e Variação (%) - 2000/2010 .....                             | 78  |
| Figura 20 - Área de estudo .....  | 84  |
| Figura 21- Piúma - localização.....   | 85  |
| Figura 22 - Bairro Itaputanga .....   | 88  |
| Figura 23 - Piúma - Domicílios particulares – totais e em construção 2010 (%).....                                | 90  |
| Figura 24 - Mangaratiba – localização .....   | 92  |
| Figura 25 - Mangaratiba – Domicílios particulares – totais e em construção 2010.....                              | 96  |
| Figura 26 - Ilha Comprida - localização .....   | 98  |
| Figura 27 - Ilha Comprida Domicílios Particulares.....  | 106 |
| Figura 28 - Protocolo de inscrição - concurso CAp UFU 2010 .....  | 112 |
| Figura 29 - Estudantes em vivência em Escola de Arte Circense (28/09/2010) .....                                  | 114 |
| Figura 30 - Comunidade ESEBA na Reitoria UFU (18/05/2011) .....   | 115 |
| Figura 31 - Dando o sangue para a educação, Hemocentro de Uberlândia (14/05/2011) .....                           | 115 |
| Figura 32 - Ficha de avaliação de estágio curricular da licenciatura em Geografia .....                           | 116 |
| Figura 33 - Cartaz VII SICEA - Florianópolis SC .....   | 118 |
| Figura 34 - Portaria de designação para Diretor ESEBA UFU.....  | 127 |

## **Lista de Tabelas**

|   |    |
|---|----|
| Tabela 01 - Disciplinas cursadas (1993 e 1994) .....  | 38 |
| Tabela 02 - Escolas onde fui docente .....  | 43 |
| Tabela 03 - Região Metropolitana da Baixada Santista .....  | 55 |
| Tabela 04 - Brasil e Regiões - Domicílios Particulares e Domicílios Particulares de Uso Ocasional 1980 – 2010 .....               | 75 |
| Tabela 05 - Brasil – Domicílios particulares e domicílios particulares de uso ocasional (total e variação em %) 1970 – 2022 ..... | 79 |

## **Sumário**

|  |    |
|--|----|
| Agradecimentos .....   | 1  |
| Resumo .....   | 6  |
| Abstract.....  | 7  |
| Lista de Siglas.....   | 9  |
| Lista de figuras .....   | 11 |
| Lista de Tabelas .....   | 12 |
| 1 ENTRE MEMÓRIAS, APAGAMENTOS E RESISTÊNCIAS .....   | 15 |
| 2. MEMÓRIAS PRIVADAS (ENTRECRUZAMENTOS): A FAMÍLIA, A RUA E O BAIRRO .....                                 | 17 |
| 3. O CONTATO COM A LEITURA, A ESCRITA E AS ABSTRAÇÕES: A EDUCAÇÃO BÁSICA.....                              | 27 |
| 3.1. ALFABETIZAÇÃO E A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO ESCOLAR.....   | 28 |
| 3.2. ENSINO FUNDAMENTAL E POSSIBILIDADES .....   | 29 |
| 3.3. MUNDO POSSÍVEL E PARTICULAR - SOBRE ANSEIOS E MEDOS, COMPLEXIDADE E APROPRIAÇÃO: O ENSINO MÉDIO.....  | 30 |
| 3.4. UMA JANELA AMPLIADA PARA O MUNDO: O PAPEL DA UNIVERSIDADE .....                                       | 32 |
| 4. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA COM A PÓS-GRADUAÇÃO: URBANO E PLANEJAMENTO .....                                 | 37 |
| 5. O RETORNO À ACADEMIA: SEGUNDA RESIDÊNCIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O CASO DE BERTIOGA - SP ..... | 44 |
| 5.1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM BERTIOGA.....   | 45 |
| 5.2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM BERTIOGA .....  | 50 |
| 5.3. AS NORMAS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO .....  | 51 |
| 5.4. BERTIOGA E CAPITAL IMOBILIÁRIO .....  | 54 |
| 5.5. O FENÔMENO DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS.....  | 55 |
| 5.6. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM INDAIÁ .....  | 59 |

|  |     |
|--|-----|
| 5.7. A REALIDADE EM INDAIÁ.....  | 63  |
| 5.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....   | 66  |
| 6. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA CASA DE PRAIA NO LITORAL SUDESTE<br>BRASILEIRO: EXPERIÊNCIA DO DOUTORADO.....     | 69  |
| 6.1. DOMICÍLIOS PARTICULARES DE USO OCASIONAL NO LITORAL<br>SUDESTE BRASILEIRO .....                           | 70  |
| 6.2. O INCREMENTO DA URBANIZAÇÃO LITORÂNEA .....   | 72  |
| 6.3. A REINVENÇÃO DO LITORAL E A EXPLOSÃO DOS DPUO .....   | 74  |
| 6.4. DPUO, ESTADO E O INCREMENTO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO: A<br>CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA CIDADE LITORÂNEA ..... | 79  |
| 6.5. OS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL E O ESPAÇO LITORÂNEO<br>DO SUDESTE.....                                    | 82  |
| 6.6. PIÚMA (ES): O PREDOMÍNIO DO MEIO NATURAL E O USO DO<br>TERRITÓRIO.....                                    | 85  |
| 6.7. MANGARATIBA: DE “PRINCESINHA DO RIO” À RAINHA DAS<br>SEGUNDAS RESIDÊNCIAS.....                            | 91  |
| 6.8. ILHA COMPRIDA: SOL E MAR, PROTEÇÃO AMBIENTAL E DPUO .....   | 98  |
| 6.9. SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO DPUO NO LITORAL<br>SUDESTE BRASILEIRO .....                               | 107 |
| 7. O TRABALHO COMO DOCENTE NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFU (CAp UFU)<br>.....                                   | 112 |
| 7.1. O PROFESSOR COMO GESTOR: FORMAÇÃO E DESAFIOS .....  | 126 |
| 7.2. O RETORNO PARA A SALA DE AULA.....  | 137 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 149 |
| BIBLIOGRAFIA.....  | 151 |

# 1 ENTRE MEMÓRIAS, APAGAMENTOS E RESISTÊNCIAS

*Dilema*

O que muito me confunde  
é que no fundo de mim estou eu  
e no fundo de mim estou eu.

No fundo  
sei que não sou sem fim  
e sou feito de um mundo imenso  
imerso num universo  
que não é feito de mim.

Mas mesmo isso é controverso  
se nos versos de um poema  
perverso sai o reverso.

Disperso num tal dilema  
o certo é reconhecer:  
no fundo de mim  
sou sem fundo.

Antônio Cícero (2002)

A escrita de um memorial, a ser apresentado para uma banca com o objetivo de alcançar o patamar de Professor Titular em um Colégio de Aplicação (CAp) no interior de uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), impõe o resgate de uma existência simbolizada pela busca e acionamento de memórias de uma vida inteira, apagadas por seleção natural como forma de existência/resistência/sobrevivência e, em paralelo, pela reconstrução da minha vida pessoal e profissional como professor de geografia, atuando, sobretudo, na educação básica.

Por isso escolhi o poema de Antônio Cícero para a abertura desse tópico, pois, ao ponderar que “no fundo de mim sou sem fundo”, joga luz sobre o passado, com imagens resgatadas e ressignificadas, ilumina o presente, momento de escrita deste memorial, em que me vejo como sujeito com minhas subjetividades e, por fim, remete ao futuro, pois as histórias, os apagamentos e as memórias afetivas de um professor nunca se encerram.

Fredrigo<sup>2</sup>, ao introduzir a obra de Oliveira (2023, p. 6)<sup>3</sup>, questiona se “é certo que a perda nos conduz à união por meio de feridas” e afirma que as feridas são capazes de revelar abstrações e ausências, e podem ser aferidas coletivamente do ponto de vista histórico através de suas cicatrizes, conduzindo o nosso olhar para a sociedade e para o contexto que as engendrou, pontuando como certeza que o trauma nos conduz à reelaboração. Neste sentido, faz-se necessário contar um pouco da minha história.

---

<sup>2</sup> Fabiana de Souza Fredrigo, Professora associada II da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás. In: Oliveira (2023, p. 6).

<sup>3</sup> Oliveira (2023) analisa o papel do trauma na consolidação do sujeito ao longo de sua existência e se debruça sobre a cultura política e as reconstruções, ao longo do tempo, em/de Ferreira Gullar.

## 2. MEMÓRIAS PRIVADAS (ENTRECRUZAMENTOS): A FAMÍLIA, A RUA E O BAIRRO

Nasci em Uberlândia, Minas Gerais, no dia 06 de agosto do ano de 1966. Filho de Manoelina de Oliveira Sabino (figura 01) e Antônio Rosa Sabino (figura 02), fui o filho caçula de três irmãos até a chegada tardia de uma irmã adotiva.

Meu pai, um serralheiro com pouca escolaridade que manuseava a arte das barras de metal como ninguém, foi um profissional de primeira linha. Fechado e carrancudo, foi um homem de pouco carinho aparente e não chegou a constituir o entendimento necessário para fomentar nos filhos a paixão pela educação. Sua vida não foi fácil e, de forma trágica, faleceu em um lugar distante, longe dos filhos e em uma situação que não permitiu a despedida como ela deveria ter ocorrido.

Figura 2 - Meu pai, Antônio Rosa Sabino



Acervo pessoal

Figura 1 - Irmã Patrícia Sabino de Oliveira (esquerda) e mamãe, Manoelina de Oliveira Sabino (direita).



Acervo pessoal

De uma família numerosa, meu pai teve como irmãos meus tios Divino Sabino, Eurípedes Sabino e João Sabino (tio Nego) e suas esposas (Aparecida, Oraida e Maria, respectivamente). Do lado feminino, meu pai teve as irmãs tia Fia (Maria de Lourdes Sousa) e Rosa, e seus respectivos maridos, tios Altemir e Paulo.

Na minha infância e adolescência, tio Divino e tia Aparecida moravam na Avenida dos Andradas, atual Avenida Raulino Cotta Pacheco, esquina com a Rua Professor João Basílio, em Uberlândia, MG. Nesse lugar, um dos meus primos tinha uma oficina de motos, e lá vi algo que me encantou: uma Garelli Cíntia - ali se instalou um sonho de um dia ter uma

motoneta daquelas que, naquele momento, me parecia imensa.

Depois, meus tios compraram uma casa no Conjunto Habitacional Luizote de Freitas e para lá se mudaram. A família dos meus tios Eurípedes e Aparecida era constituída por cinco filhos: Nely Raquel, Nilza, Isa, Marcos e Maxwell que, por sua vez, constituíram novos agrupamentos familiares.

Já tio Eurípedes Sabino, com tia Oraida, também teve uma prole de cinco filhos: Davi, Davilson, Ismael, Eunice e Ione, que tiveram seus próprios filhos e filhas, dando continuidade à novas gerações familiares.

Tio Nego e tia Maria, por sua vez, tiveram uma única filha, Cíntia, que hoje constitui seu núcleo familiar com seu marido, um casal de filhos, netos e netas. Me lembro das visitas à casa de tia Maria e tio Nego, quando moraram perto da Praça Nicolau Feres, onde íamos brincar e ver a vida acontecer.

De tia Fia e tio Altemir me vem à memória a moradia que tinham em Uberlândia, quando meu tio trabalhava na extinta fábrica de macarrão Reimassas, momento em que convivemos de forma próxima, na Rua Araxá, no Bairro Daniel Fonseca. Nesse tempo, pude usufruir da companhia dos meus primos e primas Altemir Júnior, John, Jane e Janilda. Com a mudança de minha tia Fia e sua família para Goiânia, não mais compartimos o cotidiano, e a convivência se tornou distante. Tia Fia, uma mulher muito elegante, tinha um ateliê de alta costura em Goiânia, lugar onde consolidou uma família linda, e para onde fui, algumas vezes, aproveitar o Parque Mutirama. Na atualidade, sempre que o encontro com esses primos e primas acontece, a memória é regada por café e quitutes feitos por Janilda, para manter viva a chama da existência familiar.

De tia Rosa e tio Paulo, um migrante nordestino, confeiteiro de mão cheia que trabalhava em padarias, me recordo do cheiro constante das massas de pão e bolos, do perfume das roscas sendo preparadas e assadas e dos *petit fours* que ele fazia quando morava em Uberlândia, em uma colônia no mesmo quarteirão da minha família, na rua Bernardo Cupertino. Essa memória se associa a muitas fornadas. Penso que daí vem meu gosto pela cozinha, pelos bolos e pães, que hoje me auxiliam a desacelerar a mente, aquecer o coração e sentar-me à mesa com aqueles que me são especiais. O núcleo familiar de tia Rosa e tio Paulo que, junto a sua prole, brindou minha existência desde a

primeira infância, foi fundamental na minha constituição. Me recordo com muito carinho das pequenas Jaqueline e Janete, que hoje moram fora do Brasil, assim como dos primos Jaquerlan e Paulo Júnior, com quem, entre brinquedos e trocas, fui edificando minha trajetória.

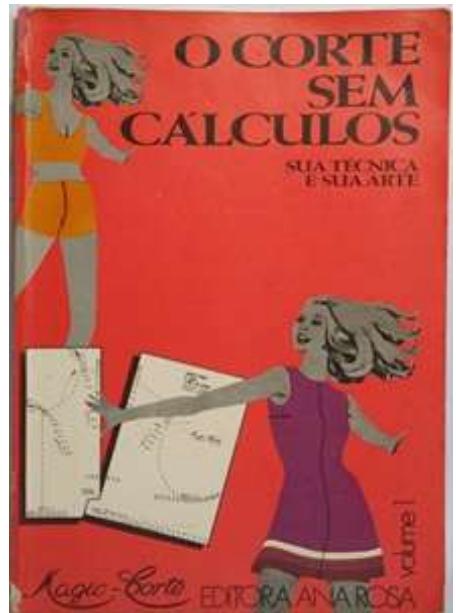
Minha mãe, uma costureira de mão cheia, modista e Professora de Corte e Costura pelo método Corte sem Cálculos, da Editora Ana Rosa, sediada em São Paulo (figura 03), teve uma formação escolar restrita. Ela foi uma mulher batalhadora e de fibra que, durante longas horas sentada em uma máquina de costura, alimentou e educou os seus filhos. Somente parava para jogar paciência, muitas vezes sozinha, na solidão/solitude de seus pensamentos. Teve uma vida difícil ao lado do meu pai e influenciou na vida escolar dos filhos na medida do possível, pois a lida pela sobrevivência era árdua e contínua e, à sua maneira, acolhia os filhos no turbilhão da vida acontecendo.

A ela, que partiu cedo, me deixando a tarefa de (sobre)viver e continuar minha luta e minha formação, dedico o poema a seguir, de um livro que ganhei de uma colega professora de História, mineira de Araguari vivendo em São Paulo, Vera Bechara, no ano de 2001, quando trabalhamos juntos em Osasco:

#### Quarto de costura<sup>4</sup>

Minha mãe me ensinou a costurar  
meu pai me ensinou a escrever,  
escrevo as costuras dela  
e costuro as palavras dele.  
Costuro na máquina de escrever  
escrevo na máquina de costura  
cada babado e vírgula,  
cada bainha e dois pontos  
franzidos ou nervurados.  
Minha caixa de linhas é colorida

Figura 3 - Capa do curso de corte e costura.



Editora Ana Rosa, SP, 1977

<sup>4</sup> Amarante, 2013, p. 4.

minha memória é de ponto de sombra,  
atrás, cheio de histórias.  
Escrevendo costuro cada ponto e desaponto,  
e minha lembrança,  
vivendo me lembro das palavras do meu pai  
e das mãos da minha mãe.  
Sendo sou matiz bordado  
no entremeio dos meus pais.

De minha tia Maria, de quem tenho uma saudade gigante, lembro dos quitutes que encantavam a criançada da família: eram pães de queijo e broas feitas na hora, cujas medidas eram realizadas em copo americano e em prato esmaltado. Em seu quintal, na rua Alexandre Marques, sempre tinha uma árvore com um louro falante e, às vezes, um cachorro de estimação.

Nesse ambiente familiar e de referência, também tinha meu tio João, um homem forte, claro e de olhos azuis, um marceneiro que adorava jogar cartas e que morou anteriormente com sua família na avenida Paes Leme, em uma colônia de casas que dava fundos com a nossa, momento em que foi prazerosa a convivência com minhas quatro primas: Amair, Maria Eterna, Vera e Marilene Vasconcelos, sendo a última minha madrinha, professora dedicada de ciências que sempre me presenteava com livros.

No núcleo fraternal de minha mãe, também foram importantes vetores em minha formação outros tios e tias, como tia Eliza Valadão Keocheguerian, mulher de fibra, disposta e divertida, sempre de bem com a vida e que fazia diversos trabalhos quando morava em São Paulo, uma cidade que sempre me encantou. Essa mulher guerreira, ainda que a distância, em parceria de vida com meu tio Ivan, dentista de origem armênia, foi figura crucial na minha vida, pois, como espelho, me mostrava junto aos meus primos Alexandre, Ivan e Elza Mara, que eu tinha bases fortes e exemplos a serem seguidos.

Uma passagem inesquecível com tia Eliza e tio Ivan foi minha primeira ida à cidade de São Paulo, em janeiro de 1982, quando tinha 15 anos de idade. Nesta viagem, além de ter meus dentes devidamente tratados pelo meu tio, vivenciei a partida da Cantora Elis Regina com a metrópole paulistana em coro, cantando sua despedida, o que me marcou profundamente. Nessa época eu nem imaginaria que um dia moraria nesta cidade encantadora e adoraria Elis e a música popular brasileira

Como a memória não é feita somente de imagens, nesse momento sinto o cheiro dos automóveis e das garagens em São Paulo e me vem, como filme, os carros atravessando a Avenida São João com a Rua Helvétia, onde meus tios moravam.

A memória age “tecendo” fios entre os seres, os lugares, os acontecimentos, (tornando uns mais densos que outros) mais do que recuperando-os, resgatando-os, ou descrevendo-os como “realmente” aconteceram. Atualizando o passado - reencontrando o vivido “ao mesmo tempo no passado e no presente” -, a memória recria o real; nesse sentido é a própria realidade que se forma na (e pela) memória<sup>5</sup>.

Já tia Meura Martins Valadão, uma advogada mineira que viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, na busca por melhores condições de vida para si e para a sua família, foi aluna da educação supletiva e, já na grande cidade, cursou Direito em turno noturno, ingressou no serviço público estadual paulista, onde se aposentou e seguiu advogando. Mulher forte e reservada, nos proporcionou lindos dias em sua casa de praia no município litorâneo de Itanhaém, lugar onde tive o primeiro contato com o turismo à beira-mar. Nessa casa e mesas, onde coadunavam comida, baralho, conversa e memórias, bons momentos passamos.

Já tia Marta, mulher batalhadora, viveu muito tempo em Goiás, entre as cidades de Quirinópolis e Paranaiguara, e era uma alegre e divertida mulher que gostava de aproveitar a vida na companhia dos irmãos e da família. As férias passadas no Hotel dos Viajantes, na pequena cidade de Paranaiguara, no estado de Goiás, eram regadas por idas até São Simão para nos divertirmos na praia de água doce de represa, momentos inesquecíveis. O arroz com carne que tia Marta fazia não sai da memória, assim como o tempo que passamos com seu filho, nosso primo Rafael Martins Valadão, com quem partilhei boa parte da vida e do tempo, tanto em Goiás, como em Minas Gerais, quando ele veio cursar Ciências Biológicas na Universidade Federal de Uberlândia. Hoje Rafael é técnico do ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, atua na fronteira de

---

<sup>5</sup> Jacy Alves de Seixas. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: Bresciani, Stella (ORG.); NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagação sobre uma questão sensível**. 2 ed. Campinas: UNICAMP, 2004. P. 51. Citada por Oliveira (2023, p. 92).

conservação da natureza e sua casa se assemelha a um horto, onde ele cultiva lindas e diversas espécies de plantas, as quais ele denomina sua coleção de estrelas.

Tia Elza, por sua vez, se formou em Medicina, contando com o apoio de sua irmã Meura. Atuou na área médica por toda a vida, estabeleceu uma linda família e teve dois filhos, Daniel e Pedro, também na metrópole paulistana. Hoje mora em Itanhaém, no litoral sul do estado de São Paulo, onde pratica a medicina de uma linda maneira, respeitando os seus limites e sua velocidade, como a de cada um de seus pacientes.

Tio João Batista, por sua vez, com seu jeito aventureiro, embrenhou-se por Mato Grosso, casou-se, teve um filho e retornou a Itanhaém, para ficar com suas irmãs Elza, Meura e Marta, onde passou a viver até sua partida.

Tio Valdir e tia Malvina, sempre presentes com seus filhos Valdir Jr, o Juninho e minha prima Mabel, acolheram a mim e a minha família, possibilitando o convívio e um lindo modelo de estrutura familiar. Por isso, pela vida junto, moldaram o que hoje sou. Esquecer a devocão de tia Malvina ao coro da igreja, à vida de sua família e à sua casa, repleta de plantas e flores bem cuidadas, além dos doces que fazia, é uma tarefa impossível. Sorte tenho eu de, até hoje, poder visitá-la e compartilhar um café feito na hora e um doce de pau de mamão ralado com coco, uma memória de transbordar de alegria a mente e o coração; a cada visita à casa de tia Malvina, minha coleção de plantas cresce.

Por fim, tia Magnólia, casada com tio Arismino, que morava em Ituiutaba, perdeu sua vida jovem em um acidente automobilístico na rodovia, deixando os primos Hélio, Célia, Selmiramis, Salma e José Carlos, cada um vivendo em um lugar diferente por esse país afora, com suas famílias.

Uma última consideração sobre a minha ancestralidade são as presenças das avós, haja visto que não tive contato com meus avôs, que morreram cedo: vovó materna Norica, uma linda senhora de pele clara, olhos azuis e um lindo cabelo branco como nuvem, a típica vovó dos contos de fada, com quem convivi bastante e acompanhei sua fase senil, com a energia de um adolescente agitado, como era, e que ela respondia dando bengaladas - que saudade.

Com minha avó paterna, Maria, tive um contato mais distante, pois morava no estado de Goiás, mais próxima de suas filhas, tias Fia e Rosa. Reza a lenda que ela era descendente de nativos, que tinha sido capturada e que foi apaixonada pelo “Bem”, seu eterno e mais jovem namorado.

Assim se deu minha chegada ao mundo, nascido de parto normal, realizado em casa pela Doutora Maria Amélia, na Rua Tomazinho Rezende, em uma casa simples e com a presença de familiares. Era para eu me chamar João e me tornei André Luiz, por influência de minha tia Maria Vasconcelos, irmã espírita e muito próxima da minha mãe.

Nasci, portanto, dois anos após o golpe militar que impingiu ao Brasil a tortura e o exílio e retirou/restringiu a possibilidade de formação crítica de pessoas pela educação e pela vida, impondo ao cotidiano o medo e a tortura.

Aqui me permito citar Oliveira (2023, p. 74) que, ao analisar o impacto do golpe militar de 1964 na vida do poeta Ferreira Gullar, a partir de sua produção poética durante o exílio sofrido na Argentina no ano de 1975, quando escreveu o Poema Sujo, pondera que a vida é urgente, a esperança não se desgastou, as memórias a partir da escrita são visitáveis e o trauma conduz a análise e a consequente reelaboração, e, por isso, “diante do autoritarismo, é preciso lutar. E a vida, como um coice, clama constantemente o poeta [e o professor] à luta”. Creio que assim, em certa medida, sobrevivi ao período da ditadura como um jovem em formação.

Na casa onde nasci, um casebre próximo da atual Avenida Marcos de Freitas Costa, por mim ainda chamada de Avenida Goiânia, tinha uma mina d’água que atualmente encontra-se coberta por concreto e asfalto de uma cidade que muito cresce e se verticaliza.

Nesse local, fui apresentado ao maior desafio da minha existência: a vida e suas adjacências (as pessoas, os lugares e as relações) e, por isso, mais uma vez justifico a escolha do poema Dilema, de Antônio Cícero, que afirma que “no fundo de mim sou sem fundo”, pois constituído sou, desde minha chegada, por todas as pessoas que me atravessaram e ainda atravessam, por todos os lugares que, como vetores, entraram pelo meu olhar e acomodaram-se em mim, pelas relações que estabeleci ao longo da vida e na profissão docente. Ainda, e sobretudo hoje, sigo em (des)constituição e (des)construção.

Vale lembrar das memórias da Rua Araxá, lugar para onde minha família se mudou quando eu tinha apenas seis meses de vida. Nesta casa, passei pelos principais estágios formativos da minha vida: a infância e adolescência, transpondo o processo básico de escolarização. Já na fase adulta, ingressei, em 1988, no Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Hoje, olhando para a Rua Araxá, as lembranças me invadem e as imagens se mesclam tal como no carteado com amigos; uma nova rua, recheada de vivências e memórias.

Os lugares transformados da cidade produzem nova dinâmica; as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo, que tende a eliminar o lúdico, transformando-as em lugar de passagem. O processo de reprodução do espaço urbano vai-se constituindo por meio de eliminação de antigas formas que traziam a marca da sociabilidade - pontos de encontro, o lugar de festa -, tragando os rituais e seus mistérios, eliminando referências, destruindo com isso as bases de apoio da memória social. Aqui, a fragmentação do espaço imposta pela propriedade privada do solo urbano se realiza também como fragmentação da vida social. O novo engole, incessantemente, as formas onde se inscreve o passado; sem referencial, a busca incessante do novo transforma a metrópole [cidade] no instantâneo “porque não havia tempo a perder, mesmo de noite a cidade trabalhava fortificando-se e de manhã novas trincheiras estavam de pé”<sup>6</sup>. O efêmero pelo efêmero, a imagem pela imagem, aparecem como reino do espaço e como simulacro”. (Carlos, 2001, p. 54)

Tal qual a Operação Urbana Faria Lima, analisada por Carlos (2001) na metrópole paulista, a Rua Araxá, mesmo em uma média/grande cidade do interior de Minas Gerais, se refez ao longo do tempo: Dona Expedita e Seu Alberto, Seu Jonas e Dona Neusa, Seu Hélio e Dona Maria Helena, Dr. Alfredo e Darci, para citar algumas famílias e casas dos anos de 1970 e 1980, deram lugar a uma rua que hoje agrega clínicas médicas e convive com a verticalização, com prédios cada vez mais altos, com mais carros e menos festa.

Segundo Carlos (2007, p. 14)

existe uma tendência à diminuição dos espaços na cidade aonde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um “direito de uso temporário”. Assim, cada vez mais o uso dos lugares da cidade está submetido à lógica do valor de troca e o lazer e o flanar; o corpo e os passos são restritos a lugares normatizados, privatizados, vigiados (caso do shopping center).

---

<sup>6</sup> Clarice Lispector. A cidade sitiada. Rio de Janeiro: Nova Friburgo, 1975, p. 22.

Esse fato é consequência da “vitória do valor de troca sobre o valor de uso”, constatada por Lefebvre em muitos dos seus livros, [...] o espaço se reproduz no mundo moderno alavancado pela tendência que o transforma em mercadoria, o que limitaria seu uso às formas de apropriação privada.

O dinamismo do capitalismo que tudo transforma em mercadoria se impõe à rua e muda a vida, historicamente falando:

A condição capitalista é tão universal, que a concepção do urbano e da ‘cidade’ também se torna instável. [...] Assim, quando falamos da transição do administrativo urbano para o empreendedorismo urbano [...] temos de reconhecer os efeitos reflexivos de tal mudança através dos impactos sobre as instituições urbanas, assim como sobre ambientes urbanos construídos (HARVEY, 2005, p. 170-171).

Me derramei da Rua Araxá, fui para a metrópole paulistana e retornoi, em um processo de atravessamentos que agregaram em mim as Minas Gerais, as São Paulos (Estado e Capital), as cidades, as famílias, a educação, a metrópole e a geografia.

E a casa da Rua Araxá está à venda. Ciclos que se fecham: portas se abrem pela memória. Como nos diz Adélia Prado, no Poema para Zé, que metamorfoseio para minha vida na periferia de Uberlândia, a partir dos anos de 1970: “(...) O que a memória ama fica eterno. Te amo com a memória, imperecível”.

Sempre juntos, minha irmã mais velha, Maria Bernardeth Sabino, e eu vivenciamos esse período de ditatura, infância e adolescência. Bete, ou Bebê, como a chamamos, nasceu no ano de 1959 e agregou à nossa família o seu ex-esposo Juarez e duas filhas: Camila e Karina Borges. A alegria de acompanhar o nascimento das meninas, seu crescimento e formação como pessoas é inenarrável: uma vivência recheada de momentos e memórias.

Minhas sobrinhas, por sua vez, constituíram suas famílias e hoje tenho cinco sobrinhos e sobrinhas netas: Phellype, Yani e Larissa, filhos de Camila, e Guilherme e Gabriel, filhos de Karina. Pena que a vida toma rumos distintos e o distanciamento se apresenta.

Meu irmão do meio se chamava Celso Luiz Sabino. Ele nasceu em 13 de janeiro de 1963 e fez sua passagem em 28 de fevereiro de 2011, com apenas 48 anos. A escrita deste memorial me impõe pausa necessária e me remete ao tempo que vivemos juntos e a quanto

poderíamos partilhar se ele ainda aqui estivesse, tanto no campo da espiritualidade como na vivência diária, com seus atributos culinários e suas mãos que tanto dominavam o artesanato, demonstrando que criatividade ali não faltava e que ainda havia muito o que fazer. Creio que um dia nos reencontraremos e resgataremos memórias e possibilidades. O último prato que fez para mim, no início do ano de 2011, foi um manjar e, toda vez que me deparo com a possibilidade de degustar esse prato, é como se revivesse nossa história.

Perdi o título de caçula no dia 22 de Março de 1981, quando minha irmã mais nova chegou à família, Patrícia Sabino de Oliveira, trazendo alegria, companheirismo e amor ao núcleo familiar. Apesar da complexidade da adoção tardia, ocorrida nos anos 80, e de uma estrutura familiar complicada, Patrícia chegou e ocupou o seu espaço como irmã caçula. Hoje Patrícia e Lucas, ou Eraldo, como é o seu nome de batismo, têm uma linda família, com três filhos: Ana Beatriz, Laura e Arthur, crianças que acompanhei o crescimento desde a primeira infância e, até hoje, continuo a trocar experiências e acompanhar suas vidas acontecendo, cada um a sua maneira.

Nesse primeiro momento de narrativa das memórias, do que fica como declaração de amor eterno e do que foi esquecido como forma de sobrevivência/resistência, espero ter conseguido jogar luz sobre minha trajetória, de um ser historicamente construído e ainda em construção.

### **3. O CONTATO COM A LEITURA, A ESCRITA E AS ABSTRAÇÕES: A EDUCAÇÃO BÁSICA**

A força é dos "lentos" e não dos que detém a velocidade. [...]

Milton Santos (2004, p. 325)

Desde que me recordo, sempre fui inquieto e curioso. Quando criança, de forma autodidata e pela investigação, lembro-me de ler o rótulo de uma lata de óleo, demonstrando que a descoberta e o letramento já se apresentavam como caminho certo para minha trajetória.

Como criança, e fazendo parte dos chamados homens lentos da sociedade contemporânea, não vivenciando a velocidade e embalado pelo som da tesoura cortando o tecido entre o papel de manilha rosa e a pedra da mesa, fui embalado pelas linhas cozendo peças de vestuário feitas pela costureira senhora minha mãe, ação embalada pelo som da esmerilhadeira do senhor meu pai, cotidiano animado pela convivência com meus irmãos.

Nesse contexto, comecei a prestar atenção na vida acontecendo e no que me encantava. De forma dialética e na contradição de minha vida simples daquela época, quando convivia com as dificuldades de uma família típica dos anos de 1970 e 1980, comecei a observar os objetos e as ações que me rodeavam.

Alguns fatos curiosos deste momento histórico foram a compra de uma linha telefônica em infindáveis prestações, que trouxe a aquisição de uma ação da antiga Companhia de Telefones do Brasil Central, CTBC, hoje Grupo Algar e, também, a aquisição da primeira TV preto e branco da casa, que ampliou os atravessamentos e a constituição/consolidação da minha subjetividade, tendo, na necessidade de melhor entender o mundo, uma constante ruidosa, conflituosa e, por muitos momentos, silenciosa e individual.

Feitas as preleções iniciais que deixam claro que a escola me encantava, passo a analisar o seu papel, em sentido amplo, na minha vida e ao longo dela.

### 3.1. ALFABETIZAÇÃO E A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO ESCOLAR

... o que [...] chamamos tempo lento somente o é em relação ao tempo rápido; e vice-versa, tais denominações não sendo absolutas. E essa contabilidade do tempo vivido pelos homens, empresas e instituições será diferente de lugar para lugar. Não há, pois, tempos absolutos.

Milton Santos (2004, p. 267)

A primeira escola onde estudei e tive contato com os rituais da educação não existe mais na cidade mineira de Uberlândia. Era o Grupo Escolar Afonso Arinos, que funcionava

Figura 4 - Prédio da escola de alfabetização inicial, localizado na Av. Paes Leme, Uberlândia - MG



Fonte: Google maps

em um prédio na Avenida Paes Leme, no Bairro Daniel Fonseca. Neste prédio, após o encerramento das aulas da educação infantil, passou a funcionar a Delegacia Municipal de Ensino<sup>7</sup> e hoje funciona uma Faculdade particular (figura 04).

Deste tempo, lembro-me do espaço convidativo dessa escola

de mais de um andar, com seu chão de ladrilhos vermelhos e das fichas semanais que recebíamos da biblioteca, que consolidaram o contato inicial com as primeiras letras, através da Cartilha Caminho Suave.

Foi nesse ambiente que vi, pela primeira vez, a figura da professora, em um ambiente majoritariamente ocupado por mulheres. Elas detinham o conhecimento necessário para guiar e inserir as crianças no mundo da escrita, da leitura e das fabulações.

Nesse mesmo prédio, na minha infância, o Centro Espírita do bairro fazia a campanha da garrafa e passávamos nas casas coletando vidro para seu projeto social.

<sup>7</sup> Causa estranheza denominar o lugar onde os registros da política pública educacional, das propostas de currículos e das vidas escolares acontecia, que nos remetem ao ato de prender, enjaular e enclausurar o ato de educar, as pessoas e as propostas de ensino.

### **3.2. ENSINO FUNDAMENTAL E POSSIBILIDADES**

No mesmo bairro, Daniel Fonseca, passei a estudar na Escola Estadual Afonso Arinos (figura 05), localizada na Rua Eduardo Marquez nº 1032, onde cursei o meu Primeiro Grau, hoje denominado Ensino Fundamental.

Do Afonso Arinos é impossível esquecer pessoas que foram importantes na minha formação, como Dona Alice Bessa de Oliveira Peixoto, diretora da escola entre os anos

de 1973 e 1987 que, com seu carro próprio, me levou ao hospital quando cursava a 6<sup>a</sup> série, atual 7º ano, no ano de 1978, quando passei mal, fui internado e, por complicações de saúde, não consegui ser aprovado naquele ano de ensino.

Além de Dona Alice, tive a presença de Dona Aparecida, coordenadora da escola, sempre atenciosa e afetiva, sendo certeira e dura quando a situação exigia.

Outro fato importante ocorrido no Afonso Arinos era ter como cantineira minha Madrinha, que se chamava Dona Quita, que, junto de meu Padrinho, Sr. José, morava na frente da escola. Era uma delícia ter uma madrinha cantineira na escola e poder repetir os pratos na hora do intervalo. Adorava o lanche da escola.

No Afonso Arinos tive contato com vários professores e professoras a quem agradeço, na figura da Dona Sônia Maria da Silva, uma exímia professora de Línguas Portuguesa e Inglesa, afetuosa e exigente, ministrando aulas impecáveis. Neste tempo, fiz muitos amigos e colegas, como uma menina chamada Osvaldina, dentre tantos outros, com quem dividi momentos importantes.

Quanta saudade desse tempo de contato, escritas, pátio, quadras, canteiro de verduras, aulas de Língua Portuguesa, de Matemática, de História, de Geografia, de Ciências, de Artes e de Educação Física, além das aulas de práticas agrícolas e práticas



Fonte: Google maps

do lar, momentos em que pude interseccional com outras pessoas, outros espaços e outros mundos. Deixo aqui o meu abraço ao Afonso Arinos.

### **3.3. MUNDO POSSÍVEL E PARTICULAR - SOBRE ANSEIOS E MEDOS, COMPLEXIDADE E APROPRIAÇÃO: O ENSINO MÉDIO**

Cursei o ensino médio na Escola Estadual Ângela Teixeira Silva (EEATS), também localizada no Bairro Daniel Fonseca, à Rua Lambari, nº 385 (figura 06). Isso se deu entre os anos de 1982 e 1984. Minha chegada nesta escola significou estudar em uma instituição ainda maior, que tinha



dois pavimentos. Esta ampliação de espaço me pareceu, à época, um salto.

A chegada no território escolar do Ângela Teixeira, como as pessoas assim tratam a escola, significou uma ampliação ao acesso a conteúdos que exigiam maior capacidade de abstração, como Física, Química, Desenho Técnico, Jornalismo e Biologia, além de significativa mudança na forma pela qual tanto os colegas como os professores tratavam os conteúdos. Uma maior autonomia era exigida, tanto no trato pessoal quanto no dado aos conteúdos disciplinares.

É preciso resgatar um fato importante na chegada ao Ensino Médio: a plenitude da ditadura militar, com a substituição de importantes disciplinas das ciências humanas, como História e Artes, que foram trocadas por aulas de Educação Moral e Cívica nas 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> séries do curso de 2º grau, atual Ensino Médio. Também tive aulas de Organização Social e Política do Brasil, na 3<sup>a</sup> série, no lugar de Geografia.

O objetivo da supressão dessas importantes disciplinas era de afastar os estudantes da formação crítica, esfumaçando, por assim dizer, a percepção e a análise das

contradições existentes, e em aprofundamento, em um país que se consolidava como urbano e industrial, onde a ascensão do capitalismo financeiro, nas escalações nacional e internacional, já anunciava que a dependência do Brasil interessava aos detentores do poder, como estratégia de manutenção de dado *status quo*, assim como uma formação escolar alienadora e, consequentemente, de uma sociedade que pouco olhava/olha para a reprodução do capital alicerçada na ampliação e manutenção das desigualdades.

Apesar do contexto desfavorável a uma formação consistente e crítica, lembro-me com muito carinho e clareza, de vários professores e professoras que foram fundamentais em minha vida escolar. Recordo-me claramente das aulas de um professor de Educação Moral e Cívica e OSPB da escola, que trazia temas importantes sem o devido aprofundamento, talvez como estratégia de dor, sofrimento e sobrevivência, pois éramos vigiados o tempo todo. Essa ação ceifou uma geração de jovens de uma formação crítica consistente para a vida, baseada na política, enquanto vida em sociedade, e na possibilidade de fazer a crítica do cotidiano com vistas a construir um mundo melhor. Hoje, poderíamos ter um país mais justo, e com menores desigualdades, se a história educacional da juventude dos anos de 80 tivesse sido outra.

Mais uma vez resgato Milton Santos (2004, p.210):

Ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não-razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades.

Essas contra-racionalidades se localizam, em sua maioria, entre os pobres, os migrantes, os excluídos e as minorias, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente.

Muitas discussões foram realizadas e abriram possibilidades para que eu continuasse tendo na educação a possibilidade de uma vida futura melhor e, nesse sentido, Vilma, de Matemática, José Rafael e Eva, de Química, Marli, de Língua Portuguesa, Arnaldo, de Desenho Técnico, Robertinho, de Física, dentre tantos outros, foram professores e professoras que mudaram e ampliaram minha visão de mundo,

possibilitando, cada um a sua maneira, que eu entrasse em um curso de nível superior. A cada um deles e delas, rendo meu eterno agradecimento; eternos mestres e mestras.

### **3.4. UMA JANELA AMPLIADA PARA O MUNDO: O PAPEL DA UNIVERSIDADE**

Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições. [...] Assim empiricizamos o tempo, tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade.

Milton Santos (2004, p. 33)

Minha chegada à Universidade Federal de Uberlândia deu-se no segundo semestre do ano de 1988, 4 anos após a conclusão do meu ensino médio e três anos após o final da ditadura militar. A aprovação no vestibular para cursar geografia aconteceu no primeiro semestre para ingresso como aluno regular no segundo semestre desse mesmo ano. Entre a conclusão da minha escolarização básica e a entrada na universidade, fiquei um tempo tentando ingressar em outro curso, Odontologia. Contudo, não consegui entrar na universidade pública e não tinha condições de realizar este curso em uma universidade particular. A geografia, por sua vez, já se colocava como forma de melhor entender o mundo, em suas contradições.

Considero a entrada na universidade outro divisor de águas em minha trajetória, pois a chegada no pavimento térreo do Bloco H do Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia foi um dos momentos mais impactantes na minha vida. Isso ocorreu porque me deparei com outras maneiras de entender coisas e pessoas pelo viés da ciência. Desde 1988, nunca mais fui o mesmo.

Na chegada à geografia, fiz disciplinas de diversas áreas, com primeiro contato com iniciação à cartografia e geologia I, aprendizado que aumentou ainda mais minha paixão por essa ciência. Na sequência, cursei filosofia da ciência, metodologia científica e português - análise do discurso. Para um jovem recém-saído do ensino médio, há um tempo afastado dos bancos escolares, a introdução à interdisciplinaridade pavimentou o caminho

de pensar o espaço do mundo para além da minha existência, em escalas de conhecimento mais amplas, e a partir de diferentes epistemologias. Neste momento, tive a certeza de que estava no lugar certo.

Dando continuidade à minha formação, já no ano de 1989, cursei história econômica, geologia 2, introdução à ciência geográfica, introdução à geografia física e humana e cartografia temática. A cada semestre a certeza de estar no curso superior correto se concretizava. Na mesma linha das reflexões sobre o espaço, todas vivenciadas ao longo do curso de geografia, cito as demais disciplinas que me ensinaram a pensar o espaço e me formar como professor de geografia ao longo do tempo: pedologia, população, climatologia, geomorfologia, geografia rural, biogeografia, geografia urbana, geografia da indústria e da energia, hidrografia, formação territorial brasileira, introdução à economia, regionalização, didática, estrutura e funcionamento do ensino de geografia, psicologia da aprendizagem, práticas de ensino de geografia, geografia da circulação, do comércio e dos serviços, geografia das regiões brasileiras e das regiões extratropicais, sociologia, história do Brasil, recursos naturais e história do pensamento econômico.

Ao visitar e escrever o nome de cada uma das disciplinas que a universidade pública me permitiu contato, vem à memória o nome dos geógrafos e geógrafas com quem tive o privilégio de debater o espaço geográfico ao longo da minha graduação: Vera Salazar, Beatriz Soares, Suely del Grossi, Denise Labrea, Marlene Colesanti, Feltran, Edson, Roberto Rosa, Samuel, João Cleps Júnior, Aparecida Alvim, Marlene, Maria Benedita

Figura 7 - Trabalho de Campo para Campos do Jordão, SP, 1989



Autor desconhecido

(Benê), Iara, Silvio, Lezir, Artura, Washington, dentre tantos outros, a quem sou eternamente grato por tanto aprender.

Como estudante de Geografia, os trabalhos de campo constantes, momentos de aprender com os colegas de graduação, ao ouvir as falas dos professores e das professoras, se encontraram com os vetores que atravessavam o meu olhar, tornando as vivências em trabalho de campo cruciais para esse coletivo (figura 07).

Ainda na minha graduação destaco dois momentos importantes, sendo o primeiro ter feito parte da equipe de pesquisa intitulada sistemas de produção da mandiocultura e poluição das águas da bacia do Rio Ivaí - noroeste do Paraná, entre março de 1992 e fevereiro de 1993, em parceria com minha colega de graduação Tânia Brasília. Quem nos supervisionou nessa pesquisa foi o Prof. Dr. João Cleps Júnior que, vindo do Paraná para compor o corpo docente da UFU, nos vinculou ao projeto, com bolsa oferecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq.

Além do trabalho de campo realizado na região, apresentamos comunicação científica no XI Encontro Nacional de Geografia Agrária no mesmo ano, na Universidade Estadual do Paraná, cujo título foi Formas de Produção na Mandiocultura e Impactos Ambientais no Noroeste Paranaense: O Núcleo Agroindustrial de Mandiocaba, no mês de dezembro de 1992. Em 1993, por sua vez, também apresentamos a comunicação Produção na mandiocultura e poluição das águas do Rio Ivaí - noroeste do Paraná.

Outro momento importante foi ter atuado como estagiário na Secretaria de Trânsito e Transportes da Prefeitura Municipal de Uberlândia / Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes, nos anos de 1991 e 1992 (figura 08). Nesse momento, desenvolvia atividades de planejamento de transportes urbanos, acompanhava a implementação de novas linhas de ônibus e paradas, e atuei na pesquisa de embarque e desembarque e de dados operacionais do transporte coletivo urbano do Município de Uberlândia, com vistas à implementação do Sistema Integrado de Transportes na cidade.

Na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes, o contato com uma equipe multidisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas, assim como com estagiários que vinham de amplo leque de formação em nível de graduação, possibilitou a atuação interdisciplinar em um órgão de pesquisa e de implementação de políticas públicas de transporte urbano, aguçando ainda mais a minha necessidade de entender a política como



atribuição dos órgãos públicos, que deve ser acompanhada de perto por toda sociedade que vive, cotidianamente, o espaço geográfico.

Vale destacar o papel dos profissionais que atuavam na Secretaria Municipal de Trânsito e de Transportes local, que muito contribuíram na minha formação no que tange à relação entre políticas públicas e ordenamento do território, considerando o papel das pessoas na sua concepção, implementação e revisões posteriores. Não conseguirei citar todos com quem me relacionei naquela época, mas destaco a Profª. Drª. Denise Labrea, que sempre atuou como geógrafa nas áreas de planejamento urbano e de transporte coletivo urbano e que coordenava esse trabalho nessa secretaria. Após aprovação em concurso público, Professora Denise se vinculou como docente ao Departamento de Geografia da UFU. Com ela, coordenadora e docente, aprendi sobre o tema e várias outras frentes de investigação científica, inclusive com trabalho de campo realizado ao longo da graduação, quando fomos para Curitiba, no Paraná, com o objetivo de conhecermos as propostas para o sistema integrado de transportes daquela cidade e dialogarmos com a equipe de implementação local, à época sob supervisão de Jaime Lerner, professor, arquiteto, engenheiro civil e urbanista.

Outro profissional que destaco, com quem trabalhei na Secretaria Municipal de Trânsito e de Transportes, foi o engenheiro civil Adailson Mesquita, que desenvolvia pesquisas sobre planejamento urbano de transportes, área de sua atuação. Com ele, dialogamos e debatemos importantes temas sobre o tecido urbano e a locomoção nas cidades e, não diferente de um grande pensador sobre o urbano, tornou-se docente em sua área, Engenharia.

Ainda como graduando em Geografia, iniciei minha atuação em sala de aula, com aulas na educação de jovens e adultos para o 1º grau em uma escola noturna em Uberlândia, no ano de 1991, Colégio Impacto Positivo, localizado na Rua Rodrigues da Cunha, nº 33, em Uberlândia. Esse foi o meu primeiro contato com a educação através da regência de uma sala de aula. Nessa escola permaneci por um semestre, concluindo o trabalho com estudantes dos ensinos fundamental e médio. Além dessa escola particular, entre os anos de 1988 e 1992, atuei como professor substituto em uma escola pública estadual, com regência na educação básica.

Fechando o tema, agradeço ao meus colegas de graduação, com quem tanto aprendi e com quem convivo até hoje. Estendo minha reverência a todos e todas estudantes de Geografia e dos demais cursos da Universidade Federal de Uberlândia que toparam, junto a mim, a tarefa de ser professor/professora. A vocês, dedico a escrita e agradeço a possibilidade do convívio, do aprendizado e da socialização.

## 4. A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA COM A PÓS-GRADUAÇÃO: URBANO E PLANEJAMENTO

São Paulo São Paulo  
Preditando o Breque, Premê – 1983

É sempre lindo andar na cidade de São Paulo  
O clima engana, a vida é grana em São Paulo  
A japonesa loura, a nordestina moura de São  
Paulo  
Gatinhas punks, um jeito yankee de São Paulo

Na grande cidade me realizar  
Morando num BNH  
Na periferia, a fábrica escurece o dia

Não vá se incomodar  
Com a fauna urbana de São Paulo (de São  
Paulo)  
Pardais, baratas, ratos na rota de São Paulo  
E pra você, criança, muita diversão e pauluição  
Tomar um banho no Tietê ou ver TV

Na grande cidade me realizar  
Morando num BNH  
Na periferia, a fábrica escurece o dia

Chora Menino, Freguesia do Ó  
Carandiru, Mandaqui, aqui  
Vila Sônia, Vila Ema, Vila Alpina  
Vila Carrão, Morumbi, pare

Butantã, Utinga, Embu e Ipiranga  
Brás, Brás, Belém

Bom Retiro  
Barra Funda  
Ermelino Matarazzo, Mooca, Penha, Lapa, Sé  
Jabaquara  
Pirituba  
Tucuruvi, Tatuapé

Pra quebrar a rotina  
Num fim de semana em São Paulo (in São Paulo)  
Lavar um carro comendo um churro é bom pra  
burro

Um ponto de partida pra subir na vida em São  
Paulo  
Terraço Itália, Jaraguá, Viaduto do Chá

Na grande cidade me realizar  
Morando num BNH

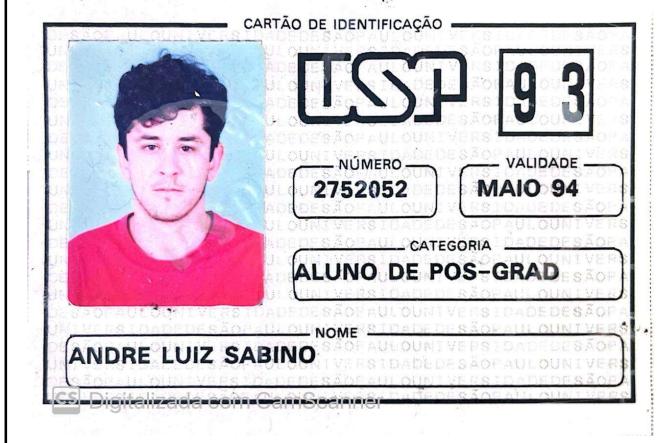
Na periferia, a fábrica escurece o dia  
Na periferia, a fábrica escurece  
Yeah

O estágio realizado na Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes de Uberlândia/Coordenadoria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT/CMTT), em Minas Gerais, possibilitou refletir sobre o papel dos planejamentos urbano e de transporte urbano e pleitear uma vaga na Pós-Graduação na Universidade de São Paulo (USP).

Ainda no final do ano de 1992, ao saber da abertura do edital para ingresso de alunos na Pós-Graduação em Geografia na USP, escrevi um projeto de pesquisa que foi aceito para que cursasse a pós-graduação em nível de mestrado a partir do ano de 1993, logo após a conclusão da graduação na UFU, ocorrida em 25 de julho de 1992.

Em um grande susto, cheguei na Região Metropolitana de São Paulo, na USP, como aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia (figura 09). Com um projeto baseado

Figura 9 - Cartão de Identificação Pós-Graduação USP



na minha vivência no estágio, uma língua estrangeira, a língua espanhola mal falada e aprendida de forma autodidata e uma vontade de continuar estudando geografia.

Considero a cidade de São Paulo como um importante divisor de águas em minha vida, em minha existência. Por isso a escolha da música do Premeditando o Breque que cantarola, de forma cênica e

lúdica, que “um ponto de partida pra subir na vida em São Paulo” são os lugares mais altos: Terraço Itália, Pico do Jaraguá, Viaduto do Chá e seus Arranha-céus, que ampliam nossa visão.

A vida na metrópole, com suas potencialidades, pelo flanar por/pelos territórios diversos, pelo anonimato, pela diversidade e pelas possibilidades, sempre me encantou, e o que lá vivi confirmou as expectativas de que “é sempre lindo andar na cidade de São Paulo”, seja pela beleza, pelos desafios, pelo anonimato, pela diferença/diversidade e aproximações possíveis.

A título de exemplo, a convite de um amigo feito em São Paulo em um bar que ficava na rampa de saída da 23 de Maio, na Praça Roosevelt, fui convidado a assistir o espetáculo O Mistério de Irma Vap, no dia 02 de Maio de 1993, no Teatro Cultura Artística, com Ney Latorraca e Marco Nanini (figura 10). Esse foi mais um momento mágico vivido na recém-chegada cidade grande.

Figura 10 - O mistério de Irma Vap (ingresso)



Já no dia 02 de outubro desse mesmo ano, com os amigos feitos na moradia estudantil, onde morei por mais de dois anos no apartamento 611 do Bloco H do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo, o CRUSP, fomos assistir ao show de Caetano Veloso e Gilberto Gil no estacionamento do Pólo de Arte e Cultura do Anhembi (figura 11). O impacto desse show na vida foi tamanho que, no verso do ingresso até hoje guardado, escrevi: “existem momentos na vida que nos ensinam que a luta existe e é árdua, mas que insignificantes minutos onde as energias se concentram, de desprezíveis na escala do tempo passam a ser eternos na mente de quem acredita e ama a vida”.

Figura 11 - Ingresso Show Caetano Veloso e Gilberto Gil, São Paulo



O existem momentos no reino que  
nos ensinam que a luta existe e  
é árdua, mas que em jazip canta mi-  
nuto onde as energias se concentram,  
de desprezíveis no reino dos pequenos  
passam a ser eternos na mente de  
quem acredita e ama a vida.  
Lamego 02/10/93.

Vale registrar que o contato com os professores e com as professoras da Pós-Graduação, tanto na organização de eventos, como o 1º Seminário Sol e Território, e

através das disciplinas cursadas, foram momentos de muito crescimento pessoal e intelectual sobre o conceito de espaço geográfico (tabela 01).

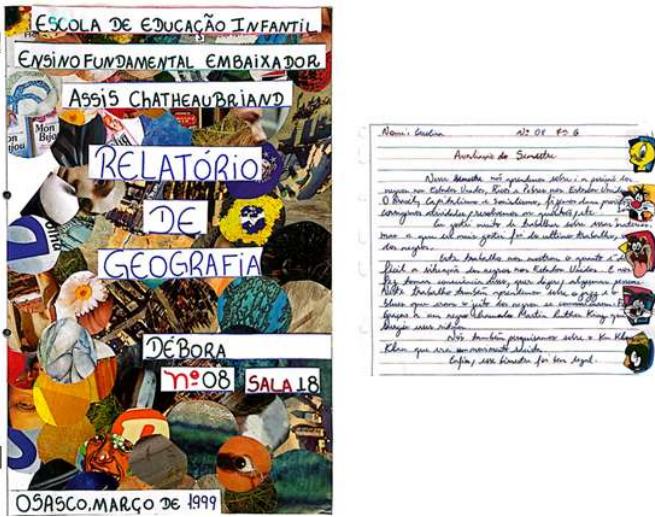
| Tabela 01– Disciplinas cursadas (1993 e 1994)  |                                       |              |
|--|---------------------------------------|--------------|
| Disciplina   | Docente                               | Semestre/ano |
| Geografia Política: Teorias sobre o Território e o Poder e sua Aplicação e realidade contemporânea                       | Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa. | 1º/1993      |
| O Processo de Criação  | Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigi         |              |
| Análise Ambiental Urbana e Sensoriamento Remoto  | Profa. Dra. Magda Lombardi            | 2º/1993      |
| A Cidade e o Urbano em Geografia   | Profa. Dra. Odette Seabra             |              |
| Técnicas Cartográficas em Geografia Humana (Aplicabilidade das Técnicas Geo-Cartográficas em Geografia Urbana e Agrária) | Prof. Dr. Mário de Biagi.             | 1º/1994      |

Inicialmente fui orientado pelo Prof. Dr. Eduardo Abdo Yázigi, com quem permaneci até minha qualificação, em 09 de dezembro de 1996, sido transferido posteriormente para orientação da Profª. Drª. Amália Ines Geraiges de Lemos. Apesar da densidade das disciplinas cursadas, das demais atividades que realizei neste vínculo com o programa de Pós-Graduação e da aprovação no exame de qualificação, por motivos pessoais, não concluí esse mestrado.

Após este período, me dediquei ao ensino básico na cidade de São Paulo e trabalhei como professor substituto em uma escola estadual paulista, fui docente substituto no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), fui aprovado em concurso público para ser professor de Geografia no município de São Paulo, onde não me efetivei, além de várias instituições, onde continuei minha formação como professor de geografia (tabela 02).

| Tabela 02 – Escolas onde fui docente               |                      |               |
|--|----------------------|---------------|
| Nome da escola                                     | Localização          | Período       |
| Colégio Anglo                                      | Uberlândia – MG      | 1991          |
| Colégio Jardim Bongiglioli                         | São Paulo            | 1995 a 1998   |
| Instituto Leonardo da Vinci                        | Taboão da Serra – SP | 1995          |
| CEFET SP (atual IFSP)                              | São Paulo            | 1996 a 1998   |
| Pueri Domus  |                      | 1998          |
| Colégio São Domingos Sávio                         | Taboão da Serra      | 1998          |
| Fundação Bradesco                                  | Osasco               | 1999 a 2004   |
| Colégio Santa Maria                                | São Paulo            | 2000 a 2008   |
| Prefeitura Municipal de SP (Aprovação em concurso) |                      | 2001          |
| Colégio Pentágono                                  |                      | 2001 a 2002   |
| Colégio Visconde de Porto Seguro                   |                      | 2009 e 2010   |
| Escola de Educação Básica ESEBA UFU                | Uberlândia – MG      | 2010 até 2025 |

Figura 12 - Fundação Bradesco - capa de trabalho e avaliação do semestre (1999)



Dentre os lugares em que trabalhei, destaco o Externato Jardim Bonfiglioli, onde atuei nos ensinos fundamental e médio, regular e educação de jovens e adultos. Nesta escola, além de ensinar, realizar projetos e estudos de campo, participei com os estudantes das noites de terror no Playcenter, na Marginal do Rio Pinheiros e assisti ao show dos Mamonas Assassinas, convivi com tia Anália e sua coleção imensa de chaves, com as quais controlava a

entrada da escola e os alunos e professores rebeldes. Nesse lugar, conheci muitos professores e professoras que se tornaram amigos e amigas, como Nilza Tabai e Paula Marques, que considero irmãs de caminhada e alma.

Além do Externato Jardim Bonfiglioli, trabalhei com os ensinos fundamental e médio, no ensino regular (figura 12) e na educação de jovens e adultos (EJA), na Fundação Bradesco. Sob direção da professora Miriam Linhares e em parceria com a equipe de coordenação nacional da educação de jovens e adultos, no Centro Educacional da Fundação Bradesco, realizei projetos interdisciplinares, formação com monitores da Fundação Bradesco em cenário local e regional (figura 13), executei trabalhos de campo no centro de São Paulo e em Barra Bonita (SP), com construção e exposição de caixas de memórias a partir de roteiro pré-estabelecido sobre campo realizado na área central de São Paulo, formação com profissionais de elevado gabarito, com significativas contribuições metodológicas, como a Profª. Drª. Maria Helena Simielli e com o Prof. Dr. Mário Sérgio Cortella.

Figura 13 - Programa de Formação Continuada de Monitores EJA – Fundação Bradesco 2002



Já no Colégio Santa Maria, uma escola católica localizada no bairro Marajoara, em São Paulo, vivenciei amplo projeto pedagógico, que associava ensino e questões sociais. Nesta escola, tínhamos reuniões semanais de planejamento, projetos por ano de ensino vinculados a questões sociais em áreas de comunidade com reforço escolar, vivências de ensino e educativas, com o ensino de cantigas para crianças que viviam em comunidades tradicionais no estado do Paraná, por exemplo. Além disso, a escola, em parceria com as famílias, construía aquecedores nas comunidades e cisternas no nordeste brasileiro.

No Santa, como a escola é chamada, projetos de vivência, reuniões pedagógicas e com famílias para apresentar a proposta metodológica, alinhamentos de projetos a partir da construção de teias conceituais de planejamento e trabalhos de campo, dentre outras ações pedagógicas, eram ações constantes. Nesse ambiente, os estudantes realizavam significativas atividades e todo o processo educacional, com diversas atividades pedagógicas, pensadas pelo grupo de educadores, direção e coordenação, tinham como objetivo a construção de conhecimento baseado nos pressupostos científicos e no rebatimento social que poderia ser desdobrado de nossas práticas, como a missa do dia

do trabalhador (figura 14), que era preparada pelos estudantes dos 6<sup>os</sup> anos, a partir de um dia de vivência com os funcionários da escola, momento em que experimentavam a rotina dos funcionários em todos os setores da escola, com posterior reflexão e devolutiva sobre o significado desse dia.

Figura 14 - Missa do dia do trabalhador (2008) e Vivência com funcionários (2002)



Da esquerda para a Direita: Sra. Anne Hoe, Athos Lucas, Vanilda, Gilda, Rosa, André Sabino, Evanise, Elizabeth e José Antônio.

Nesta escola, trabalhei com a Irmã Anne Veronica Horner Hoe, com quem aprendi a interseccionar minha vida pessoal e a vida da comunidade escolar em uma escola que atende parte da elite paulistana e oferece bolsas para alunos de escolas públicas, na educação regular e em seus projetos educacionais. No Santa, a sala de aula foi

possibilidade concreta de formação de estudantes, famílias e sociedade. Tudo isso me ensinou a pensar o educar com base em um projeto educacional consistente.

Em função da extensão da vivência na educação e nos lugares por onde passei, opto em não estender a escrita nos lugares em que, como professor, muito deixei e muito recebi. Faço um parênteses para falar da minha experiência na Pós-Graduação para, na sequência, dedicar parte da escrita a meu tempo no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia, a partir de 2010.

## **5. O RETORNO À ACADEMIA: SEGUNDA RESIDÊNCIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: O CASO DE BERTIOGA - SP**

Após um tempo fora do ambiente acadêmico, retornei à Universidade de São Paulo e à Pós-Graduação para a realização de um novo mestrado, no ano de 2004, sob orientação da Profª. Drª. Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Na pesquisa, adotamos a noção de espaço geográfico como “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2004, p. 39) e buscamos apreender sua produção em um lugar onde a atividade do turismo se mostra importante e impactante, o loteamento Jardim Indaiá, no município litorâneo paulista de Bertioga. O turismo, portanto, fazendo o uso dos objetos e na fluidez pelo uso de uma segunda residência, conquistou uma parcela significativa do espaço que “se transforma em mercadoria (e que entra no circuito da troca), como é o caso das praias, montanhas e rios, tornando-se um novo e rentável ramo da atividade produtiva” (CARLOS, 1999, p. 62).

No caso de Indaiá, em Bertioga, a construção da rodovia Mogi-Bertioga ampliou os fluxos e os contextos, levou e trouxe turistas e o capital, neste caso imobiliário, personificando empreendedores imobiliários que, a distância, se apropriaram de porções do território, acionando as instâncias necessárias para que novos produtos imobiliários fossem lançados/vendidos.

Segundo Haesbaert (2004, p. 286), o(s) território(s) é(são) moldado(s) fundamentalmente em rede, “não apenas enquanto mais uma forma (abstrata) de composição do espaço, no sentido de um ‘conjunto de pontos e linhas’, numa perspectiva euclidiana, mas como o componente territorial indispensável que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território”. Nessa perspectiva relacional de território, as redes do turismo são emblemáticas, pois ligam polos emissores e receptores de turismo/turistas, ampliando

a produção de cada vez mais espaços turísticos<sup>8</sup>, e sua análise permite entender o porquê de os maiores empreendimentos imobiliários em Bertioga não pertencerem aos empresários bertioguenses, visto que o capital relacionado ao turismo procurou espaços próximos à grande cidade de São Paulo, transformando-os em espaços de consumo e de novos empreendimentos imobiliários.

Para investigar a praia de Indaiá, consideramos o turismo como uma prática social e uma atividade produtiva que pressupõe o consumo do espaço e usa o sistema de objetos, sempre ancorado em igual sistema de ações (existentes, ressignificados ou criados), no imbricado jogo de relações entre mercado, Estado e sociedade<sup>9</sup>. A partir da produção do espaço no território turístico de Indaiá, no município de Bertioga, o encontro do turismo/turista com o espaço habitado e produzido pelo capital, apresenta peculiaridades.

## 5.1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM BERTIOGA

Reconstruir a história de Bertioga à luz da incorporação das técnicas significou entender sua configuração territorial, o arranjo dos objetos técnicos e as ações lá espacializadas ou como possibilidade. A divisão do trabalho, considerada como um motor da vida social e da diferenciação espacial<sup>10</sup>, ajudou a entender a construção do espaço bertioguense a partir de sua relação com o mundo através dos eventos.

Se “o turismo, tal como outras atividades - e concorrendo com elas - introduz no espaço objetos definidos pela possibilidade de permitir o desenvolvimento da atividade”

---

<sup>8</sup> Necessário destacar que o território tem diversas formas de uso, sendo o turismo uma delas, e não a única.

<sup>9</sup> Construção conceitual baseada em Cruz (2001, 2002), Bertoncello (1998), Hiernaux-Nicolas (2001), Knafo (2001) e Sánchez (1991).

<sup>10</sup> Santos, 2004, p. 129.

(Cruz, 2001, p. 12) ele é passado, presente e futuro e convive, conflituosamente, com grandes velocidades e transformações. Nesse sentido Castells (1999, p. 505) assinala que:

cada vez mais, a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma metadesordem social para a maior parte das pessoas. Ou seja, uma sequência automática e aleatória de eventos, derivada da lógica incontrolável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica.

Em Indaiá, o que nos chamou a atenção foi o fato de que a produção do espaço para o turismo manteve uma estreita relação com a circulação no litoral e com a presença de empreendedores imobiliários de peso, que, ao longo da história, mudaram o uso do território<sup>11</sup>. Foi nesse meio natural que em 1531, no encontro das águas dos canais da Ilha de Santo Amaro com o mar aberto, o Governador Geral da Costa do Brasil, Martim Afonso de Souza, aportou e fundou Bertioga, um pequeno vilarejo.

Em função de sua posição na desembocadura do canal, um primeiro forte foi construído e, no ano de 1547, no mesmo lugar, uma fortificação maior e mais resistente, o Forte de São João da Barra, foi feito em pedra argamassada com óleo e cal<sup>12</sup>. O objetivo dessa construção era o de proteger o território de ataques. No ano de 1549, Hans Staden, um alemão, inicia sua segunda viagem à América. Após enfrentar ventos fortes e tempestades, chega a Santa Catarina em 1550, aos 28 graus de latitude Sul. Seu destino final seria a Ilha de São Vicente, mas sofreu um naufrágio nas proximidades de Itanhaém. O artilheiro alemão Hans Staden assume a defesa do Forte de São Felipe, localizado na

---

<sup>11</sup> Ao final da década de 1940, uma classe alta foi ao encontro do caiçara, em Bertioga, território de difícil acesso. A inauguração da Rodovia Mogi-Bertioga, em 1982 e que desembocava na Praia de Indaiá, permitiu que a classe média lá construísse sua segunda residência, ação que intensificou a urbanização em todo o município, transformando-o em um verdadeiro canteiro de obras, com o lançamento de loteamentos e grandes condomínios. Mais recentemente observa-se a ocupação do território por uma classe média de menor poder aquisitivo, pois os mais abastados se deslocaram para os condomínios fechados em função da popularização de Indaiá. Outra parcela não conseguiu arcar com os custos de manutenção de uma segunda moradia, dela se desfazendo.

<sup>12</sup> Bertioga, 1998, p. 16.

Ilha de Santo Amaro<sup>13</sup>, do lado oposto do canal. Staden foi preso pelos índios canibais Tupinambás, e com eles permaneceu por cerca de nove meses, entre os anos de 1554 e 1555 e, após o seu resgate, retornou à Europa e escreveu um livro, relatando os momentos passados entre eles<sup>14</sup>.

Com o estabelecimento da Paz de Iperoig em 14 de setembro de 1563, os conflitos continuaram a ocorrer, até que os índios confederados, com o auxílio de Estácio de Sá e seus homens armados, foram derrotados e a colonização pôde efetivar-se. O ano de 1563 marca, portanto, a possibilidade de retorno das pessoas à essa região e somente em 1556 se observa

as primeiras tendências para o retorno às terras de Bertioga e Ilha de Santo Amaro (extremo Leste), de todos aqueles que, amedrontados ante a fúria tamoia, dali haviam fugido anos atrás, ameaçando de pobreza e insuficiência de alimentação as duas Vilas: de Santos e de São Vicente (SANTOS, 1986, p. 76).

No século XVII, o óleo de baleia, animal abundante na região, começa a ser utilizado para iluminação no Brasil e é criada a Armação das Baleias na Ilha de Santo Amaro, em Bertioga, fazendo com que a Bertioga continental se tornasse um pequeno núcleo de moradores. Esse óleo era utilizado basicamente na iluminação pública e particular das cidades vizinhas, chegando a ser fornecido também para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Ao longo do século XVIII, a captura das baleias continua e Bertioga segue abastecendo de óleo para iluminação as cidades do seu entorno.

Após 1830, com o fechamento da Armação das Baleias, a infra-estrutura até então construída é abandonada e a pequena Bertioga repousa mais uma vez no tempo lento da natureza, em que pescadores e caiçaras desfrutam do cotidiano da pequena vila, de um meio essencialmente natural: “durante todo o século XIX e início do século XX, Bertioga ficou reduzida apenas a um simples núcleo de pescadores, ponto de descanso da pequena

---

<sup>13</sup> Hoje município de Guarujá.

<sup>14</sup> Staden, 1999.

navegação costeira, entre Santos e os portos da praia do litoral norte" (BAUER, 2001, P. 37).

Para Francisco M. dos Santos (1986), o "renascimento de Bertioga só veio surgir no século XX, ou mais precisamente a partir de 1930, quando conquistou sua condição de Distrito de Paz e, posteriormente, de Subprefeitura". Tudo isso ocorreu quando Bertioga era uma pequena vila de pescadores sem água e luz elétrica e ainda com difícil comunicação feita por barcos com a sede do município de Santos.

Se, na passagem para o meio técnico<sup>15</sup>, reconhecer-se-ia o momento em que a energia natural - força animal, vento, água - é substituída pela energia térmica, elétrica, etc, a instalação da Usina de Itatinga em Bertioga, de propriedade da Cia. Docas de Santos<sup>16</sup> hoje Codesp - Companhia Docas do Estado de São Paulo, consolida um novo momento, de uma nova divisão do trabalho.

Como a energia para o Porto de Santos era fundamental, se iniciou, com o trabalho de técnicos ingleses, a construção da Usina de Itatinga, inaugurada em 1910 para atender ao porto, deixando a vila às escuras. Nesse momento são edificadas casas para os operários, um cais no Rio Itapanhaú, uma estrada de ferro entre o Rio e a Usina, unidades de serviço, cabos que ligam a Usina ao Porto de Santos, transformando, de forma significativa, o cotidiano de Bertioga.

---

<sup>15</sup> Ver Friedmann, Georges. Sept études sur l'homme et la technique. Paris: Denoel/Gonthier, 1996. In Silveira, 1999, p. 47.

<sup>16</sup> "Em 12 de julho de 1888, pelo Decreto nº 9.979, após concorrência pública, o grupo liderado por Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle foi autorizado a construir e explorar, por 39 anos, depois ampliado para 90 anos, o Porto de Santos, com base em projeto do engenheiro Sabóia e Silva. Com o objetivo de construir o porto, os concessionários constituíram a empresa Gaffrée, Guinle & Cia., com sede no Rio de Janeiro, mais tarde transformada em Empresa de Melhoramentos do Porto de Santos e, em seguida, em Companhia Docas de Santos. (...)Em 1980, com o término do período legal de concessão da exploração do porto pela Companhia Docas de Santos, o Governo Federal criou a Companhia Docas do Estado de S. Paulo-Codesp, empresa de economia mista, de capital majoritário da União." [http://www.portodesantos.com.br/historia/index\\_p.html](http://www.portodesantos.com.br/historia/index_p.html). Acesso em 30/04/2007.

Em se tratando do litoral, a pesca foi fundamental para a manutenção da vida na vila que, associada ao plantio da banana “impediram a completa estagnação e esvaziamento do Litoral Norte” (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. 1996. p. 91).

A construção das rodovias brasileiras, como o que ocorreu entre Bertioga e sua vizinhança, teve impactos importantes sobre os lugares<sup>17</sup>. Sánchez (1991, p. 227) já afirmara que “a construção de uma autopista [...] modificará a relação espaço-temporal e, portanto, a acessibilidade”. A partir da instalação desse tipo de objeto técnico, tecnificado e tecnificante, as ações impõem nova organização sócio-espacial e nos vemos diante de um acontecer que muda o significado do que existia.

Já nos anos de 1960, a expansão da urbanização de Bertioga continua e, no Brasil, se consolida o período técnico-científico-informacional<sup>18</sup>.

No início da década de 1970, o governo Federal selecionou a BR-101 como de absoluta prioridade<sup>19</sup> e duas empresas de consultoria (Sondotécnica e Copavel) desenvolveram o projeto TURIS e o DNER contratou as empresas responsáveis pelas obras<sup>20</sup>. Este evento intensificou ainda mais a produção do espaço em Indaiá. Nessa década, portanto, “de um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo dado internacional: os tempos do Estado e das multinacionais” (Santos e Silveira, 2003, p. 52), com destaque para

---

<sup>17</sup> Não se pode subestimar o papel dos meios de transportes no advento do turismo de massa”, sendo que “o rei do turismo de massa é o automóvel popular (BOYER, 2003, p. 10).

<sup>18</sup> Santos, 2004 e Santos e Silveira, 2003.

<sup>19</sup> “No início da década de 70, o Governo Federal inicia a construção do trecho da BR-101 entre o Rio de Janeiro e Santos [...]. A estrada serviria de apoio aos investimentos de capitais privados em estruturas, voltadas para o lazer, como campings, hotéis, pousadas, restaurantes, entre outras sugerida pela Embratur no Projeto Turis”. Oliveira, 1999: 193.

<sup>20</sup> A Sondotécnica realiza entre os anos de 1966 e 1968 o “estudo de viabilidade técnica e econômica da Rodovia Rio-Santos (536 km), sendo o primeiro estudo no Brasil segundo os padrões das instituições financeiras internacionais” e entre os anos de 1970 e 1973 o “projeto final de engenharia da Rodovia BR-101, trecho Ubatuba-Cubatão, integrante dos lotes 117/1-N a 117/5-N, com 124 km de extensão (1970/1973)” e também supervisiona a “Rodovia Rio-Santos, trecho Ubatuba-Cubatão (189 km), desenvolvido parte em serra e parte sobre solos altamente compressíveis ” entre os anos de 1974 e 1985. [http://www.sondotecnica.com.br/pop\\_atuacaoViarios020.html](http://www.sondotecnica.com.br/pop_atuacaoViarios020.html). Acesso em 30/04/2007.

o Sul e o Sudeste do país, onde manchas contínuas do meio técnico-científico-informacional são mais perceptíveis.

Segundo Oliveira (1999, p. 195),

o grande impulso na construção civil vem com o Plano Cruzado, em 1986. A estabilização da economia e os baixos rendimentos de caderneta de poupança fizeram migrar os investimentos de grande parcela da classe média metropolitana para a construção de casas de veraneio ou segunda- residência.

## 5.2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM BERTIOGA

Sobre o uso e a ocupação do solo em Bertioga, no início da década de 1960, percebem-se loteamentos em áreas proibidas, um centro semiurbano concentrado nas proximidades do canal de Bertioga, com intensa atividade turística, apesar da falta de luz elétrica e abastecimento de água, três hotéis e uma padaria, que tinham luz própria pelo uso de geradores (FIERZ E ROSA, 1999).

Para os autores, na década de 1970 ocorreu a intensificação do uso do solo urbano, inclusive no morro de São Lourenço, fato seguido pelo surgimento de loteamentos e certa ocupação incipiente em função das dificuldades de circulação.

Já em 1986, percebe-se o início do desmatamento da quase totalidade da praia de São Lourenço em função da aprovação do empreendimento Riviera de São Lourenço, com arruamentos e construção de elevados prédios à beira mar.

Em 1994, o processo de adensamento prossegue e mais loteamentos aparecem, com o crescimento do comércio e dos negócios imobiliários:

Essa prosperidade do setor imobiliário é resultado dos incentivos dados pela prefeitura à construção civil que favorecem a competição entre as empresas construtoras e causam maior procura por compradores de lotes de terra, provocando a valorização e consequente especulação imobiliária. (FIERS E ROSA, 1999, p. 279)

Esse *boom* imobiliário demandou considerável contingente de mão-de-obra, que se deslocou em direção ao município. Durante as construções, essa parcela populacional tem suas moradia e alimentação garantidas, o que não ocorre após o encerramento das obras. Parte dessa população é absorvida pelo comércio e pelo trabalho na manutenção dos condomínios e os demais ficam desempregados. Ao analisar as políticas públicas no litoral paulista, Duarte (2001, p. 120) pondera que:

A velocidade em que se processa o crescimento urbano não é acompanhada pelo ritmo de implantação de infra-estrutura por parte do poder público, dando origem às áreas carentes de saneamento básico, normalmente, aquelas ocupadas pela população mais carente.

Já Camolez (2005) constatou grande e desordenado crescimento urbano e redução da cobertura vegetal, com implantações imobiliárias que não obedeceram normas e recomendações do CONDEPHAAT<sup>21</sup>.

### **5.3. AS NORMAS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO PARA O TURISMO**

Após sua emancipação, em 1991, o município de Bertioga inicia um novo momento histórico, constituindo sua Prefeitura e sua Câmara Municipal, que passaram a elaborar políticas visando normatizar e organizar o seu território.

Em dia 19 de maio de 1991, a população compareceu às urnas e conquistou o direito de transformar Bertioga em município e, no ano seguinte, foram realizadas as primeiras eleições municipais, consolidando sua autonomia e elegendo seu primeiro prefeito<sup>22</sup> em 3 de outubro de 1992, o Sr. Lairton Gomes Goulart que, acompanhado de 8 vereadores, constituiu a Câmara Municipal no ano seguinte.

---

<sup>21</sup> Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, que diz que os 20% de área de reserva do terreno, exigidas em função da declividade menor do que 10% da planície litorânea, não é respeitada.

<sup>22</sup> <http://www.camarabertioga.sp.gov.br/tPadrao.asp?id=5>. Acesso em 08/05/2007.

No ano de 1993, o Decreto Lei de nº 044 disciplina o turismo praticado por ônibus de fretamento no município, o excursionismo, prática corrente nas praias paulistas com cobrança de taxas, se constituindo em tema polêmico. Naquele mesmo ano, o processo de nº 157 institui a Lei Orgânica do Município de Bertioga, aprovada em 30/06/1993, quando o turismo aparece no Título I (disposições preliminares), no capítulo II - da competência do município e no Título V (da ordem social e econômica), com um capítulo próprio (IX) sobre a atividade.

No inciso XXXIV desse artigo é colocado que o Município deve “promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, concedendo, se necessário, isenção temporária de impostos aos empreendedores do ramo que se instalarem no Município”.

O capítulo IX considera que o Município tem no turismo sua vocação primeira, apontando a preocupação local em regulamentar a utilização das praias, das atrações turísticas e a necessidade de normatização das atividades relacionadas ao setor, através do Plano Diretor de Turismo, vinculado ao Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

Em 1998, cinco anos mais tarde, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado (PDDS) de Bertioga é aprovado através da Lei de nº 315, de 29 de setembro de 1998, onde são fixados conceitos, objetos e diretrizes com uma preocupação ambiental explícita.

Especificamente sobre turismo, o capítulo II do PDDS, dos objetos e das diretrizes básicas, em seu artigo 3º, coloca o ordenamento das atividades do setor como um objetivo e propõe, no artigo 4º, a elaboração de um Plano Diretor de Turismo<sup>23</sup>.

O capítulo VI, Seção V, artigo 34 estabelece que a Lei de Zoneamento e o Artigo 35 define as áreas de uso preponderante do turismo - ZTR (Zonas Turísticas), para as quais são sugeridas ajardinamento ao longo da orla marítima, arborização com espécimes nativas da Mata Atlântica, reserva de alguns locais para instalação de posto de salvamento do Corpo de Bombeiros e dotação de poucos equipamentos, como sanitários, áreas para pequeno comércio de petiscos e bebidas, alguns para prática esportiva, ciclismo e

---

<sup>23</sup> Como já havia sido apontado por Siqueira (2002: 132).

caminhadas ao longo da praia e estacionamento de veículos particulares (Bertioga, 1998, p. 33).

Em campo, percebemos que nas proximidades da vila, local de formação de Bertioga, essas obras existem, com a construção de calçadões e o ajardinamento. Na medida em que nos distanciamos da área central, as obras ainda não se realizaram ou foram executadas parcialmente, não atingindo a totalidade da praia da Enseada.

No caso do loteamento Indaiá, a obra de urbanização da Av. Thomé de Souza aconteceu com a construção da praça e do ajardinamento. Porém, o sistema de iluminação não funciona e o esgoto desemboca na praia, ao lado da praça.,

O Conselho Municipal de Turismo (CONTUR), instituído pela Lei nº 325, de 1998, é um órgão colegiado com função consultiva, atuando junto à Secretaria de Educação e Desenvolvimento Cultural nas questões envolvendo o Turismo e, em 1998, ele era composto por 17 (dezessete) membros, representantes das entidades governamentais e não-governamentais, nomeados por dois anos pelo Prefeito, através de portaria.

No que tange ao Fundo Especial de Turismo - FETUR, criado pela mesma Lei nº 325/1988, ele deveria contar com recursos oriundos da arrecadação dos preços públicos e de ingressos públicos em eventos e de outros produtos de arrecadação que lhe possam ser legalmente atribuídos. Cabe ressaltar que, até o ano de 2006, a única verba deste Fundo era a taxa de entrada cobrada para os ônibus de excursão em Bertioga<sup>24</sup>.

Em Bertioga, a tutela do turismo está a cargo da Secretaria de Turismo, Comércio e Assuntos Náuticos, instalada em uma residência no Jardim Veleiros e dois centros de informações turísticas, sendo um localizado na Av. 19 de Maio, no trevo de entrada da cidade e outro no Portal da Riviera de São Lourenço.

Em campo, encontramos um “descontínuo e alongado canteiro de obras”<sup>25</sup> com serviços urbanos sendo executados em função da presença de empreendimentos

---

<sup>24</sup> Informação obtida em entrevista de campo, de um funcionário da Prefeitura Municipal de Bertioga, em 10/2006. O valor de entrada e o número de ônibus que entram no município de Bertioga não foram levantados.

<sup>25</sup> Cruz (2002: 156) utiliza este termo para referir-se a urbanização turística do litoral nordestino.

imobiliários e equipamentos públicos às escuras, em função de roubos, exemplo concreto de uma das diversas fragilidades a serem resolvidas em um “município turístico”.

## 5.4. BERTIOGA E CAPITAL IMOBILIÁRIO

A melhor fluidez territorial, a partir do incremento de um moderno sistema técnico de autopistas, melhorou a circulação e o acesso ao mar, com as inaugurações da Via Anchieta - 1947 e 1953 e da Rodovia dos Imigrantes – 1974 e 1976<sup>26</sup>, objetos técnicos que intensificaram a produção do espaço em Santos, e suas modernizações possibilitaram a ampliação da produção do espaço em direção à Baixada Santista e ao Litoral Norte. A ligação entre Guarujá e Bertioga ampliou o acesso à Praia da Enseada, iniciando uma nova forma de se produzir o espaço.

Bertioga, território litorâneo, atraiu investidores imobiliários com a aceleração do processo de urbanização local. A conjugação de atributos naturais como a Serra do Mar, a praia e o Sol, de grande valor para a prática do turismo, além da busca incansável pela reprodução do capital, foi o motor desse processo e, com a “transformação do tempo do ócio como negócio, entra em jogo o que Lefebvre (1976) chama de emergência de novas raridades”, sendo o espaço geográfico “uma destas raridades, especialmente se acompanhado de atributos como natural, rural, verde, conservado etc” (OLIVEIRA, 1999, p. 191).

Dessa forma, o espaço natural de Bertioga vem sendo produzido e transformado pelo capital imobiliário, ampliando as possibilidades para os sujeitos sociais “tomadores” de decisões, ditos hegemônicos que, à revelia, lotearam e loteiam o espaço bertioguense. Estes, por sua vez, trazem o universal ao lugar; os turistas, com seus novos modos de vida e suas novas lógicas de uso e apropriação do espaço, são o elo dessa ligação.

A fusão de capitais deu origem à Cia. Urbanística de Bertioga, que iniciou a abertura de novos loteamentos e atraiu diversos sujeitos sociais: construtores, incorporadores e imobiliárias. É assim que a construção das segundas residências toma corpo e vai

---

<sup>26</sup> [http://www.der.sp.gov.br/malha/historico\\_rodovias.aspx#achietaimigrante](http://www.der.sp.gov.br/malha/historico_rodovias.aspx#achietaimigrante). Acesso em 11/05/2007.

ocupando o território: de um lado leva a novidade ao lugar e, por outro, exige um contingente de mão-de-obra ligada à construção civil que se desloca rumo ao litoral e ocupa as áreas públicas e as margens de rios, acelerando o surgimento de áreas de comunidades.

## 5.5. O FENÔMENO DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

As segundas residências são os domicílios particulares de uso ocasional, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elas são entendidas como a segunda moradia de uma família, destinada aos períodos de férias escolares, para o uso nos finais de semana e períodos prolongados, que perfazem até cinco dias consecutivos. Acrescentamos a essa equação o aluguel temporário da segunda residência por aplicativos, como é o caso do *AirBNB*.

Para Tulik (2001, p. 72), a cidade de São Paulo foi o ponto de partida para uma “primeira onda de residências secundárias” em função do seu crescimento populacional e de sua expansão urbana, que ocupa as regiões norte da cidade, junto à Serra da Cantareira, e também a região da represa de Santo Amaro. As ondas seguintes de urbanização alcançaram lugares vizinhos à metrópole, sendo a melhoria de circulação justificativa para tal, quando as condições para a aceleração da urbanização do litoral paulista aumenta (CRUZ, 2001, p. 79).

O IBGE adotou a denominação domicílios particulares de uso ocasional (DPUO) somente a partir do censo de 1980, sendo que anteriormente esses domicílios eram categorizados como domicílios fechados, o que impedia a obtenção de dados estatísticos precisos.

Com relação às segundas residências ou domicílios particulares de uso ocasional (DPUO) para essa região, encontramos uma situação particular (tabela 03): ocorreu um

aumento no número de segundas residências no Estado de São Paulo. Em 1980<sup>27</sup>, elas representavam 3,3% do total de domicílios particulares estaduais, enquanto em 2022, 6,20% do universo, o que permite concluir que, em pouco mais de 40 anos, o Estado de São Paulo agregou um milhão de domicílios particulares (995.106) destinados ao uso para lazer e férias, denotando a importância em se analisar as segundas residências em função das suas elevadas taxas de crescimento no cenário estadual e nacional, com destaque para os municípios litorâneos e os efeitos espaciais daí decorrentes.

Entre os municípios, percebemos diferenças na concentração do número de domicílios destinados ao lazer no ano de 2022. Mongaguá (56,35%), Bertioga (55,52%), Itanhaém (47,36%), Peruíbe (42,63%), Praia Grande (41,75%), Guarujá (30,78%), Santos (9,52%), São Vicente (6,33%) e Cubatão (1,47%), cujo número inexpressivo de segundas residências pode estar ligado à presença de grande polo industrial, o elo de ligação planalto – litoral.

No caso de Bertioga, os dados apontam para um esgotamento na disponibilidade de áreas para expansão urbana, posto que o município tem 85% de seu território protegido por legislação ambiental.

A especulação imobiliária, a presença de empresários ligados ao setor, de mão-de-obra necessária para a construção e manutenção dos imóveis, as novas formas de uso do território e o contato entre diferentes perspectivas no trato com o cotidiano passam a ser marcas do território de Indaiá, aproximando as segundas residências do fortalecimento do capital imobiliário.

---

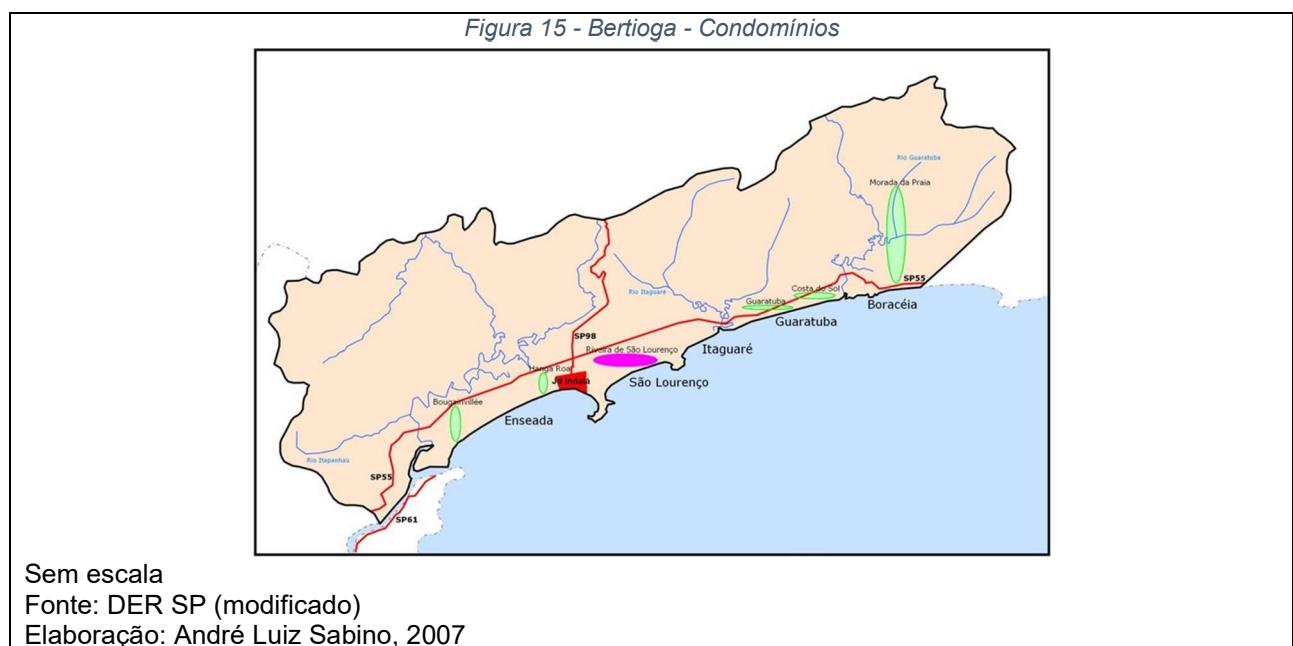
<sup>27</sup> Faz-se necessário ressaltar que os levantamentos censitários do IBGE somente contaram os domicílios de segunda residência a partir de 1980, quando os mesmos foram considerados fechados, o que possibilita confusões no levantamento dessa categoria, superestimando-a. Somente a partir do censo de 1991 é que se contabilizam as casas e apartamentos destinados às férias e finais de semana prolongados, como sendo de domicílios particulares de uso ocasional. É necessária a explicitação desse critério junto ao recenseador (Llauger et al, 1990, p. 204).

O tempo lento, de relativo isolamento e repouso do espaço bertioguense, há muito não é o mesmo e o aspecto de vila cedeu e continua cedendo lugar, paulatinamente, a novas paisagens, regidas pela incorporação do espaço litorâneo ao circuito das trocas.

As relações entre processo de produção - desenvolvimento das forças produtivas produzem no mundo moderno, novas possibilidades de realizar a acumulação, que em sua fase atual, liga-se cada vez mais à produção do espaço – produção que se coloca numa nova perspectiva, onde novos lugares ganham valor de uso. (Carlos, 1999, p. 64).

Ao longo da década de 1990, consolida-se um outro movimento, com o esgotamento espacial das praias de Santos<sup>28</sup> e Guarujá, principalmente quando os agentes produtores de uma urbanização turística começam a direcionar seus investimentos para o recém-emancipado município de Bertioga.

Dadas, todavia, as características ambientais de Bertioga, este feroz processo de urbanização turística se dá com importantes custos ambientais como, por exemplo, o aterro de mangues e o desmatamento de restingas (figura 15).



<sup>28</sup> Seabra (1979) aponta que o esgotamento em Santos ocorre já na década de 1970, forçando o capital imobiliário a migrar para o restante da Baixada Santista, assim como para o Litoral Norte.

Tabela 03 - Região Metropolitana da Baixada Santista

| Domicílios particulares e de domicílios particulares de uso ocasional |                    |        |       |           |         |        |           |         |        |            |         |             |            |           |        |
|---|--------------------|--------|-------|-----------|---------|--------|-----------|---------|--------|------------|---------|-------------|------------|-----------|--------|
|   | 1970               |        |       | 1980      |         |        | 1991      |         |        | 2000       |         |             | 2022       |           |        |
| Município   | DP                 | DF     | DF %  | DP        | DPUO    | DPUO % | DPs       | DPUO    | DPUO % | DP         | DPUO    | Q<br>P<br>% | DP         | DPUO      | DPUO % |
| Bertioga  | Distrito de Santos |        |       |           |         |        | 10.768    | 6.834   | 63,50  | 26.054     | 16.691  | 64,06       | 61.182     | 33.971    | 55,52  |
| Cubatão   | 11.253             | 40     | 0,40  | 19.428    | 46      | 0,20   | 23.808    | 61      | 0,30   | 1.47       | 313     | 0,93        | 46.441     | 685       | 1,47   |
| Guarujá   | 27.040             | 6.325  | 23,40 | 54.534    | 17.031  | 31,20  | 94.084    | 37.903  | 40,30  | 30,78      | 44.981  | 35,57       | 160.283    | 49.335    | 30,78  |
| Itanhaém  | 7.852              | 4.077  | 51,90 | 17.090    | 8.454   | 49,50  | 32.935    | 18.702  | 56,80  | 47,36      | 26.752  | 52,58       | 92.944     | 44.022    | 47,36  |
| Mongáguia   | 5.485              | 3.879  | 70,70 | 9.524     | 6.483   | 68,10  | 18.791    | 13.064  | 69,50  | 56,35      | 21.183  | 63,99       | 55.694     | 31.386    | 56,35  |
| Peruíbe   | 2.916              | 1.095  | 37,60 | 10.070    | 4.314   | 42,80  | 20.512    | 10.634  | 51,80  | 42,63      | 15.049  | 47,02       | 53.051     | 22.616    | 42,63  |
| Praia Grande  | 32.421             | 25.184 | 77,70 | 63.342    | 42.329  | 66,80  | 109.716   | 69.354  | 63,20  | 41,75      | 93.275  | 58,25       | 257.261    | 107.402   | 41,75  |
| São Vicente   | 43.452             | 13.072 | 30,10 | 63.587    | 12.480  | 19,60  | 91.247    | 15.854  | 17,40  | 6,33       | 14.454  | 13,00       | 146.672    | 9.278     | 6,33   |
| Santos  | 109.483            | 20.818 | 19,00 | 135.379   | 18.777  | 13,90  | 166.086   | 28.434  | 17,10  | 9,52       | 20.816  | 12,23       | 208.507    | 19.856    | 9,52   |
| RMBS  | 239.902            | 74.490 | 31,10 | 372.774   | 109.914 | 29,50  | 567.947   | 200.840 | 35,40  | 29,44      | 253.514 | 34,09       | 1.082.035  | 318.551   | 29,44  |
| São Paulo   | -                  |        |       | 6.777.617 | 222.069 | 3,30   | 9.484.704 | 459.597 | 4,80   | 12.652.045 | 706.975 | 5,59        | 19.623.160 | 1.217.175 | 6,20   |

DP: Domicílio Particular; DF: Domicílio Fechado; DPUO: Domicílio Particular de Uso Ocasional.

1. Domicílio fechado: Até o Censo de 1970, o IBGE considera somente os domicílios ocupados, vagos e fechados. O conceito, portanto, pode inflar ou superestimar o fenômeno das segundas residências.

2. A partir de 1980, O IBGE considera os domicílios ocupados, vagos, fechados e de uso ocasional (segundas residências)

Fontes: Duarte, 2001, p. 119 (modificado) e IBGE – Sinopses preliminares dos censos demográficos (1970, 1980, 1991, 2000 e 2022)

Organização: André Luiz Sabino, 2007.

A clara hegemonia do capital imobiliário pode ser percebida em Bertioga através do expressivo número de condomínios à venda e em construção, colocando em contato diversos sujeitos sociais: alguns vivendo cotidianamente o lugar, outros de forma esporádica e ainda os que o “vivem” a distância<sup>29</sup>.

## 5.6. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM INDAIÁ

Desvendar a produção de Indaiá, identificando os sujeitos sociais que participaram - e participam - desta forma de parcelar/utilizar o território, analisar a relação do lugar com o mundo, simbolizado tanto pelo capital financeiro e imobiliário, como pela proximidade com a metrópole de São Paulo, apreender o papel do poder público no conhecimento, no levantamento de dados sobre esta área e analisar como os moradores do bairro o percebem foram os objetivos dessa investigação.

Nosso desejo, portanto, foi o de encontrar os *nexos espaciais*, efetivar “uma análise espacial de um tipo de uso do território<sup>30</sup> por uma atividade social impregnada de componentes mercantis, cujos rebatimentos espaciais recaem sobre todos que, de algum modo, usufruem desse lugar” (Sabino, 2007, p. 69).

A ocupação “aleatória” desse lugar ocorre com a chegada de Martin Afonso de Souza, em 1531, período de um território utilizado exclusivamente pelas pessoas que lá viviam. Poder-se-ia dizer que este é o momento do tempo lento do lugar, com o predomínio

---

<sup>29</sup> Os moradores locais de Bertioga vivem o lugar cotidianamente; os turistas esporadicamente e, por fim, os agentes hegemônicos, os detentores do capital imobiliário, vivem o lugar à distância, visto que seus escritórios não estão localizados em Bertioga. O escritório da empresa Praias Paulistas S/A fica no município de São Paulo no bairro dos Jardins, assim como a Cia. Fazenda Acaraú.

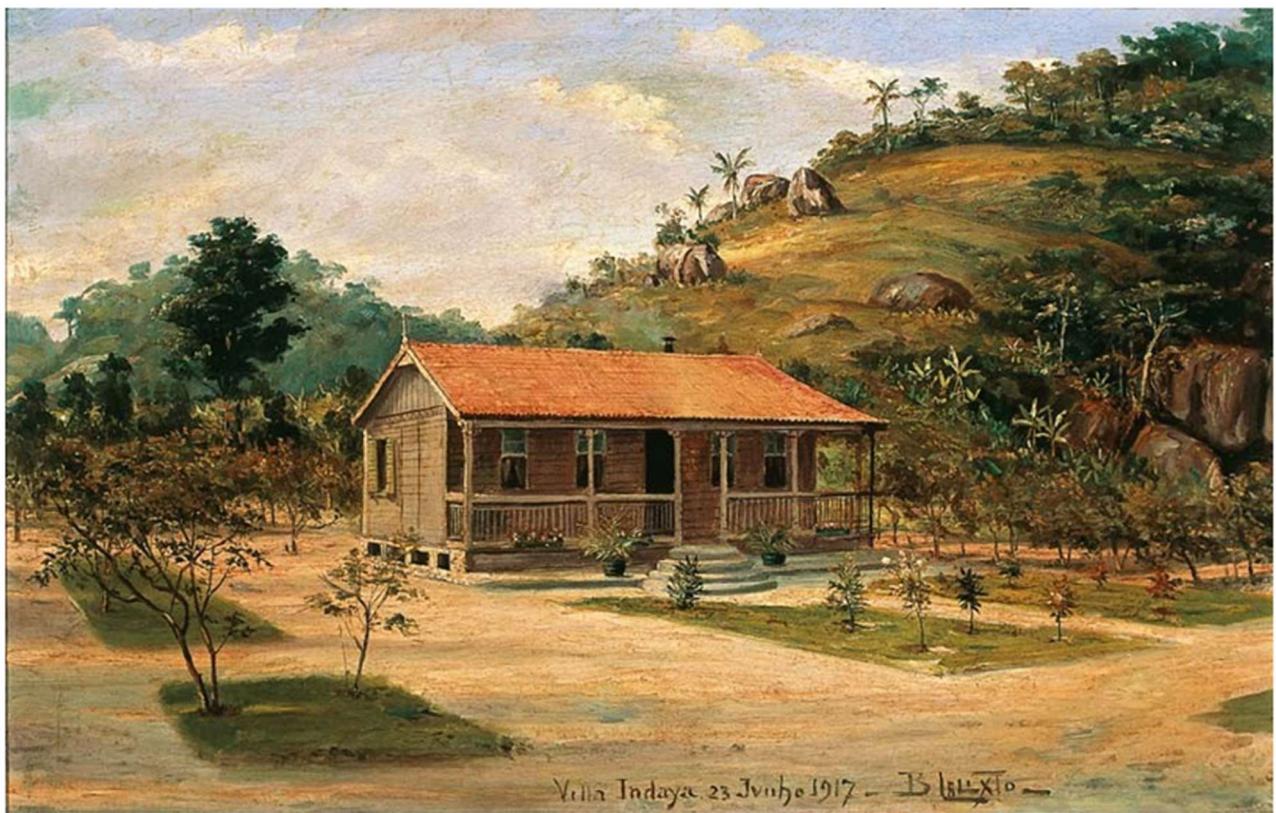
<sup>30</sup> O turismo não é o único uso do território; outros usos convivem paralelamente com esta atividade como o comércio, as empresas de transporte de passageiros, que transportam também turistas, as incorporadoras e construtoras, dentre outras atividades.

da natureza e uma pequena variedade de objetos técnicos que servia ao pequeno grupo de pessoas que ali habitavam.

É este, em grande parte, o cenário descoberto pelo poeta santista Vicente de Carvalho, quatro séculos mais tarde, e escolhido por ele e sua família para construir sua morada, no ano de 1917, quando edifica uma residência de madeira nos moldes daquelas que conheceu em visita ao sul do Brasil, a primeira casa de veraneio da Praia da Enseada, retratada pelo pintor Benedito Calixto (figura 16). Sobre este momento histórico, há o seguinte relato (Moraes, 2005, p. 4):

localizado na praia da Enseada, em Bertioga, o Sítio Indaiá recebeu este nome do poeta santista Vicente de Carvalho, que adquiriu o terreno em 1917 e ali construiu a primeira casa de veraneio daquela praia. Toda de madeira e com acomodações modernas para a época, foi transformada em refúgio – inclusive político – pelo chamado Poeta do Mar.

*Figura 16 - Villa Indaya*



Óleo sobre tela. Benedito Calixto, 1917

Com o falecimento do poeta, em 1937, a casa é adquirida pela família do empresário e senador José Ermírio de Moraes, que a transforma em refúgio de férias da família. Em 1940, este empresário começa a construção de uma nova moradia de alvenaria, que somente é concluída e inaugurada no ano de 1954. A antiga casa de madeira “resistiu” até 1948.

O empresário José Ermírio de Moraes constrói, por conta própria, uma ligação entre o Guarujá e Bertioga, embrião da atual rodovia SP 61 - Ariovaldo de Almeida Viana (Perequê – Bertioga), iniciativa para melhorar a acessibilidade à Bertioga. Na década de 1940, esta rodovia passa a ser conservada pelo DER (Departamento de Estrada e Rodagem), do Estado de São Paulo, e é alargada, retificada e asfaltada. Esta primeira ligação, que pertenceu a Santos até 1991, mesmo sujeita a condições precárias e intempéries, intensifica a presença de turistas interessados em se apropriar deste espaço.

A construção da Rodovia Anchieta, SP-150, inaugurada em 1947, consolida a ligação do planalto com o litoral paulistano e constitui, por sua vez, evento de grande importância para as novas formas de ocupação e uso do território em tela<sup>31</sup>.

Se o turismo é “uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas pelo território e que tem no espaço geográfico seu principal objeto de consumo” (Cruz, 2001, p. 05), uma prática social cooptada pelo mercado, envolvendo deslocamentos, uso do território, presença do turista e sua relação com o espaço - única, esporádica ou cíclica<sup>32</sup> - pode-se dizer que José Ermírio de Moraes foi, para Bertioga, um turista-empreendedor.

Foi a Praias Paulistas que lançou, em 1947, o loteamento Jardim Indaiá, dividido em três glebas que acompanharam a demanda de mercado. O processo de loteamento, 5.690<sup>33</sup>, foi aprovado no ano de 1947. Ele foi seguido pelo Decreto de nº 1.014, publicado

---

<sup>31</sup> Ver Seabra, 1979.

<sup>32</sup> Única no sentido de que o turista pode se direcionar a um destino turístico para consumir / conhecer o espaço por uma única vez, esporádica pela possibilidade de retorno aos lugares conhecidos e, por fim, cíclico, considerando a possibilidade de o turista ser o proprietário de uma segunda residência.

<sup>33</sup> O processo nº 5690, de aprovação do loteamento Indaiá, é de 1947. Em contato com a Prefeitura Municipal de Santos descobrimos que o processo não existe nos arquivos.

em 24 de janeiro de 1957, que desapropria a área necessária para o arruamento da gleba I. Esta gleba do loteamento compreende a área formada pelas Avenidas Tomé de Souza, no limite da praia, Dr. Fausto Guimarães Sampaio, Sabino Abdala e Lucas da Cruz Carvalho, sendo que ela se estende até metade dos lotes dos quarteirões vizinhos da Av. Lucas da Cruz Carvalho, totalizando 549 lotes.

A desapropriação para o arruamento da Gleba II, nº 1.992, é de 22 de fevereiro de 1961. A área da gleba tem como limites a Av. Sabino Abdala, Av. Fausto Guimarães Sampaio, R. Dr. José Costa e Silva Sobrinho, incluindo os terrenos de ambos os seus lados e a Av. Lucas da Cruz Carvalho, incluindo os lotes de ambos os seus lados. Nesta gleba, o total de lotes é de 682.

A Gleba III, cuja desapropriação de áreas para o arruamento é parte integrante do Decreto nº 2.797, de 14 de julho de 1964, tem sua área compreendida entre a Av. Mariano Laet Gomes, Av. Tomé de Souza, R. Marlene, R. Horácio Penteado de F. E. Silva, Av. Anchieta, R. Moacir Prado Simões e R. Washington Curvelo de Aguiar, com um total de 873 lotes. Esta gleba apresenta uma área, cuja denominação é Jardim Santa Tereza, que foi loteada por um outro proprietário.

Apesar do processo do loteamento ter sido aprovado em 1947 e as glebas nos anos de 1957, 1961 e 1964, respectivamente, nos anos de 1960 somente se percebia a construção do arruamento, com algumas residências construídas na faixa da praia. Ainda hoje encontramos muitos terrenos não edificados em Indaiá, assim como grandes áreas ao longo da Av. Anchieta.

Apesar de contar com cerca de 18% de espaço destinado a áreas públicas, distribuídas em jardins e edifícios públicos, em campo percebemos que elas são pouco utilizadas.

Em Bertioga, uma estância balneária que tem o turismo como principal atividade econômica, o trato com as áreas públicas deveria ser uma preocupação fundamental, visando garantir a qualidade de vida para os moradores do bairro e também a acolhida aos turistas, fazendo-os retornar, contribuindo com as atividades econômicas correlatas, típicas

da atividade, e, com a geração de uma quantidade maior de empregos, o que tem acontecido de forma tímida em Indaiá, o que acreditamos reverberar em todo o município<sup>34</sup>.

Tudo isso marca, em verdade, uma nova divisão territorial do trabalho e, de certa forma, um alargamento de contextos e, consequentemente, a possibilidade de atuação efetiva dos agentes nos lugares e, em especial, em Indaiá.

## 5.7. A REALIDADE EM INDAIÁ

Para entender os conflitos e as perspectivas locais, no final do ano de 2006 e início do ano de 2007, aplicamos questionários em Indaiá com o objetivo de conhecer *in loco* o espaço que estudamos e também a realidade das pessoas que vivem, cotidianamente ou em determinados períodos, o bairro.

Como universo inicial, consideramos aproximadamente 10% do total de domicílios. Entre ruas e avenidas, escolhemos sete para aplicar os questionários, sendo três na gleba I e duas nas demais. Para isso, consideramos que na Gleba I há 23 ruas e avenidas, na Gleba II 19 e 9 na Gleba III. Sorteamos sete ruas e nelas aplicamos os questionários.

Para chegarmos ao número de residências de todo o loteamento, contabilizamos o seu total utilizando o programa *Google Earth*, sendo ele de 1690 imóveis e, portanto, nossa amostra seria de 169 questionários a serem aplicados. Em nossa primeira etapa de pesquisa de campo, realizada em 2006, aplicamos 49 questionários, todos na Gleba I e, em 2007, aplicamos outros 47 questionários nas Glebas II e III, totalizando 96 questionários aplicados.

Em campo, ocupamo-nos de identificar, primeiramente, a relação da pessoa encontrada com o imóvel, ou seja, proprietário, caseiro ou alguém que o alugava. Também levantamos lugares de origem, quantas vezes utilizavam o imóvel anualmente, o tempo de

---

<sup>34</sup> Exceção à regra é a Riviera de São Lourenço, onde os espaços coletivos são mantidos e a infra-estrutura existe. Não é possível equiparar a administração de um loteamento como a Riviera e a administração municipal, tanto por uma questão escalar como pelo origem das verbas de cada instância

posse, em caso de serem proprietários, dados sobre o padrão construtivo e, por fim, o que considerava faltar no bairro.

Entre as pessoas entrevistadas, 58 eram proprietárias do imóvel, 10 eram caseiros e outras pessoas alugaram o imóvel, ou ele era emprestado de um amigo ou parente. Também encontramos casos em que o imóvel era alugado por contrato fixo.

De 93 domicílios entrevistados, quarenta são de moradores de Bertioga, representando 43%. Os demais, 57% do total, são utilizados como residências secundárias, ou seja, são utilizadas em finais de semana ou períodos de férias, o que confirma a dimensão de estância balneária de Bertioga. Os 53 proprietários de uma segunda residência em Bertioga são paulistas<sup>35</sup>.

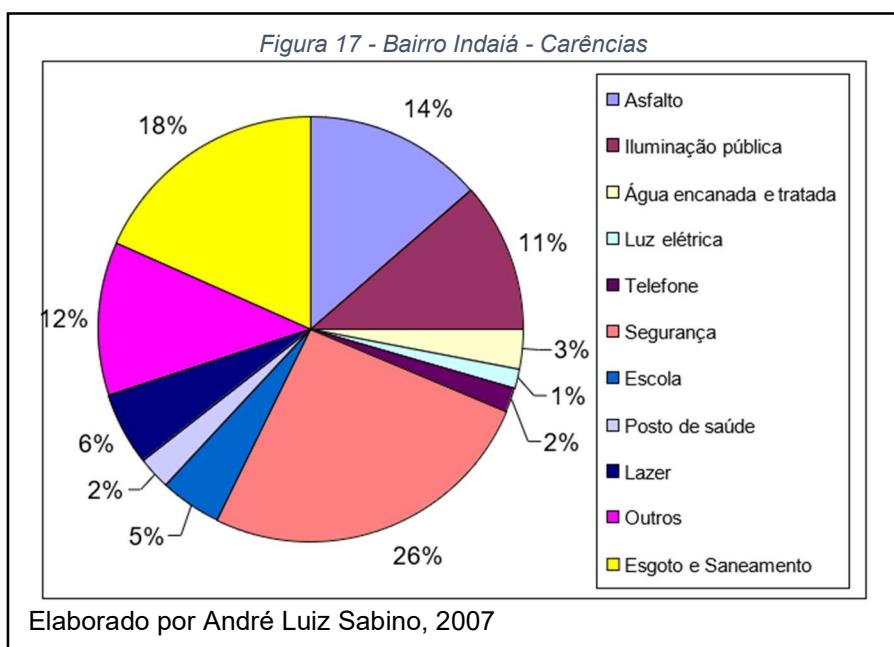
Também concluímos que o surgimento do loteamento Indaiá se deu com lugar voltado para a construção de segundas residências, contudo hoje ele tem claramente uso misto, abrigando número expressivo de domicílios ocupados por residentes.

Sobre a utilização do imóvel pelo universo pesquisado, prevalece sendo pelo proprietário da segunda residência (71%), seguida da locação (19%) ou uso de familiares e amigos (10%). Em uma residência de três dormitórios, localizada na Av. Lucas da Cruz Carvalho, por exemplo, encontramos 16 pessoas da mesma família que utilizavam o imóvel emprestado de um amigo.

Quando questionávamos os entrevistados sobre as carências do bairro, os problemas encontrados foram diversos, com destaque para a falta de segurança (26%). Com relação a este quesito, os roubos praticados nas residências, a falta de policiamento rotineiro e a precária fiscalização da praia, principalmente no período noturno, são as principais reclamações (figura 17).

---

<sup>35</sup> São Paulo: 30 proprietários de segunda residência, Mogi das Cruzes: 10, Guarulhos: 03, Suzano e Poá: 02 e São Miguel Paulista, Santos, Guaratuba, Itapira, Ferraz de Vasconcelos e São Bernardo do Campo: 01 proprietário.



A segunda maior necessidade do bairro apontada foi a falta da coleta e tratamento de esgoto e saneamento básico, com 18%. A ausência de calçamento<sup>36</sup> representa 14% das queixas dos moradores. O desejo não é ver o bairro asfaltado, mas o de que fosse colocado cascalho nas ruas, que as

sarjetas fossem construídas e que a fiscalização da prefeitura fosse intensificada.

A iluminação pública é deficitária em alguns pontos (11% dos apontamentos). A falta de iluminação parece ter relação direta com roubos no bairro e com a falta de segurança. Em conversa com morador da Rua Lucas da Cruz Carvalho, que foi para Bertioga em 1982 e mora na casa construída pela irmã, o mesmo nos confidenciou ter posse de uma lista de 07 pontos de reclamação que gostaria que registrássemos e encaminhássemos para os órgãos competentes. Ao entrevistá-lo, porém, a lista apresentou, na verdade, 09 itens<sup>37</sup> que considera serem problemas do bairro e do próprio município.

Indaiá parece ser um exemplo claro da ação espacialmente seletiva das municipalidades, não raras vezes privilegiando atores hegemônicos da produção do espaço em detrimento dos interesses da coletividade.

<sup>36</sup> No questionário aplicado, uma das carências levantadas era o asfalto. Em campo, percebemos que sua falta não é um problema para a comunidade, que aponta a precária manutenção das ruas e avenidas como sendo problemática. Eles sugerem, ainda, a construção de guias e sarjetas, de rede de captação de esgoto (projeto em andamento pela Prefeitura) e o calçamento com blocos como desejos.

<sup>37</sup> Preço não tabelado do peixe no mercado de Bertioga, lixo, falta de creche no bairro, falta de esgoto, consumo de drogas, inexistência de teatro, ausência de abrigos de ônibus, falta de bombeiros e policiamento e ausência de banheiros públicos.

Quando o assunto era a segurança no bairro, percebemos um desconforto da população entrevistada em relação ao convívio com os moradores da área de favela em Indaiá, que a prefeitura de Bertioga denomina de Ilha 04. O incremento da construção civil após as décadas de 1970 e 1980, com a implantação de empreendimentos imobiliários que atraíram população de baixa renda e com pouca qualificação profissional, são os fatores considerados pela Prefeitura como a principal causa para tal situação.

A partir do reconhecimento do título de posse da moradia e de regularização fundiária, a Prefeitura iniciou um processo de urbanização das quatro quadras da comunidade com a instalação de postes de iluminação pública, canalização dos resíduos e instalação de guias e sarjetas.

Atualmente, a Prefeitura continua o processo de urbanização do núcleo Indaiá 4, assim como dos demais. A comunidade Ilha 4 mantém relação direta com o turismo, pois muitos trabalham na construção civil, em residências secundárias, em portarias de prédios da Riviera de São Lourenço, dentre tantas outras atividades ligadas à atividade.

Para esta comunidade, o turismo impôs sua lógica, construindo o espaço de uma realidade penosa para grande parcela da população.

## **5.8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O considerável incremento populacional em Bertioga nos últimos anos, assim como em todo o litoral paulista, com o aumento dos domicílios particulares de uso ocasional, se deu em função da melhora na circulação em direção a este território.

As diversas rodovias possibilitaram a ampliação do acesso de turistas, novos moradores e agentes de mercado ao território. Associado ao incremento populacional, percebemos a maior atuação do capital, procurando ampliar o seu lucro através de lançamentos de novos loteamentos e condomínios, o que mudou a organização espacial em Bertioga. Especificamente em Indaiá, onde a Rodovia SP – 098, Mogi - Bertioga (Dom Paulo Rolim Loureiro) chegou em 1982, a atuação do capital se ampliou.

Neste loteamento, que surgiu no final da década de 1940, visualizamos ocupação paulatina quando a classe média viu em Indaiá a possibilidade de uma casa de veraneio, sonho abalado pela crescente perda de poder aquisitivo das classes médias no país nas últimas décadas.

Na atualidade, conhecemos uma Indaiá em que o conflito é iminente. De um lado, os proprietários de segunda residência, que mantêm um relativo vínculo territorial com o lugar. De outro, os residentes, entre os quais antigos proprietários de segundas residências. Os moradores são aqueles que conhecem melhor as dificuldades do bairro e apontam as necessidades ainda não atendidas pelo poder público, como a falta de segurança, de esgoto e de infra-estruturas de lazer no loteamento. O convívio com os moradores de áreas públicas invadidas é conflituoso, visto que alguns se sentem ameaçados pelos mesmos e, inclusive, questionam o fato de o poder público estar construindo casas populares a preços baixos, como é o caso do Conjunto Habitacional Nedda I e II (antigo Ilha 4).

Em Indaiá, áreas destinadas a praças públicas são negligenciadas. Na medida que nos direcionamos para o interior do bairro, nenhuma área pública destinada à construção de praças existe. Abandonadas e transformadas em terrenos baldios, essas áreas não são reconhecidas pela população como áreas públicas.

A produção do espaço bertioguense é regida por uma fragmentação acentuada, sendo a rodovia SP-55 uma espécie de divisor de águas: de um lado os "territórios do turismo", à beira-mar e, de outro, os "territórios dos outros", revelando um espaço cindido e uma sociedade igualmente fragmentada.

Os vetores hegemônicos da produção do espaço no município são o Estado, na figura da Prefeitura Municipal de Bertioga, que aprova novos loteamentos e edificações, normatizando o território, e o capital imobiliário, amparado pelo primeiro.

Os grandes condomínios e loteamentos de alto padrão, com suas muralhas e cercas, são uma das faces das contradições presentes no território municipal. A "obrigatória" convivência entre proprietários de segundas residências e bertioguenses acontece todo o tempo, por meio das relações comerciais e pelos serviços prestados pela população que mora em áreas carentes adjacentes. O alto padrão construtivo dos condomínios contrasta

com a arquitetura simples da moradia sub-normal, tendo como pano de fundo as lógicas hegemônicas que orientam a reprodução do capital.

As contradições na produção do espaço em Indaiá são aparentes, assim como em todo o município. Entender a sua essência foi o objetivo desta pesquisa.

## **6. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELA CASA DE PRAIA NO LITORAL SUDESTE BRASILEIRO: EXPERIÊNCIA DO DOUTORADO**

Realizei minha qualificação em nível de doutoramento entre os anos de 2008 e 2013. Nesse período, retorno ao estado de Minas Gerais após viver 17 anos na cidade de São Paulo.

No tempo que antecedeu o meu retorno para Minas Gerais, já com minha formação e identidades consolidadas como professor, trabalhei em escolas públicas e privadas em São Paulo, fiz pequenas inserções no mundo editorial e apresentei trabalhos em seminários nacionais e internacionais.

Passo a relatar o resultado da pesquisa de doutoramento realizada no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Ariza da Cruz a quem, mais uma vez, agradeço pela seriedade na orientação e pela paciência no suporte necessário para vencer mais essa etapa de formação pessoal/profissional.

Uma tese de doutoramento exige dedicação e disciplina e, sem contar com as pessoas que fazem parte do seu dia a dia, essa tarefa se apresenta como desafiadora. Por isso, no corpo da tese os agradecimentos foram para todas as pessoas que, direta ou indiretamente, participaram desse momento<sup>38</sup>.

A tese, em certa medida continuidade da dissertação, tem uma introdução e duas partes: I. Domicílios particulares de uso ocasional (DPUO), turismo e produção do espaço

---

<sup>38</sup> No doutorado cursei as disciplinas Avaliação Prospectiva dos Territórios (Prof. Dr. Hervé Émilien Théry), Os centros das grandes cidades: o lugar e o global, ministrado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Glória da Anunciação Alves, participei do XV Encontro Nacional de Geógrafos, em São Paulo, fiz o curso Educação geográfica e o ensino de cartografia nas séries iniciais, promovido pelo Colégio Santa Maria, com a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Maria Vanzela Castelar, fiz parte do Grupo de Estudos Pesquisa em Geografia: teorias, conceitos e práticas, participei do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina - 12º Egal, em Montevideo, no Uruguai e participei como membro de duas bancas de Trabalhos de Graduação Individual (TGI), no Departamento de Geografia da USP.

e II. Entre o regional e o local - espacialidades dos domicílios de uso ocasional nos municípios de Piúma (ES), Mangaratiba (RJ) e Ilha Comprida (SP), lugares que apresentaram a maior concentração de DPUO (segundas residências), de acordo com a Sinopse preliminar do censo demográfico do ano de 2010.

Para a análise do fenômeno espacial casa de praia, optamos em realizar uma pesquisa exploratória e, para isso, nos dedicamos à leitura e à reflexão sobre os domicílios de uso ocasional (DPUO).

Outra opção metodológica foi espacializar os dados e construir mapas, na perspectiva de visualizar o fenômeno dos domicílios de uso ocasional em diferentes escalas. Nessa perspectiva, objetivamos produzir uma cartografia geográfica crítica dos domicílios de uso ocasional, como a proposta por Girardi (2008, p. 80), tendo como base “a leitura desconstrucionista do mapa”, considerando a “semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica como abordagens intercomplementares”.

## **6.1. DOMICÍLIOS PARTICULARES DE USO OCASIONAL NO LITORAL SUDESTE BRASILEIRO**

Há tantas formas de turismo como possibilidades de análise desta atividade

Luchiari (1998, p. 15)

Definir os domicílios ocasionais na perspectiva da produção do espaço pelo turismo não é tarefa fácil. A começar pelas várias formas de denominá-los, como segundas residências, casas de veraneio, casas de campo, casas de praia, domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional (DPUO), etc. A cada investigação é necessário contextualizar o fenômeno, em função do recorte espacial estudado.

Em levantamentos estatísticos oficiais, os domicílios são categorizados como domicílios particulares não-ocupados de uso ocasional (DPUO). Seabra (1979) e Tulik (2001), precursoras dos primeiros estudos sobre o assunto no Brasil, utilizaram o termo segunda residência: a primeira define como sendo “a habitação cujo uso é eventual, a qual,

portanto, não se constitui em suporte da vida cotidiana”; a segunda, como “alojamentos turísticos particulares, utilizados temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que têm o seu domicílio permanente em outro lugar”.

De nossa parte, reconhecemos a necessidade em considerar a definição oficial do IBGE, dado o fato de que as únicas estatísticas sobre domicílios de uso ocasional existentes são produzidas por este organismo. Para o IBGE, domicílio diz respeito a algo

[...] estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas (IBGE, 2010, p. 29).

Domicílio particular não ocupado de uso ocasional foi definido (IBGE, sd, p. 30) como aquele: “domicílio particular permanente que na data de referência servia ocasionalmente de moradia. Ou seja, são aqueles usados para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes”.

De acordo com Hall e Müller (2004, p. 03, tradução nossa) os domicílios de uso ocasional são parte integrante do “turismo e da mobilidade contemporânea”, constituindo o “destino de uma parte substancial dos viajantes nacionais e internacionais, enquanto o número de camas disponíveis em uma segunda residência supera ou excede o disponível no setor formal de acomodação”, como em hotéis e pousadas.

A partir do exposto, consideramos o domicílio de uso ocasional como um fenômeno espacial e um tipo de alojamento turístico particular. Ele é, em geral, um domicílio utilizado para os finais de semana, feriados prolongados e férias, sendo o contraponto do domicílio ligado à vida cotidiana. Neste cenário, o litoral ocupa papel importante e assistiu à intensificação do processo de urbanização e a redefinição de suas fronteiras, tornadas mais

permeáveis. Novos eixos, levando às cidades litorâneas, novos e distintos contingentes populacionais promoveram sua contínua reconstrução. O turismo, na sua relação com os domicílios de uso ocasional, constitui vetor hegemônico desse processo.

## 6.2. O INCREMENTO DA URBANIZAÇÃO LITORÂNEA

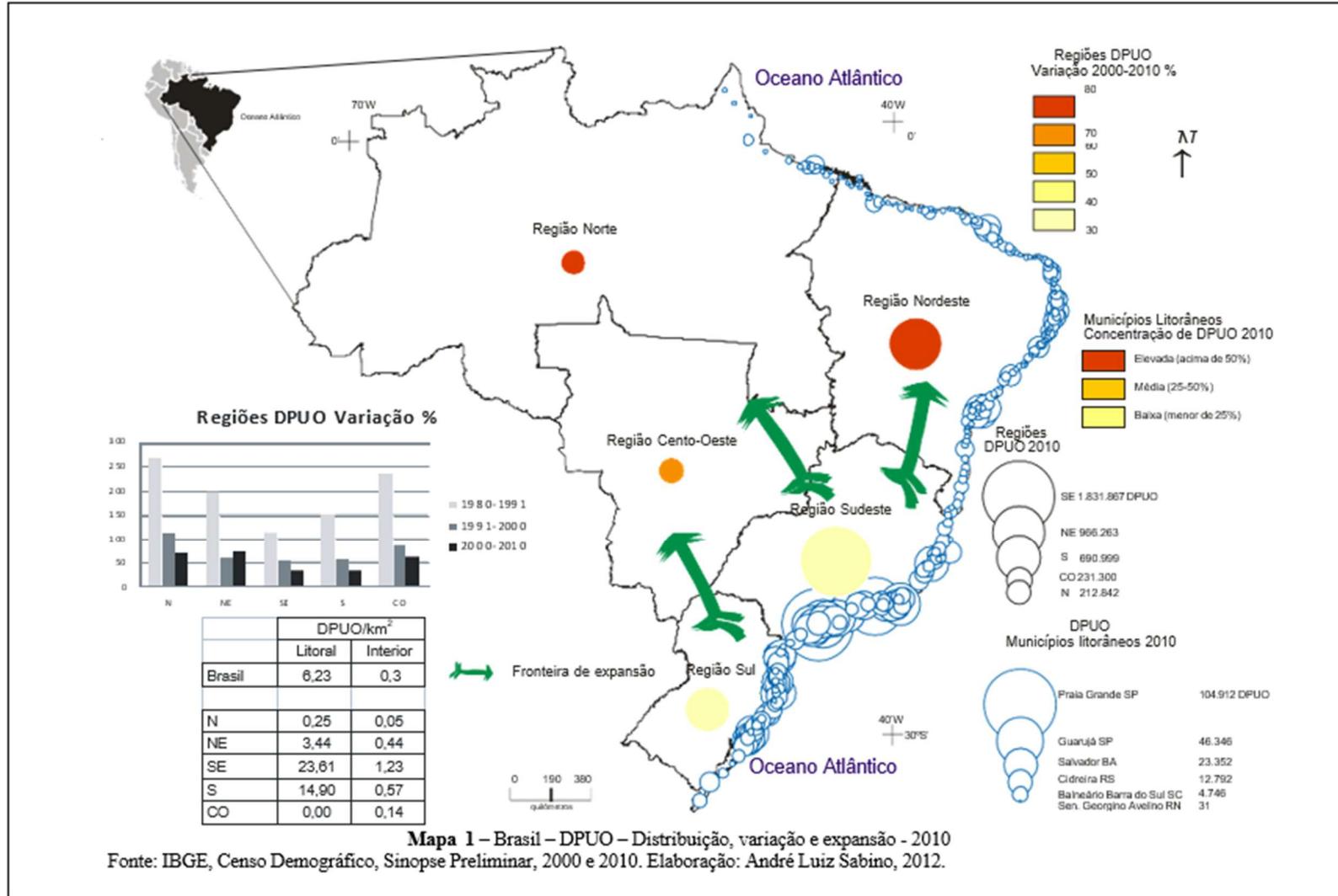
No litoral, a produção do espaço geográfico se acentua e, segundo Milton Santos (2005, p. 9), “depois de ser litorânea (antes e mesmo depois da mecanização do território), a urbanização brasileira tornou-se praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX”. Apesar da expansão em direção ao interior, o litoral continua a ocupar papel central na rede urbana brasileira, constituindo-se importante elo entre o Brasil e o mundo.

Podemos supor, para a região litorânea, uma geografia distinta dos domicílios de uso ocasional no interior do país e no litoral: enquanto no interior esses domicílios se apresentam como um fenômeno espacialmente disperso.

Os DPUO não se distribuem de forma regular; revelam concentração nas regiões Sudeste e Sul brasileiras, com destaque para as áreas próximas às regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas e ao Vale do Paraíba paulista. A concentração demográfica associada ao acúmulo de riqueza e renda nessas regiões e a fluidez ampliada do território pela qualidade técnica do sistema rodoviário, são fatores que convergem para explicar a expressividade espacial dos domicílios de uso ocasional (figura 18).

No litoral das regiões Sudeste e Sul, a densidade demográfica de domicílios de uso ocasional era de 23,61 e 14,90 DPUO/km<sup>2</sup>, respectivamente, muito acima da média nacional do ano de 2010, de 0,46 DPUO/km<sup>2</sup>. Supomos que tal concentração explique a tendência de maior crescimento de DPUO em direção ao Centro-Norte e ao Nordeste do país, consolidando o arco de expansão dos DPUO brasileiros, ou seja, a raridade do espaço, somada à estabilidade econômica alcançada pelo país e por mudanças na sua posição na Divisão Internacional do Consumo são fatores convergentes para detonar um processo de desconcentração espacial dos DPUO do Sul/Sudeste em direção ao Norte-Nordeste.

Figura 18 - - Brasil - DPUO (distribuição, variação e expansão) 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, Sinopse Preliminar, 2000 e 2010.

Elaboração: André Luiz Sabino, 2012.

### **6.3. A REINVENÇÃO DO LITORAL E A EXPLOSÃO DOS DPUO**

A partir de meados do século XVII, ocorre uma mudança no olhar sobre o mar. Das raízes do medo e da repulsa, com representações como o dilúvio no texto de *Gêneses* e textos literários catastróficos de luta com o mar, surgem as figuras iniciais da admiração, momento em que estar à beira-mar passa a despertar alegria e prazer e “o percurso nas praias se integra a um conjunto de práticas da natureza que respondem ao plano de vida de uma elite desejosa do retorno às fontes” (CORBIN, 1989, p. 32), e parte da elite europeia buscou o mar como forma de prazer.

Esta nova postura, ao tratar a praia a partir do alcance dos olhos, considerava os sujeitos envolvidos no consumo do espaço como fruição, e possibilitou peregrinações à costa da Campânia, banhada pelo mar Tirreno, no ocidente italiano. A ida à costa por prazer foi um dos embriões do turismo, fazendo referência às casas de veraneio e ao papel por elas ocupado no desfrute do mar como possibilidade de produzir e consumir espaço de uma nova maneira. Nesse contexto, o “o irresistível despertar do desejo coletivo das praias” (Idem, p. 65) europeias entre os séculos XVIII e XIX se concretizou e reinventou o encontro com o mar.

A nova forma de uso do território litorâneo, tornado turístico, colocou em contato habitantes do lugar e novos usuários “temporários”, condição e produto que mudou a espessura dos lugares pelo contrato entre “a sociedade de acolhida e a sociedade de turistas” (KNAFOU, 1991, p. 12). A introdução de um novo sistema de objetos (rodovias, avenidas à beira-mar, túneis, passeios públicos, quiosques, loteamentos, etc.) possibilitou a concretização de novas ações relacionadas ao uso dos espaços litorâneos.

No Brasil, na passagem do século XIX para o XX, a possibilidade do uso da praia como lugar de descanso e lazer se inicia com a inauguração de avenidas para-litorâneas e instalação de infraestruturas para o turismo, ações que intensificaram o processo de urbanização litorânea e o uso da praia como lugar de moradia, lazer e turismo.

Percebemos isso em Bertioga, litoral paulista, município considerado porta de entrada para o litoral norte paulista:

[...] de um lado, os proprietários de segunda residência, que mantêm um relativo vínculo territorial com o lugar. De outro, os residentes, entre os quais antigos proprietários de segundas residências. Os moradores são aqueles que conhecem melhor as dificuldades do bairro e apontam as necessidades ainda não atendidas pelo poder público, como a falta de segurança, de esgoto e de infraestruturas de lazer no loteamento (SABINO, 2007, p. 110).

Naquele momento, percebemos a existência de uma convergência de fatores que justificavam a existência de loteamentos voltados para domicílios ocasionais, com destaque para a Riviera de São Lourenço, um Empreendimento Turístico Imobiliário (ETI)<sup>39</sup> composto por meios de hospedagem, *shopping center*, comércio, escola e domicílios de uso ocasional, horizontais e verticais, uni e multifamiliares.

Nossa hipótese é que o capital imobiliário, desdobramento do capital industrial-financeiro, na busca por novas oportunidades de rentabilidade, incrementou as urbanizações brasileira e turística litorânea a partir da década de 1970, com crescente e ampliada oferta de domicílios.

Parte deste processo é a expressiva presença dos domicílios de uso ocasional ao longo do litoral Sudeste do país, configurando uma urbanização em escala regional, que abriga diferentes tipologias, definidas em função dos interesses hegemônicos do capital imobiliário que se associa ao Estado que, por sua vez, produz objetos, normas, imagens e discursos que favorecem a ação do primeiro e promove, consequentemente, a alienação do/na espaço.

A análise temporal e a construção da linha história de evolução dos DPUO brasileiros nos dá a dimensão do turismo relacionado aos domicílios de uso ocasional, revelando como esse processo em curso tanto descentraliza como concentra espacialmente as segundas residências (tabela 04).

---

<sup>39</sup> Conceito proposto por Araújo (2011)

Tabela 04 – Brasil e Regiões - Domicílios Particulares e Domicílios Particulares de Uso Ocasional 1980 – 2010

|    | Variação         | 1980    | DPUO/DP<br>1980<br>(%) | 1991    | DPUO/DP<br>1991<br>(%) | Variação         | 2000      | DPUO/DP<br>2000<br>(%) | Variação         | 2010      | DPUO/DP<br>2010<br>(%) | Variação         |
|----|------------------|---------|------------------------|---------|------------------------|------------------|-----------|------------------------|------------------|-----------|------------------------|------------------|
|    | 1980/1991<br>(%) |         |                        |         |                        | 1980/1991<br>(%) |           |                        | 1991/2000<br>(%) |           |                        | 2000/2010<br>(%) |
|    | Brasil           | 462,84  | 698.824                | 2,36    | 1.685.526              | 4,07             | 141,19    | 2.685.701              | 4,94             | 59,34     | 3.933.271              | 5,82             |
| N  | 1.236,02         | 15.931  | 1,31                   | 58.521  | 2,46                   | 267,34           | 123.686   | 3,68                   | 111,35           | 212.842   | 4,61                   | 72,08            |
| NE | 726,3            | 116.938 | 1,46                   | 345.661 | 3,16                   | 195,59           | 552.198   | 3,96                   | 59,75            | 966.263   | 5,4                    | 74,98            |
| SE | 342,66           | 413.830 | 3,01                   | 879.187 | 4,66                   | 112,45           | 1.355.698 | 5,48                   | 54,2             | 1.831.867 | 6,19                   | 35,12            |
| S  | 433,3            | 129.571 | 2,68                   | 326.333 | 4,94                   | 151,86           | 511.525   | 6                      | 56,75            | 690.999   | 6,63                   | 35,09            |
| CO | 925,54           | 22.554  | 1,24                   | 75.824  | 2,85                   | 236,19           | 142.594   | 3,75                   | 88,06            | 231.300   | 4,58                   | 62,21            |

Fonte: Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010) – Sinopses Preliminares. Organização: André Luiz Sabino, 2012.

No litoral, as regiões Sudeste e Sul apresentaram médias superiores de concentração de DPUO em relação à média nacional. As demais regiões, incluindo as litorâneas Nordeste e Norte, apresentaram indicadores inferiores, demonstrando a concentração litorânea desses domicílios na Região Centro-Sul do país.

Por outro lado, quando observamos a variação do crescimento dos DPUO, percebemos que as maiores taxas dessa “urbanização turística” não correspondiam às regiões de maior efetivo de domicílios de uso ocasional, consolidando o arco de crescimento voltado para o interior do país, revelando o incremento em áreas até então pouco valorizadas por este fenômeno.

Espacializando-se<sup>40</sup> os dados sobre domicílios de uso ocasional na região Sudeste, considerando a expressividade e as taxas de crescimento entre os anos de 2000 e 2010, ficam evidentes territórios descontínuos, destacando-se a expressividade das regiões **Metropolitana Sul Capixaba**, onde encontram-se os municípios de Vitória e Guarapari, a região dos **Lagos Cariocas**, a região **Sul Fluminense**, com o destaque para Mangaratiba,

<sup>40</sup> Girardi (2008) propõe como metodologia a cartografia Geográfica Crítica, tendo como base “a leitura desconstrucionista do mapa e considera a semiologia gráfica, a visualização cartográfica e a modelização gráfica abordagens cartográficas intercomplementares (p. 78). Ele realizou estudo sobre a área plantada da soja, denominando-a de território da soja, e a variação da área plantada entre os anos de 1990 e 2006, definindo a territorialização da produção da soja.

a região do litoral **Norte Paulista**, onde se destacam Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, e a **Baixada Santista**, onde concentram-se DPUO em Santos, de onde ocorre expressiva urbanização turística em direção aos municípios de Guarujá e Bertioga, na direção nordeste, assim como em direção ao sudoeste, onde estão outros municípios concentradores de DPUO, com destaque para Itanhaém, Praia Grande e Mongaguá (figura 19).

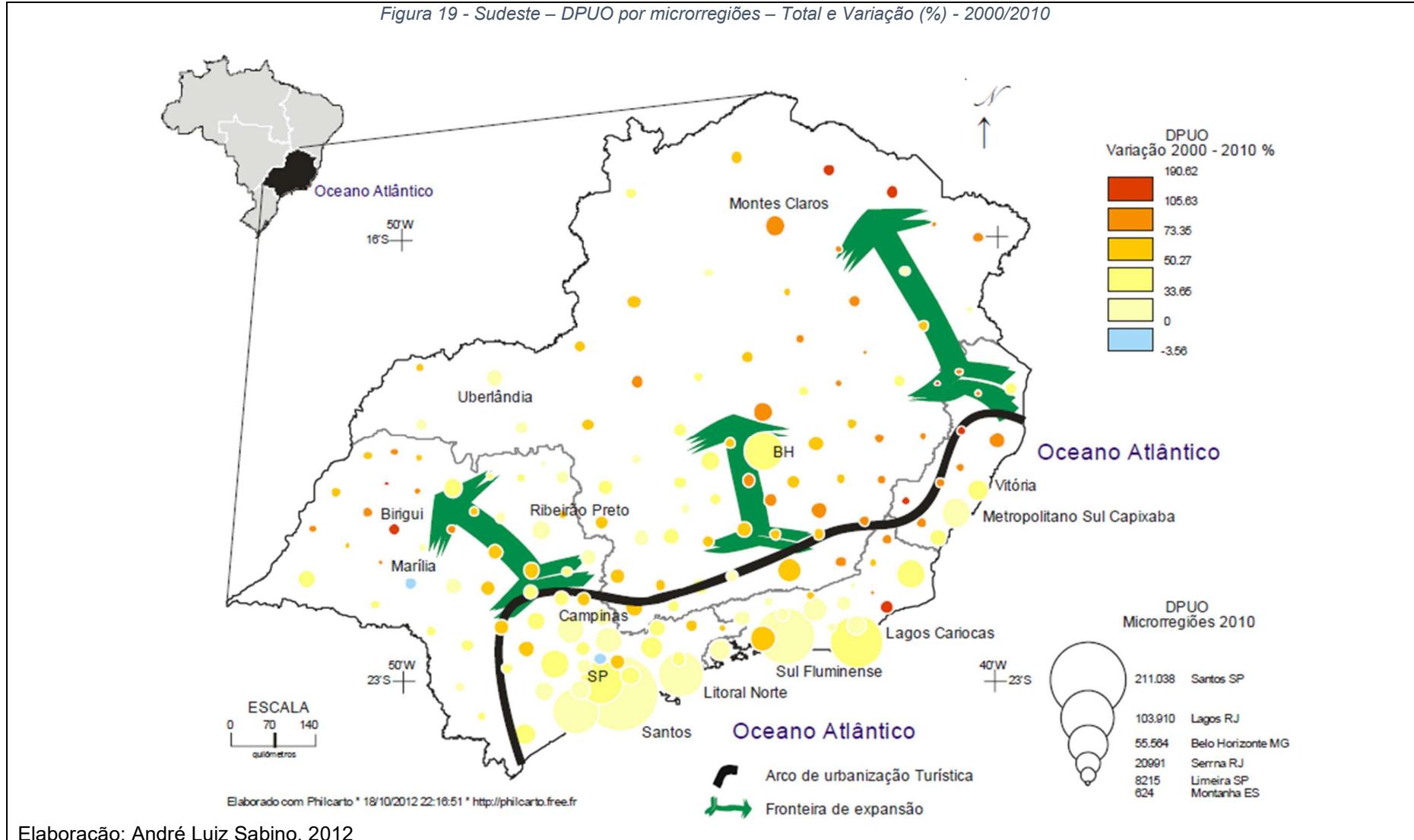
A geografia dos DPUO, considerando somente os municípios brasileiros que apresentaram mais de 10.000 domicílios de uso ocasional<sup>35</sup> em 2010, revela que 81% deles localizavam-se no litoral e 83% no Centro-Sul, confirmando a atual concentração espacial deste tipo de domicílio na Região Centro-Sul e no litoral, conformando um arco de urbanização turístico-litorânea<sup>41</sup>.

Produzidos como mercadoria e utilizados como moradia, mesmo que temporários, os DPUO são perpassados pelo uso - modificado ao longo do tempo - e pela troca, sendo difícil apreender sua complexidade.

---

<sup>41</sup> Segundo Cruz (2002), até o final do século XX, no Centro-Sul predominavam os “empreendimentos de segunda residência”, enquanto expressões espaciais distintas de um uso turístico do território.

Figura 19 - Sudeste – DPUO por microrregiões – Total e Variação (%) - 2000/2010



## 6.4. DPUO, ESTADO E O INCREMENTO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO DA CIDADE LITORÂNEA

[...] há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram, elas mesmas, a ser geridas e consumidas como mercadorias. [...] as cidades, transformadas em novos “atores sociais complexos” – como dizem -, não passam de balcões de negócios ..., a disputar a nuvem financeira e as hordas de turistas que circulam pelo mundo.

Arantes (2002, p 25 e 58)

No cenário de reprodução do *capital imobiliário* no litoral Sudeste, distintos sujeitos sociais, Estado, capital e sociedade<sup>42</sup> entram em conflito pela resignificação do sentido do urbano, pela criação de novas especializações com potencial de modificar as normas que regem o uso do território, com destaque para o setor imobiliário, onde encontra-se “um sistema especializado de agentes econômicos que se dedicam a uma ou várias dessas funções - incorporação, desenvolvimento econômico, financiamento, gestão da obra, construção, consultoria, arquitetura, comercialização e administração predial” (FIX, 2007, p. 15).

O Estado, na sociedade capitalista e na produção do espaço, atende as necessidades comuns ao capital e aos cidadãos. Os capitalistas demandam obras infraestruturais, visando garantir o continuado processo de reprodução e de acumulação de capital. A sociedade, por sua vez, requer o Estado para o provimento de necessidades

---

<sup>42</sup> Em seu trabalho, Fix (2007, p. 13) identifica “formas específicas que assumem a produção e o consumo do espaço urbano em São Paulo, durante o processo de globalização da economia [mundialização financeira]”. Na pesquisa, a autora investiga “como a financeirização e a internacionalização, característica do modo atual de funcionamento do capitalismo, aparecem no processo de circulação do capital no meio ambiente construído, mais especificamente no setor imobiliário voltado à produção da face ‘globalizada’ da cidade”. Ao utilizar a metáfora da miragem para fazer referência ao reflexo dos prédios *high tech* da Marginal do rio Pinheiros, na cidade de São Paulo, e a constituição do corredor de serviços terciários modernos, realiza considerável trabalho de campo e invejável número de entrevistas, com empresários do ramo imobiliário, dando conta do desafio lançado por Royer (2009, p. 39), quando afirma que “seria importante a condução de uma pesquisa empírica ainda a ser elaborada que mostrasse a distinção dos diversos agentes que compõem esse sistema (proprietários, incorporadores, construtores, agentes de crédito, setores do estado), compreender o papel desempenhado por cada um deles e o tipo de apropriação consumado”.

fundamentais para a reprodução da vida. “Na aparência, o Estado situa-se acima das classes, sendo o provedor das necessidades – do capital e do trabalho” (RODRIGUES, 1998, p. 94). O Estado aparece como aquilo que não é e busca atender aos interesses gerais acima das classes, contudo “os recursos do Estado têm sido aplicados, principalmente, nos setores e nas áreas que interessam ao capital”.

Dados sobre o total de domicílios particulares no Brasil a partir da década de 1970 (tabela 5) revelam similaridade com este processo, o que também ocorre com os domicílios de uso ocasional, mostrando a relação entre sistema de financiamento imobiliário e domicílios voltados para o lazer.

| Tabela 5<br>Brasil – Domicílios particulares e domicílios particulares de uso ocasional (total e variação em %)<br>1970 – 2022 |                                 |            |   |            |
|--|---------------------------------|------------|---|------------|
|  | Domicílios Particulares (total) | Variação % | Dom. Particulares de Uso Ocasional (total) <sup>1</sup> | Variação % |
| 1970   | 17.628.699                      | -          | -   | -          |
| 1980*  | 29.655.861                      | 68,22      | 698.824   | -          |
| 1991   | 41.463.320                      | 39,81      | 1.685.526   | 141,19     |
| 2000   | 54.337.670                      | 31,05      | 2.685.701   | 59,34      |
| 2010   | 67.569.688                      | 24,35      | 3.933.271   | 46,45      |
| 2022   | 90.704.582                      | 7,23       | 6.676.988   | 69,76      |

\* Os DPUO somente começaram a ser contabilizados no Censo Demográfico de 1980.  
Fonte dos dados: Censo Demográficos, sinopses preliminares (1980, 1991, 2000, 2010 e 2022).

Arantes (2002, p. 30), ao se perguntar sobre quem “faz a cidade”, pondera que esse papel passou a ser das “grandes empresas, com as mediações de praxe, é claro”, ao menos a partir dos anos 1990,

No contexto, de rápida ampliação da fluidez, no sentido material e imaterial, contando com modernos sistemas de transportes e de transmissão de informações, a cidade se dilui, produzindo novas centralidades, com a inclusão de novos espaços urbanos como destinos turísticos, alguns ligados à hotelaria, outros aos domicílios de uso ocasional, ou ainda, a ambos.

No Brasil, em meados da década de 1970, as atividades secundárias, até então concentradas em São Paulo, passaram por um processo de descentralização a partir da metrópole de São Paulo em um movimento

que não visou a diminuição de ‘desequilíbrios regionais’, sendo apenas uma estratégia do capital paulista para manter o controle da acumulação interna, já na fase de acumulação intensiva, que seria determinante a partir dos anos de 1980, particularmente quanto às transformações na configuração territorial nacional (SCHIFFER, 2004, p. 76).

A compra de domicílios de uso ocasional, ao que parece, foi importante naquele período, principalmente com a participação maciça da classe média como compradora de terrenos e apartamentos, prioritariamente à beira-mar, como foi percebido no município de Santos por Seabra (1979, p. 5): “a produção da segunda residência consistiu numa dada inversão de capital que desencadeou um particular processo de trabalho no âmbito das atividades das empresas de construção civil”.

Neste sentido, a máquina de crescimento urbano<sup>43</sup> instalou-se no litoral, tendo como motor a ideologia e a produção de um discurso, capazes de impingir ao território modificações significativas. No caso de Santos,

[...] esse processo de valorização imprimiu a esse espaço um novo valor de troca como resultante do novo uso que se lhe propunha quando tiveram início essas produções. Jogam com esse valor de troca os proprietários de terra, as empresas de construção civil e também os proprietários das habitações produzidas (SEABRA, 1979, p. 5).

A cidade, no viés do empreendedorismo e no contexto capitalista de acumulação flexível, “tem de parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir” (HARVEY, 2005, p. 176).

Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção. É uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas. Amplia-se a descentralização industrial, despontam *belts* modernos e novos *fronts* na agricultura e especializações comerciais e de serviços se desenvolvem em porções do país que apenas no período atual puderam acolher vetores da modernidade. Torna-se mais

---

<sup>43</sup> Sobre a máquina de crescimento urbano, ver Arantes (2002), Maricato (2002), Wilderode (2000), Araújo (2011), Ferreira (2003), Frúgoli Jr (2006) e Fix (2007), pesquisadores ligados ao Labhab (Laboratório de habitação e assentamento humanos) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP).

densa a divisão territorial do trabalho, que se aprofunda ainda mais nas áreas já portadoras de densidades técnicas (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 105).

Entendendo que “a lógica financeira que perpassa a atividade bancária e financeira é a lógica de valorização do capital e não a lógica do acesso a um bem, e muito menos a lógica de universalização de direitos” (ROYER, 2009, p. 120), necessário se faz discutir a luz da questão habitacional, do financiamento imobiliário, do papel dos sujeitos sociais, incluindo o Estado e a sociedade, o papel do DPUO na produção do espaço urbano litorâneo brasileiro.

## 6.5. OS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL E O ESPAÇO LITORÂNEO DO SUDESTE

No litoral brasileiro, o período em que predominou o meio natural<sup>44</sup> foi marcado pela presença da agricultura tradicional, associada ao beneficiamento dos produtos obtidos, com destaque para a cana, o café e a mandioca<sup>45</sup>, considerado por alguns autores como a presença inicial da indústria no território brasileiro. As heranças relacionadas a este período podem ser vistas, na atualidade, em resquícios de edifícios de engenhos e beneficiamento da cana-de-açúcar.

---

<sup>44</sup> Santos (2004, p. 233-259) dedicou um capítulo do livro “A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” à discussão sobre a história das chamadas relações entre sociedade e natureza. Segundo ele, “a história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade”. Segundo este autor, a evolução do processo de produção do espaço geográfico pode ser dividida em três momentos, quando ocorre a passagem de um meio natural para outro mais artificializado, incorporando crescente e constantemente técnicas ao território: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

<sup>45</sup> Silva (1975), ao analisar a ocupação do território do Litoral Norte paulista, considerando as atividades costeiras e de turismo, distinguiu três fases de ocupação: uma industrialização microrregional inicial, quando ocorria o beneficiamento dos produtos agrícolas regionais, estendendo-se até meados dos anos de 1930. Com a ampliação da fluidez territorial, através da abertura do tráfego entre Caraguatatuba, São Sebastião e o planalto, mesmo que em condições precárias, ocorreu o início do “turismo de massa” e a constituição dos “campings”, fase que perdurou até a década de 1970, quando ocorreu a consolidação da fluidez em direção ao espaço geográfico norte-litorâneo paulista, consolidando-o como destino turístico.

As ligações entre os lugares, com a proliferação de objetos relacionados à ampliação da fluidez, marcaram o momento em que o meio técnico ganhou força. Tal materialidade, ancorada em um sistema de ações, proporcionou novas possibilidades, incluindo-se o turismo baseado no uso de um domicílio ocasional, que se ampliou a partir daí. Isto ocorreu em municípios litorâneos conectados às rodovias que assistiram ao aumento na construção de residências e prédios em suas orlas.

Já no período atual, do meio técnico-científico-informacional, que se iniciou no período pós-guerra e se afirmou nos anos 70 (SANTOS, 2003, p. 238), destaca-se a presença de objetos portadores de clara intencionalidade, que funcionam em aliança com o desenvolvimento da ciência, o capital e os papéis cruciais da informação e da comunicação.

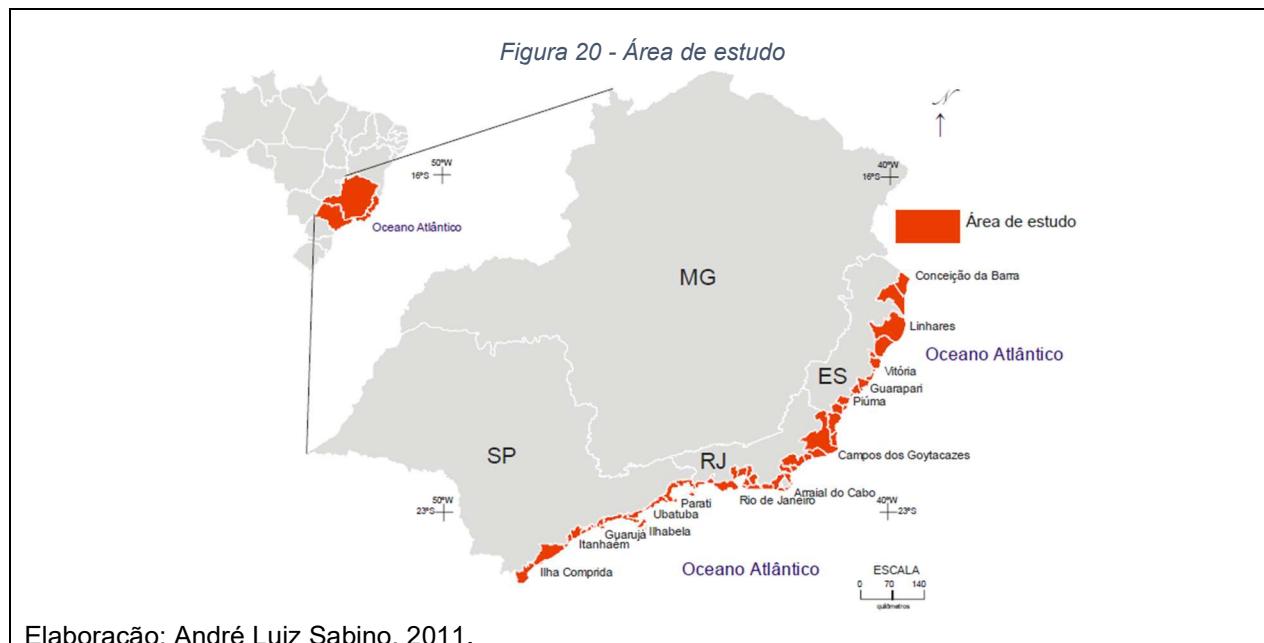
Os atores hegemônicos, procurando lugares tecnificados e atrativos do ponto de vista econômico, estrutural e político, contam com o Estado na normatização do uso do território, pela elaboração de políticas públicas e pela criação de discursos carregados de ideologia a justificar, em nome do “progresso local”, seus projetos de expansão das atividades turísticas. Dessa forma, buscam-se meios para a “valorização puramente financeira” (CHESNAIS, 1996, p. 252) do capital, em função da queda da rentabilidade nas aplicações industriais e concretiza-se o turismo como vetor espacial de produção, que alia circulação ampliada, concentração de pessoas e riqueza.

Com o intuito de analisar criticamente o processo de produção do espaço pelo turismo relacionado aos DPUO, optamos pela região onde sua concentração é mais expressiva: os municípios litorâneos do sudeste brasileiro. Assumindo a escala regional como escala de análise, sentimos a necessidade de estabelecer critérios para definir com quais municípios trabalhar<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> No que tange à consideração dos municípios como critério delimitador [...] existe discrepância no próprio estabelecimento do rol dos municípios litorâneos brasileiros. O IBGE, trabalhando com a perspectiva de ‘linha de costa’ (isto é, sem penetrar nas reentrâncias do litoral), identificava 253 municípios litorâneos no Brasil em 1991. Já o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO) delimitava, no ano seguinte, um universo para sua atuação de 532 municípios [317 municípios na segunda versão do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro] (MORAES, 2007, p. 39).

Assim, optamos por concentrar, nesta análise, os 54 municípios que estão à beira-mar na Região Sudeste (figura 20).



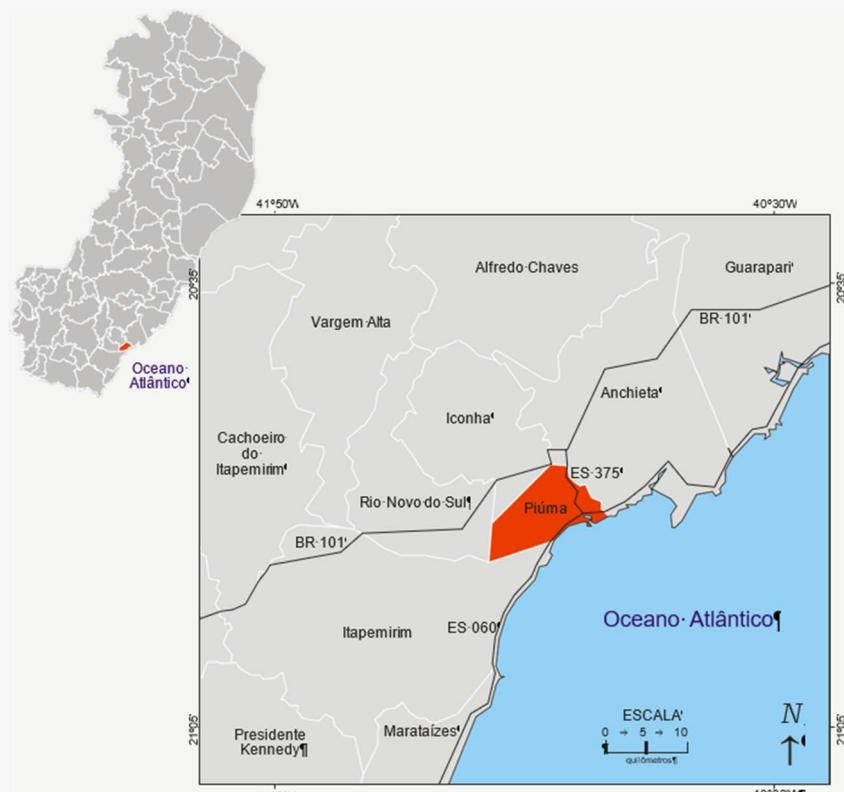
A distribuição dos DPUO no litoral brasileiro é irregular, inclusive na Região Sudeste, onde encontramos indicadores de presença que varia de 0,56%, em Cubatão<sup>47</sup>, até a concentração de 64,10% de domicílios de uso ocasional em Ilha Comprida, litoral sul paulista. As consequências da presença significativa de segundas residências em uma dada região são inúmeras e não podem ser entendidas de forma isolada. Na intersecção entre DPUO e turismo, vale dizer que “é o mundo que explica o turismo, e não o contrário” (CRUZ, 2007, p. 11), ou ainda, a parte aguda a compreender o todo, mas sua compreensão não pode prescindir do entendimento de suas conexões com outras partes constitutivas.

Como forma de apreender nos lugares as lógicas espaciais implicadas nessa relação entre turismo e domicílios de uso ocasional, verticalizamos a análise nos três municípios com maior expressividade do fenômeno na região estudada: Piúma, no Espírito Santo, Mangaratiba, no Rio de Janeiro e Ilha Comprida, em São Paulo, sobre os quais trataremos a seguir.

<sup>47</sup> Dados de 2010.

## 6.6. PIÚMA (ES): O PREDOMÍNIO DO MEIO NATURAL E O USO DO TERRITÓRIO

Figura 21- Piúma - localização



Elaboração: André Luiz Sabino, 2012

Piúma é o município com a menor área territorial capixaba e está localizado ao Sul do Estado, mais especificamente na Macrorregião de Gestão Administrativa Sul, na Microrregião de Gestão Administrativa Metropolitana Expandida Sul Capixaba (Lei 9.768, de 28/12/2011) e na Região Turística da Costa e da Imigração<sup>48</sup>. Faz divisa com os municípios de Anchieta, ao norte, Itapemirim a oeste, Iconha e Rio Novo do Sul, ao sul e o Oceano Atlântico, a leste e está

distante cerca de 90 km da capital Vitória, sendo o acesso realizado pela rodovia estadual, ES-375 (Jorge Feres), que liga o município à rodovia federal BR 101, nas proximidades de Iconha, além da rodovia paralitorânea ES-060, a Rodovia do Sol, que passa por Piúma e se estende até o limite com o Estado do Rio De Janeiro (figura 21).

A ocupação inicial do território de Piúma ocorreu em função da rota de navios que iam em direção à capital da província, uma região de grande movimentação de transporte marítimo à época do Brasil colonial.

<sup>48</sup> O Estado do Espírito Santo é dividido em 10 Regiões Turísticas: 1. Região do Caparaó, 2. Região Doce Pontões Capixaba, 3. Região do Verde e das Águas, 4. Região Doce Terra Morena, 5. Região dos Imigrantes, 6. Região das Pedras, Pão e Mel, 7. Região Metropolitana, 8. Região da Costa e da Imigração, 9. Região Montanhas Capixabas e 10. Região dos Vales e do Café.

Segundo Campos Jr. et al. (2000, p.133), ao longo da constituição do espaço capixaba, quatro determinantes foram fundamentais para a ocupação da região, em função da proximidade com o Rio de Janeiro e da proibição da coroa sobre a construção de estradas para as Minas Gerais, visando impedir possíveis saques de ouro:

a lógica de ocupação do território no período colonial (fase costeira); a ocupação do interior promovida pelas vias líquidas pela cabotagem; o espaço produzido pelos tropeiros e da mesma forma a espacialização produzida pela ferrovia, convergência exercida em direção à Vitória; bem como a mudança da dinâmica dos transportes no Estado.

A ocupação de Piúma se iniciou à beira-mar e se estendeu pelo Vale do Orobó, chegando ao atual município de Iconha, fundamentando-se na pesca, na extração e processamento da madeira, no plantio e beneficiamento de mandioca e cana-de- açúcar, atividades que se estenderam até aproximadamente 1850, além da agricultura de subsistência, plantando e colhendo o que era necessário para a sobrevivência do grupo<sup>49</sup>. Diversas vilas e cidades da época consolidaram-se a partir desta dinâmica.

A freguesia, com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Piúma, foi criada pela lei provincial nº 14, de 04 de maio de 1883, subordinada ao município de Benevente, atual município de Anchieta. Foi elevada à categoria de Vila, com a denominação Piúma, em 1891, desmembrada de Benevente. Em 1904, a sede municipal foi transferida para a Vila de Iconha e, em 1911, passou a ser constituída de dois distritos: Piúma e Iconha. Já em 1924, o município adotou a denominação de Iconha, sendo Piúma seu distrito. No dia 24 de dezembro de 1963, a lei nº 1908 criou o atual município de Piúma, desmembrando-o de Iconha e, em 06 de julho de 1964, o município de Piúma foi instalado, com posterior divisão de seu território. No ano de 1979 passou a contar com dois distritos: Piúma e Aghá.

---

<sup>49</sup> Quando aqui chegaram, os colonizadores não encontraram nenhum sistema produtivo já montado, como, por exemplo, o dos incas, no Peru, e a atividade extractiva, em princípio, não se mostrava fácil. Diante disso, a Coroa deliberou destinar à colônia o papel de gerar produtos primários comercializáveis na Europa. Sobre essas bases se fundava a economia nacional, inserindo-se na divisão internacional do trabalho como monocultura geradora de produtos primários destinados à metrópole, através do emprego e do trabalho compulsório (CAMPOS JR., 1996, p. 34)

Como muitos vilarejos litorâneos, Piúma se destacou, desde sua fundação, pela profunda ligação com o mar, com a pesca e com o porto, por onde escoava toda produção de sua hinterlândia em direção ao mercado externo e à capital do estado, Vitória, mas também pela exuberância de sua vegetação. O porto e o consequente desenvolvimento do comércio trouxeram para o lugar moradores e visitantes que, no século XIX, exploraram as riquezas existentes e consolidaram Piúma como um povoado. Naquele momento, existiam algumas construções, entre as quais o chafariz e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a iluminação era a gás, dando a dimensão de vida ativa do lugar. Imigrantes desembarcaram no Porto de Piúma e se fixaram na redondeza.

A passagem do século XIX para o XX consolidou a ocupação regional com a crescente chegada dos imigrantes.

No porto de Piúma, além da exportação de produtos, ocorria o desembarque ilegal de negros escravos para trabalhar nas lavouras de café no sul do Estado, o que trouxe crescimento para a região. A posterior produção e exportação de café, vindo em canoas através dos rios, dinamizou ainda mais o porto e a nascente economia local, que continuou a atrair imigrantes, que recebiam títulos de posse do governo.

Piúma conta hoje com uma área urbana consolidada e uma cidade conhecida pela pesca, agropecuária, plantios de café e mandioca, indústria naval de pequeno porte e turismo, recebendo *royalties* pela exploração do petróleo em alto mar. Publicações consultadas fazem referência ao artesanato de conchas, que já não ocupa o papel de destaque que teve no passado.

O crescimento do turismo em Piúma se iniciou em meados da década de 1960<sup>50</sup>, quando o preço baixo dos terrenos deu lugar à especulação imobiliária, e se estendeu até o final dos anos 90, quando apresentou sinais de crise. Um fator de mudança no perfil de frequentadores foi a inserção de trios elétricos para animar o carnaval após 1995 que, em certa medida, espetacularizou a festa popular e contribuiu para a consolidação de um turismo de massa, atraindo multidões.

---

<sup>50</sup> “Em 1966 havia 96 habitações, das quais 24 eram cobertas de telhas e 72 cobertas de palhas. A partir de 1967, começa a chegar a Piúma os primeiros turistas que se encantam como estilo selvagem do litoral” (SEBRAE, ES, 1996).

O total de domicílios particulares de uso ocasional em Piúma era de 4.368 e 5.188, em 2000 e 2010, respectivamente, indicando um aumento de 18,79% no período. Há concentração dos domicílios de uso ocasional na orla da praia, onde se forma um arco de urbanização que percorre os cerca de 8 km de sua extensão, indo do Monte Aghá a sudoeste, até o bairro do Portinho (figura 22).

A urbanização da orla é fortemente orientada pelo atendimento às demandas de turistas e proprietários/usuários de domicílios de uso ocasional, com uma grande concentração de comércio local; constitui-se de residências familiares e edifícios de baixa altitude e o período de maior concentração de visitantes é o verão, nas festas de final de ano, no carnaval e nos feriados e finais de semana prolongados, momentos em que a população flutuante no município chega a 76.000 pessoas (PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA, 2011).

Nas férias de julho este efetivo é menor.

Com relação à distribuição atual dos domicílios particulares, nota-se uma concentração na parte central da orla, (figura 23) com destaque para o bairro Jardim Maily, com 2.863 domicílios, além dos bairros de Itaputanga, Centro e Acaíaca, com 2.760, 2.061 e 1.491 domicílios cada um. Nestes bairros, tem-se a concentração de 69,40% do efetivo de domicílios particulares, que consolida um arco de urbanização verticalizado com poucos andares, que diminui em suas extremidades. Monte Aghá e Portinho, assim como os demais bairros do Município, apesar de também estarem no *front marinho*, têm menor concentração de domicílios particulares e características mais horizontais.

A área de maior concentração de domicílios particulares não apresenta a mesma dinâmica com relação à construção de novas residências. Os terrenos que ali existem têm elevado preço para a venda em função da especulação imobiliária. Somente nos bairros de Monte Aghá e Portinho ainda se encontram terrenos a preços mais acessíveis.

Figura 22 - Bairro Itaputanga



Av. Beira Mar, altura da Rua Alípio Paulo.  
Ao fundo, construção de prédios de até 04 pavimentos, com intensa verticalização dos quarteirões mais próximos da praia.  
Foto: André Luiz Sabino, 2007

Já nos bairros ocupados pela população local (Nossa Senhora da Aparecida, Piuminas, Niterói, Lago Azul, Céu Azul e União), encontram-se os maiores indicadores de construção de imóveis.

Com relação à infraestrutura dos bairros mais distantes da praia, vários problemas se fazem presentes, como ausência de calçamento nas ruas, ocupação de ambientes frágeis, como restingas e mangues e uso das rodovias como acesso para os bairros, colocando em risco a vida da população.

No ano de 1996, foi criado pelo Decreto nº 127/96 e instituído pela Lei 1038, de 06 de julho de 2003, o Conselho Municipal de Turismo de Piúma que, segundo Durães (2011, p. 7), não é atuante no município e não desenvolve nenhum trabalho no sentido de contribuir para a melhoria do setor em escala local; o mesmo ocorre com o Fundo do Turismo (Fundetur), instituído pela Lei 1057, de 06 de novembro de 2003.

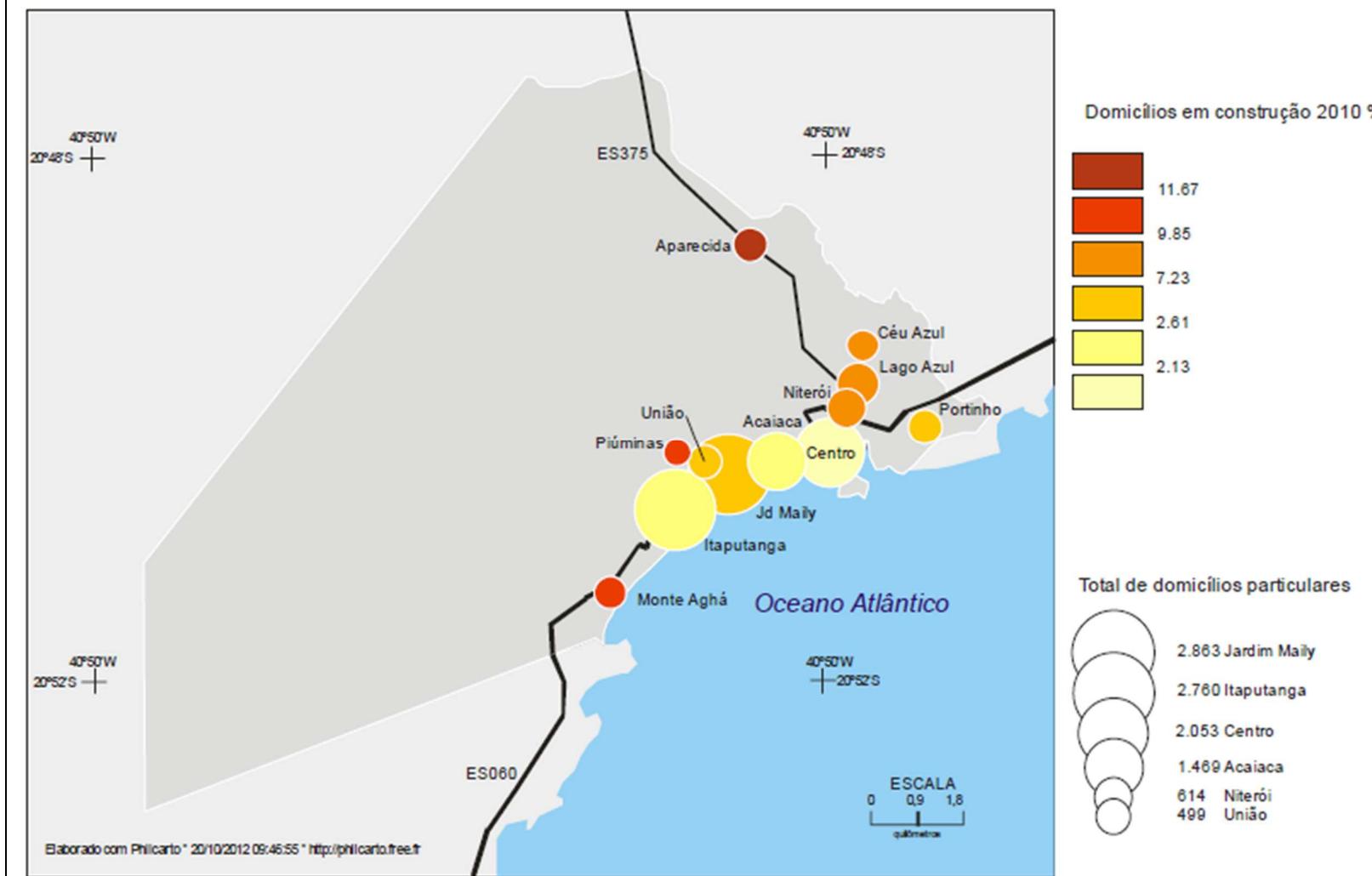
O Plano Diretor Municipal de Piúma, iniciado em 2006, quando se instalou o Comitê Gestor Municipal, foi instituído pela Lei nº 1656, de 03 de dezembro de 2010 e estabeleceu o macrozonamento urbano do município, dividindo-o em quatro macrozonas (Urbana Consolidada, Expansão Urbana, Urbana Balneária e Rural), valorizando o turismo como importante vetor econômico, tanto na área urbana como na rural<sup>51</sup>. A Secretaria Municipal de Turismo funciona, como outras secretarias e órgãos municipais, em um prédio de apartamentos alugado e adaptado. O órgão conta com uma Secretaria de Turismo e duas técnicas.

Uma questão presente na investigação foi sobre o lugar ocupado pelos DPUO no processo conflituoso e contraditório de produção do espaço local e regional, considerando como as empresas atuando na região dinamizam ainda mais a urbanização do território com rebatimentos espaciais, inclusive na construção, comercialização, manutenção e uso de domicílios ocasionais.

---

<sup>51</sup> Outro Plano Diretor, documento ao qual não tivemos acesso, já havia sido elaborado em 1998, pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Figura 23 - Piúma - Domicílios particulares – totais e em construção 2010 (%)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 e CNEFE - Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos.

Elaboração: André Luiz Sabino, 2012

Com a expansão da exploração de petróleo e da instalação de novos empreendimentos industriais de grande porte, principalmente na área siderúrgica e de transportes (rodoviários, marítimos e por minerodutos), além da instalação de um campus avançado do Instituto Federal do Espírito Santo - IFES, mais de 150.000 novos habitantes podem somar-se aos atuais moradores de Piúma e de municípios vizinhos (Anchieta e Presidente Kennedy).

Aproximando esta discussão do tema de estudo, qual seja a produção do espaço pelo turismo na sua relação com os DPUO, o discurso do Estado e dos agentes hegemônicos muito se assemelha àquele que se constrói em torno do turismo e dos megaempreendimentos imobiliários, cooptando a psicosfera social via mercado, com estratégias de marketing e *status* social que orbitam em torno da posse de uma casa de praia (de campo, de represa, de montanha, dentre tantas outras possibilidades) e do uso de um território específico, seja uma casa à beira-mar ou em um condomínio ou *condoresort*, um bangalô ou um apartamento em áreas em crescente processo de urbanização.

## **6.7. MANGARATIBA: DE “PRINCESINHA DO RIO” À RAINHA DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS**

O município de Mangaratiba dista 111 km da capital do Estado do Rio de Janeiro e se localiza em seu litoral sul. Ele faz parte da Mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro, composta por trinta municípios<sup>52</sup> e está inserido na microrregião de Itaguaí, juntamente com os municípios de Itaguaí e Seropédica. O município é considerado a porta de entrada para a Região da Costa Verde, juntamente com Paraty, Angra dos Reis, Itaguaí, Ilha Grande e Rio Claro.

---

<sup>52</sup> Itaguaí, Mangaratiba e Seropédica (Microrregião de Itaguaí), Cachoeiras de Macacu e Rio Bonito (Microrregião de Macacu-Caceribu), Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá (Microrregião do Rio de Janeiro), Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis (Serrana), Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes e Vassouras (Microrregião de Vassouras).

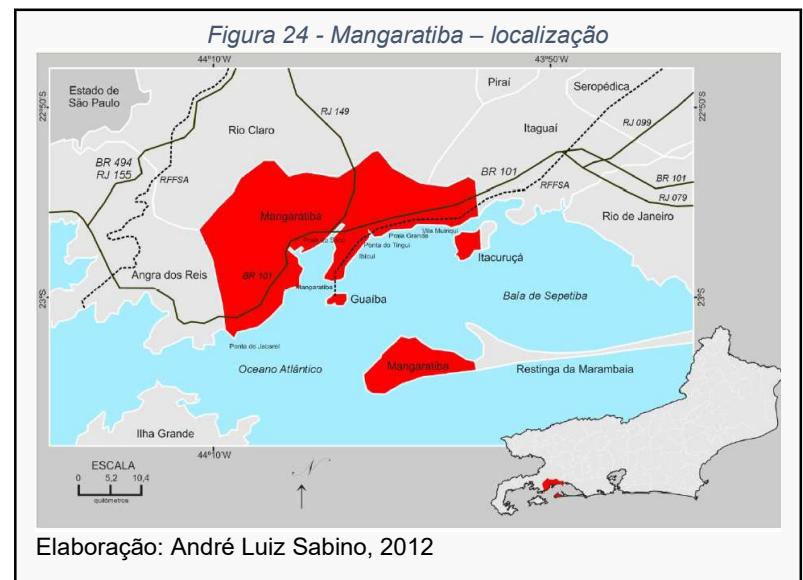
Mangaratiba faz divisa a leste com Itaguaí, ao norte com Rio Claro, a oeste com Angra dos Reis e ao sul com a Baía de Sepetiba e o acesso ao município é feito pela Rodovia BR 101, Rio Santos, que cruza todo o seu território (figura 24).

Desde a colonização, a exuberância da natureza atraiu a atenção dos colonizadores que exploraram os recursos naturais com a retirada da vegetação, as atividades pesqueiras e a construção de portos, constituindo os primeiros núcleos de povoamento.

A ocupação inicial foi seguida pela produção de cana-de-açúcar, constituindo novas formas de produção do espaço e possibilitando a acumulação de riquezas e a constituição de uma pequena elite local. Já a produção de café e a construção de redes de transporte ferroviário e rodoviário agregaram áreas cada vez mais distantes, ligando o mar ao interior do país e introduzindo novas dinâmicas territoriais. Após a crise do café, o lugar entrou em um período de estagnação econômica, o que perdurou até meados do século XX, quando a Estrada de Ferro Central do Brasil chegou ao município, integrando-o ao sistema ferroviário fluminense.

O ramal ligou, inicialmente, o subúrbio carioca de Santa Cruz a Sapopemba, atual Estação Deodoro. Em 1910, estendeu-se até Itaguaí e, em 1914, entrou em operação a extensão Itaguaí-Mangaratiba. A proposta de atingir Angra dos Reis não se concretizou e, por isso, ficou conhecido como Ramal Mangaratiba.

A entrada em operação da ferrovia foi um evento importante, pois o novo elemento técnico encontrou um espaço natural favorável para o descanso e foi “apropriado de um modo específico pelo espaço preexistente” (SANTOS, 1996, p. 34), ampliando a circulação de mercadorias e pessoas no território e a construção de domicílios ocasionais ao



longo da estrada de ferro. A chegada do trem em Itacuruçá, em 1911, fez crescer o turismo e as casas de veraneio<sup>53</sup>.

Segundo Machado (2002), “a reorganização do espaço favoreceu a expansão urbana para áreas de interesse do capital, como o litoral, graças à difusão de um estilo de vida moderno e saudável que promovia a valorização das áreas à beira-mar” e, a partir da década de 1940, novos loteamentos surgiram em Itacuruçá, Muriqui e na Praia do Saco, consolidando a atividade imobiliária e ampliando a presença dos turistas que utilizavam domicílios de uso ocasional. Na década de 1950, o crescimento populacional se consolidou em Itacuruçá e na Vila Muriqui, que passou a ser chamada de Princesinha do Rio de Janeiro, em função de ter se tornado o destino preferido dos turistas cariocas.<sup>54</sup>

A partir de 1973, com a inauguração do Porto de Guaíba, deu-se o início do transporte de minério de ferro partindo de Japeri e utilizando parte da linha de trem de ferro. O transporte de passageiros se encerrou na década de 1980 e o controle do Porto foi adquirido pela Companhia Vale S.A. em 2001, mantendo a denominação Terminal da Ilha Guaíba – TIG. Na atualidade, a linha férrea abastece o TIG com minério de ferro destinado à exportação e a Vale propõe ampliar a capacidade de exportação deste porto. Os distritos de Itacuruçá, Muriqui e Praia Grande, incluindo as Praias do Sahy, Brava, Apara e Ibicuí convivem com a constante passagem das composições na linha de trem de ferro que divide a praia dos domicílios de uso.<sup>55</sup>

Na atualidade, o município convive com a existência maciça dos domicílios de uso ocasional, que atendem às elites capazes de alavancar investimentos na compra e manutenção de um segundo imóvel. As casas de veraneio se espalham pelos distritos à beira-mar, numa faixa descontínua de ocupação próxima ao mar, intercalando espaços de intensa urbanização e vazios urbanos, incluindo a ocupação insular. Vale destacar a

---

<sup>53</sup> Conforme informação oral obtida a partir de entrevista realizada em julho de 2011, com técnico da Fundação Mário Peixoto, em Mangaratiba

<sup>54</sup> Segundo informação oral obtida.

<sup>55</sup> Na Praia de Apara e no distrito de Praia Grande, a linha do trem é um divisor de águas, separando a praia dos domicílios e pousadas.

construção de novos condomínios, horizontais, verticais e mistos, demonstrando que o processo encontra-se em expansão.

A presença dos novos objetos técnicos ao longo do tempo, portanto, trouxe novo impulso à “urbanização turística” que, aliada a projetos governamentais para o território fluminense e vinculados à exportação, produção de energia nuclear e de petróleo exigiam a ampliação da fluidez do território e impingiam uma nova dinâmica territorial.

A partir dos anos de 1970, a região permaneceu em constante crescimento e Mangaratiba, em função de sua vizinhança com Itaguaí e de sua proximidade com importantes núcleos urbanos, convive com significativa presença e expansão de domicílios de uso ocasional. Mangaratiba possuía, no ano de 2010, 17.199 classificados como particulares não ocupados de uso ocasional, ou seja, mais da metade dos domicílios deste município, 54,57%. Neste mesmo ano, o total de domicílios particulares de uso ocasional representou 6,24% no estado do Rio de Janeiro e 5,82% no Brasil.

Problemas relacionados à lei de zoneamento e à estrutura fundiária, com posse e ocupação irregular do solo, demandando intenso trabalho de regularização fundiária, importante migração em função da vizinhança com Itaguaí, município considerado vetor de expansão da Baixada Fluminense, pequena geração de emprego em função da sazonalidade, presença do TIG - Terminal da Ilha Grande (Cia. Vale), com inexpressiva geração de empregos e elevados impactos ambientais, território de passagem para a Ilha Grande, com funcionamento cronológico entre os ônibus cariocas e a saída das balsas no Porto de Mangaratiba, difícil convívio entre condomínios fechados voltados para as classes de médio e alto padrão, casas de veraneio em loteamentos e moradores locais, expansão da produção industrial em área de mangue, prevista no Plano Diretor, fazem parte da rotina de trabalho da Prefeitura Municipal de Mangaratiba.<sup>56</sup>

O município enfrenta problemas políticos no trato com o zoneamento e o parcelamento do solo e, entre as principais questões relacionadas a este tema, está a regularização de posse dos imóveis. A administração iniciada na transição de 2010 para

---

<sup>56</sup> Informações obtidas em trabalho de campo, realizado em julho de 2011, com o Geógrafo e Diretor de Planejamento da Prefeitura de Mangaratiba e com o Superintendente do Planejamento.

2011, em função do *impeachment* do prefeito, diz investir na adequação dos instrumentos legais com vistas à minimização desses problemas.

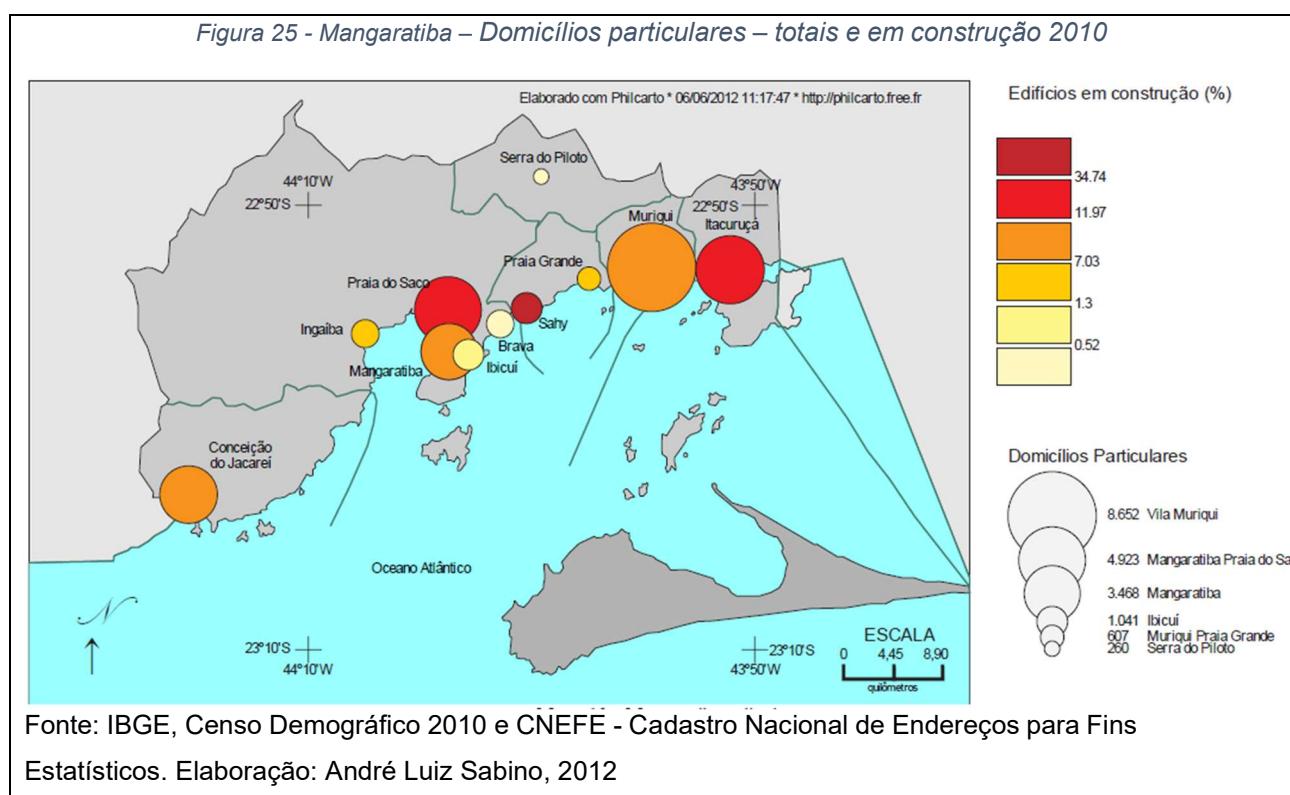
Com relação ao ordenamento territorial, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Mangaratiba, estabelecido pela Lei Municipal nº 544, de 10 de outubro de 2006, está sendo reelaborado e adequações sobre o zoneamento e o parcelamento do solo estão sendo realizadas. Nesse documento, o turismo é uma das políticas estruturantes e tem por objetivo “promover a organização e o desenvolvimento da atividade”, abarcando diversos segmentos (ecoturismo, natureza, rural, de lazer, náutico, de eventos, de pesca, da terceira idade, de negócios, etc), além de salientar a valorização e o aproveitamento sustentável do patrimônio natural, da paisagem, das unidades de conservação, das propriedades rurais, da diversidade cultural, respeitando a capacidade de suporte dos atrativos turísticos (art. 26).

Entre ações para a política de turismo, propõe-se a elaboração e implementação do Plano Diretor de turismo, a elaboração do inventário do potencial turístico e da demanda turística, a implantação do Conselho Municipal do Turismo e a criação do Fundo Municipal do Turismo. O Conselho Municipal do Turismo foi eleito, o Fundo Municipal do Turismo foi criado e o município, desde meados de 2011, está realizando o inventário turístico municipal.

Entendido como discurso do Estado, um meio e não um fim, as propostas de planejamento em escala local não implicam na plena resolução dos conflitos existentes no lugar, pois, conforme aponta Villaça (2004, p. 227), o planejamento se insere na esfera da “ideologia, que se refere ao discurso do Estado” e precisa ser compreendido como possibilidade de ordenamento, onde o interesse do capital e dos agentes hegemônicos se sobrepõe ao dos demais, ocultando os “problemas das maiorias urbanas e os interesses dominantes na produção do espaço urbano” (*Ibid.*, p. 222).

O território de Mangaratiba encontra-se dividido em seis distritos, com presença de domicílios de uso ocasional em todos eles, a exceção do 5º Distrito da Serra do Piloto. Segundo informação oral obtida em campo, em todos os distritos há poucas áreas urbanas

e a ocupação do território é irregular<sup>57</sup>. Constata-se a existência de núcleos descontínuos de áreas urbanizadas próximas ao mar, com exceção da Serra do Piloto. Este fato é, em certa medida, confirmado pela cartografia da distribuição dos domicílios, considerando os dados disponíveis no Cadastro Nacional de Endereços para Fins estatísticos (CNEFE) 2010, publicado pelo IBGE (figura 25).



Os domicílios concentram-se no litoral, a área mais urbanizada, conformando um eixo descontínuo de ocupação leste-oeste, que se inicia em Itacuruçá e se estende até a Praia do Saco, coincidindo com o traçado da antiga ferrovia. Com relação à construção de novos edifícios, destaca-se a praia do Sahy, no Distrito da Praia Grande, onde existem dois condomínios estabelecidos, Reserva Ecológica do Sahy e Alto do Sahy, nove condomínios em construção ou em fase de lançamento e um centro comercial em construção. Ao passar pela praia do Sahy, pela BR-101, pode-se perceber a presença de vários condomínios em construção e seus canteiros de obras.

<sup>57</sup> Informação oral obtida em entrevista com o superintendente de Planejamento da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, em julho de 2011.

Com relação ao cenário futuro, algumas considerações sobre a localização de Mangaratiba nos auxiliam no entendimento de sua inserção no cenário regional e das dinâmicas que ali se instalam. Primeiro é necessário considerar que Mangaratiba é um município que compõe a Grande Rio, uma aglomeração urbana que extrapola a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, agregando os municípios de Mangaratiba, Maricá e Itaguaí, área que tem recebido expressivos investimentos no desenvolvimento de atividades portuárias e de expansão da capacidade de exploração, produção e refino do petróleo, na área do pré-sal.

Angra dos Reis, seu vizinho a sudoeste, recebe significativos investimentos nas áreas naval e portuária. Além disso, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), o arco metropolitano se expande em direção à Mangaratiba, com a consolidação de uma nova dinâmica de ocupação territorial em direção ao litoral sul fluminense, com impactos indiretos. Em função desses fatores e da dinamização do setor turismo, os domicílios de uso ocasional tendem a se elevar e manter alta sua concentração, atendendo à demanda de moradores de áreas vizinhas que visam desfrutar suas férias em um município litorâneo e geograficamente próximo.

Desde a década de 1970, portanto, o ordenamento territorial do turismo na região sul fluminense do estado do Rio de Janeiro (FRATUCCI, 2005), juntamente com grandes projetos nas áreas infraestrutural, portuária, industrial e imobiliária consolidaram Mangaratiba como centro urbano com presença marcante dos domicílios de uso ocasional. Ao que parece, em função da continuidade dos investimentos em infraestrutura, do aquecimento da produção regional em função do pré-sal e do lançamento de novos empreendimentos imobiliários para atender às classes média e alta no que tange à aquisição de um domicílio de uso ocasional, os desdobramentos da presença significativa desses imóveis em território local tendem a permanecer, demandando do poder público local e da população, o enfrentamento das possíveis consequências desta forma de uso, marcada pela presença de distintas territorialidades, não obstante, conflituosas.

## 6.8. ILHA COMPRIDA: SOL E MAR, PROTEÇÃO AMBIENTAL E DPUO

No que se refere à atividade do turismo, Ilha Comprida, no sul paulista, exerce uma atração regional significativa em todo o Vale do Ribeira e na região de Sorocaba e Campinas, no interior paulista. A partir da década de 1950, a implementação de loteamentos em seu território visou, em grande parte, atender a esta demanda. Este processo se intensificou e, na atualidade, a ilha encontra-se praticamente toda loteada, e sua ocupação concentrada na região norte.

O município de Ilha Comprida caracteriza-se por uma extensão, em sentido longitudinal, o que justifica sua atual denominação. No passado recebeu várias denominações, como Ilha do Mar, Ilha do Mar Pequeno, Ilha Grande da Costa do Mar, Ilha do Candapuí e Ilha Branca. A Ilha Comprida está localizada no litoral sul do Estado de São Paulo, distante 200 km de São



Paulo e cerca de 250 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná, e faz parte das Regiões Administrativa e de Governo de Registro (figura 26), em conjunto com os municípios de Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Registro e Sete Barras e está inserido no Vale do Ribeira e no Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, vasta região do litoral sul do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná, com amplo sistema de canais lagunares, rios e quatro ilhas, Cardoso, Cananéia, Ilha Comprida e Iguape, regionalmente conhecido como Lagamar (MAGALHÃES, 2003, p. 23).

Ao norte, Ilha Comprida faz divisa com Iguape, a sul com Cananéia e a leste com o Oceano Atlântico. O acesso à ilha se dá pela Rodovia estadual SP-222, subsidiária da Rodovia federal BR-116, com entroncamento entre os municípios de Miracatu e Juquiá.

Como ocorreu na ocupação inicial de praticamente todo o litoral brasileiro, a natureza exuberante e a possibilidade de exploração dos recursos naturais chamaram a atenção dos europeus. Em Ilha Comprida, que fez parte de Iguape e Cananéia até recentemente, a formação do povoado de Maratayama, no início do século XVI, com a transferência dos habitantes da Ilha do Bom Abrigo por Martim Afonso de Souza, marcou a ocupação do território, baseada na exploração dos seus recursos naturais.

Ao longo do século XVII, a descoberta de ouro na bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape foi responsável pela intensificação da ocupação regional, pela instalação de núcleos de povoamento ao longo do rio, pela mudança da sede do município para a planície do Rio Ribeira de Iguape, pela construção da igreja matriz e pela instalação da Casa de Fundição de Ouro<sup>58</sup> por parte da coroa portuguesa. Após o esgotamento da produção aurífera de aluvião no final do século, a construção naval manteve a dinâmica econômica e a circulação de mercadorias nos aldeamentos ao longo do rio.

No decorrer do século XVIII ocorreu uma retomada da produção aurífera na parte serrana do alto Ribeira, quando “garimpeiros paulistas alcançaram pelo planalto as cabeceiras do rio Paranapanema e a zona do Alto Ribeira, onde encontraram ouro de aluvião” (BRAGA, 1999, p. 46). Naquele momento, a ocupação passou a ocorrer pelo planalto e não mais pelo litoral, com a fundação do município de Apiaí, desmembrado de Sorocaba. No final daquele século, contudo, a região mergulhou em um novo período de estagnação e a rizicultura, já no século XIX, foi responsável pela retomada econômica que recolocou a região da baixada do Ribeira no cenário econômico, consolidando Iguape e Cananéia, à época, como importantes centros urbanos locais e consolidando um expressivo conjunto arquitetônico colonial. Neste cenário, Ilha Comprida permanecia como um lugar onde predominava o meio natural, sendo ocupada por comunidades tradicionais.

---

<sup>58</sup> Construída em 1635. Atualmente, abriga o Museu Histórico de Iguape (BRAGA, 1999).

A crise na rizicultura, a partir de 1870, conduziu a região do Vale do Ribeira a um novo período de isolamento e o predomínio da produção de subsistência, num processo denominado por Müller (1980, p. 23) de “caipirização”.

No início do século XX<sup>59</sup>, a distância dos centros de consumo, o assoreamento da foz do Rio Ribeira de Iguape, a presença de estradas mais modernas ao largo do território, ligando as principais cidades diretamente ao Porto de Santos, foram fatores que trouxeram para a região a estagnação econômica.

A partir de 1910, imigrantes japoneses iniciaram o plantio de chá e banana na região. Este grupo fez parte da corrente imigratória que se direcionou para a região, sendo uma experiência de sucesso “organizada pela Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A.(kaigai Kogio Kabushiki Kaisha)” (TODESCO, 2007, p. 24). A atividade agrícola, associada à industrialização do pescado, foram fatores responsáveis pelo novo ânimo econômico, que se estendeu até os anos 40, década da “reincorporação capitalista” (MÜLLER, op. cit.), momento em que os primeiros domicílios de uso ocasional chegaram à região, iniciando o que representaria, de acordo com Diegues (2007, p. 35), a venda de cerca de 200.000 lotes e a transferência da posse das comunidades tradicionais para os turistas e empreendedores imobiliários. Isso iniciou conflitos com as populações tradicionais de Ilha Comprida: caiçaras, quilombolas e caipiras.

O contato entre as comunidades tradicionais e os interessados na compra de suas terras, de acordo com Carvalho (1999, p. 81), teve início nos primeiros anos da década de 1950, “quando o corretor Manoel Claudio Trindade começa a propor a compra das terras dos moradores da Ilha, intermediando negócios para terceiros, como, por exemplo, a companhia Melhoramentos de Cananéia”. Segundo a autora, esse corretor, denominado “roubador” pelos moradores da comunidade Caiçara de Pedrinhas, agia em parceria com João Veríssimo, do cartório de Cananéia. Neste momento, assistiu-se à passagem da terra

---

<sup>59</sup> O Valo Grande, canal artificial construído em 1835 para encurtar a distância entre o rio Ribeira de Iguape e o Mar Pequeno, foi a obra responsável pelo assoreamento do Rio. Quando de sua inauguração, o mesmo tinha 4 metros de largura e, em 1965, sua largura “era comparável à atual (cerca de 200 m)” (NASCIMENTO Jr et al., 2008, p. 34).

do trabalho para a terra do negócio<sup>60</sup>, no sentido da passagem da terra legítima e ocupada pelo trabalhador e pelas comunidades tradicionais, para a terra do trabalho, capitalizada e rentabilizada (MARTINS, 1980).

Após ficar “à margem do império do café” e ao largo do processo de industrialização paulista, permanecendo como região “periférica”, o Vale do Ribeira, na avaliação de Braga (1999, p. 65), chamou a atenção do Estado, que passou a intervir na economia com políticas de desenvolvimento, e a região “se tornou objeto de uma série de experiências de planejamento que culminaram com a criação da SUDELPA”, a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista<sup>61</sup>, em setembro de 1969 com o objetivo de atuar, mais especificamente, na produção do espaço do litoral paulista, que foi dividido em três sub-regiões: Litoral Norte, Baixada Santista e Vale do Ribeira - Litoral Sul: “a intervenção no espaço, por meio de diversas instituições consagradas à gestão e à sua produção, que se quer homogênea, posto que segue uma racionalidade que permite introduzir, em todos os lugares a presença estatista controlada” (CARLOS, 1996, p. 124).

O turismo, por sua vez, passou a ser “um elemento profundamente transformador da paisagem do Vale do Ribeira” (DIEGUES, 2007, p. 35), ampliando o processo de loteamento do território. Na década de 1960, a modernização da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), principal eixo rodoviário em direção à região, associada à construção de rodovias paulistas que se ligavam a este importante eixo de fluidez, ampliou a circulação em direção ao Vale do Ribeira e Ilha Comprida, ampliando a circulação de pessoas, de capitais e de mercadorias.

Ainda na década de 60, o Estado inicia a implantação de uma série de obras e infraestruturas, sem contemplar, entretanto, os moradores tradicionais, principalmente no que se refere ao apoio jurídico para as questões fundiárias e à assistência técnica para otimização dos seus processos produtivos. Na verdade, as ações governamentais determinaram uma valorização das terras, deflagrando processos de especulação

---

<sup>60</sup> Martins (1980) diferencia a propriedade capitalista da propriedade familiar. A primeira delas é instrumento de exploração, motivo pelo qual não se confunde com a segunda, que é propriedade direta de quem nela trabalha. Ver também Bertero (2007, p. 102).

<sup>61</sup>Criada pelo Decreto-Lei Complementar nº 4, de 01 de setembro de 1969 e extinta pelo Decreto nº 37.546, de 28 de setembro de 1993.

imobiliária e grilagem de grandes áreas, restringindo o acesso dos moradores aos recursos tradicionalmente explorados e/ou acarretando sua expulsão (MOREIRA e SALES, 2001, p. 38).

Na década de 1970, em Ilha Comprida, mais “loteamentos foram autorizados, gerando uma ocupação desordenada do espaço geográfico” (ARARIPE, et al., 2008) e o uso potencial do território para a construção de domicílios de uso ocasional ocorre em escalas até então inexistentes<sup>62</sup>. O discurso do “destino turístico” baseado em domicílios de uso ocasional passou a ser criado e imagens foram associadas aos empreendimentos imobiliários da época, como no Balneário do Castelo, loteamento lançado em meados da década de 1970, associado à imagem do jogador de futebol Pelé.

Em resposta ao aprofundamento do paradigma ambiental, governo federal e governo do estado de São Paulo criaram diversas unidades de conservação na Região de Cananéia-Iguape. Após o governo federal criar a Área de Proteção Ambiental de Cananéia-Iguape-Peruíbe (APA CIP), Decretos 90.347/84 e 91.892/95, com 217.060 hectares e composta pelos municípios de Peruíbe, Itariri, Miracatu, Iguape, Cananéia e Ilha Comprida,

[...] o governo estadual também transformou a Ilha Comprida em APA estadual através do Decreto Estadual Nº 26.881 em 1987 e estabeleceu uma ZVS (Zona de Vida Silvestre). Em 1989 o Decreto Estadual nº 30.817 regulamentou a APA e definiu-a também como uma ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) (ALMEIDA E SUGUIO, 2010, p. 145).

A afirmação da questão ambiental no Vale do Ribeira dos anos 80, em detrimento às questões agrárias e socioeconômicas, demarcou um tempo povoado por “ações do Estado no que se refere à legislação ambiental e sua regulamentação nas Unidades de Conservação, que restringiram as possibilidades de exploração econômica na região do Vale do Ribeira” (ROMÃO et. al., 2006, p. 20). Isto colocou, de certa maneira, as populações tradicionais em situação de estranhamento com relação às suas práticas, sendo necessário encontrar formas de manter a conservação da natureza, “integrando conscientemente o ser

---

<sup>62</sup> Carvalho (1999, p. 85) apontou que na década de 1970 toda a extensão da praia de Ilha Comprida já estava loteada, com a existência de 155 loteamentos, dados obtidos em Olenca Maria de Oliveira Simões. A emancipação da Ilha Comprida, sd

humano à natureza e conservando a vida das comunidades que se abrigam nessa mesma natureza" (idem).

Em 1984, é iniciada a construção da Ponte Prefeito Laércio Ribeiro, ligando Ilha Comprida a Iguape. Sua inauguração, contudo, ocorreu somente em 2000, sendo este atraso considerado uma forma de frear o crescimento urbano desordenado que ocorria em Ilha Comprida. Muitos dos loteamentos aprovados não conseguiram cumprir as exigências infraestruturais do parcelamento do solo em área de proteção ambiental e, portanto, não tiveram suas escrituras reconhecidas pelo poder público municipal.

A partir da década de 1990, com o objetivo de conciliar a questão ambiental com a presença das comunidades tradicionais e as condições socioeconômicas existentes,

[...] o Estado e também organizações do Terceiro Setor começam a construir o discurso de que o ecoturismo é uma das alternativas de "desenvolvimento sustentável" para o Vale compreendido como capaz de conciliar a proteção dos recursos naturais com o desenvolvimento sócio-econômico da população (TODESCO, 2007, p. 32).

É neste contexto que o município de Ilha Comprida se emancipou, no ano de 1991, desmembrando-se dos municípios de Iguape e Cananéia, constituindo administração própria e passando a lidar com suas especificidades, deixando de enfrentar os problemas ligados à estrutura fundiária. Uma delas é apresentar uma expressiva concentração de domicílios de uso ocasional, sendo o único município brasileiro totalmente inserido dentro de uma APA (Área de Proteção Ambiental), e também considerado como uma Zona de Vida Silvestre (ZVS) e uma ARIE Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).

Dos 10.993 domicílios de Ilha Comprida, no ano de 2010, 6.834 (62,17%) eram de uso ocasional. Para o ano 2000, este indicador foi de 64%, revelando a maciça presença dos domicílios de uso ocasional neste território como um fato histórico.

Dados sobre o desenvolvimento do turismo no município são escassos e com relação à produção do espaço e à urbanização para o lazer e o turismo, destacam-se: a) o parcelamento quase integral do território da ilha; b) a difícil compatibilização entre as questões fundiária, política e ambiental, em função da ilha estar totalmente inserida em uma Área de Proteção Ambiental; c) dificuldades técnicas para se construir na ilha, em função

da fragilidade do ecossistema lagunar; d) intenso processo de especulação imobiliária, confrontando interesses ambientais, políticos e empresariais, tendo como coadjuvantes a população local, as populações tradicionais (caíçaras e quilombolas) e os proprietários de imóveis de uso ocasional; e) a sazonalidade do emprego.

O período de verão corresponde ao de maior dinamização do comércio local e as pessoas que se dirigem à ilha, com o objetivo de passar suas férias, têm baixo poder aquisitivo. Os 115 meios de hospedagem da ilha, por exemplo, oferecem cozinha completa em suas acomodações e os turistas não consomem nos restaurantes, pouco acionando o comércio local. Segundo informações colhidas em campo<sup>63</sup>, a prefeitura tem atuado no sentido de reverter esta situação. Os proprietários dos poucos prédios, com poucos pavimentos e cerca de 40 apartamentos, são investidores que não moram na ilha e alugam os apartamentos na alta temporada, e as casas unifamiliares têm médio e baixo padrão construtivo, em função do baixo preço dos terrenos. Os proprietários, segundo o entrevistado, trazem tudo do município de origem, construindo casas simples, assim, deixando de contribuir com o comércio local. Os compradores de imóveis, por sua vez, são da própria região do Vale do Ribeira, de Sorocaba e proximidades e de São Paulo<sup>64</sup>.

Os imóveis em Ilha Comprida estão distribuídos ao longo da praia, com destaque para a área norte da ilha, no Boqueirão Norte, onde se encontram a área central da cidade, os principais equipamentos urbanos e o comércio local.

A espacialização dos dados, disponíveis no Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos (CNEFE) 2010, confirma esta distribuição (figura 27). Na região do Boqueirão Norte, onde se encontram as praias do Encanto, Icaraí, Meu Recanto e Mar Azul e seus loteamentos, estão cerca de 8.400 domicílios, 76% do total. Nesta área, por sua vez, encontra-se a melhor infraestrutura urbana e a área comercial da cidade. Na medida em que se caminha para o sul da ilha, no Boqueirão Sul, a concentração de imóveis diminui. Ao sul, destaca-se a praia de Pedrinhas, onde os domicílios se concentram no interior,

---

<sup>63</sup> Depoimento do chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, em entrevista realizada em 02 de agosto de 2011

<sup>64</sup> Informação oral obtida a partir de entrevista com o corretor de imóveis, realizada em 02 de agosto de 2011

voltados para o Mar Pequeno, onde reside a comunidade caiçara de Pedrinhas, que, desde a década de 1950, compartilha seu espaço com domicílios de uso ocasional.

A criação da APA de Ilha Comprida, segundo a literatura (ARARIPE et al., 2008, CARVALHO, 1999; OLIVEIRA, 2002), ocorreu como forma de frear a devastação ambiental e conter a crescente especulação imobiliária. “Para que se evitasse a degradação ambiental da Ilha Comprida, [...] em 11 de março de 1.987, o Estado de São Paulo baixou o Decreto Estadual 26.881, que criou a APA de Ilha Comprida” (CAUS Jr., 2010, p. 39).

A positivação da norma não anulou o que já existia no pequeno território da ilha, loteado e dividido em mais de 20 praias e quase duas centenas de balneários, glebas e áreas. Os conflitos com relação ao uso do território entre os sujeitos sociais envolvidos com esta parcela do espaço na atualidade são constantes: proprietários de imóveis, inclusive de domicílios de uso ocasional, empreendedores imobiliários, organismos ambientais e poder público, em suas escaras municipal, estadual e federal.

Segundo o Cartório de Registro de Imóveis de Iguape, em Ilha Comprida existem 207 loteamentos, sendo que 55 não possuem data de registro oficial, com destaque para seu surgimento na década de 1970<sup>65</sup>.

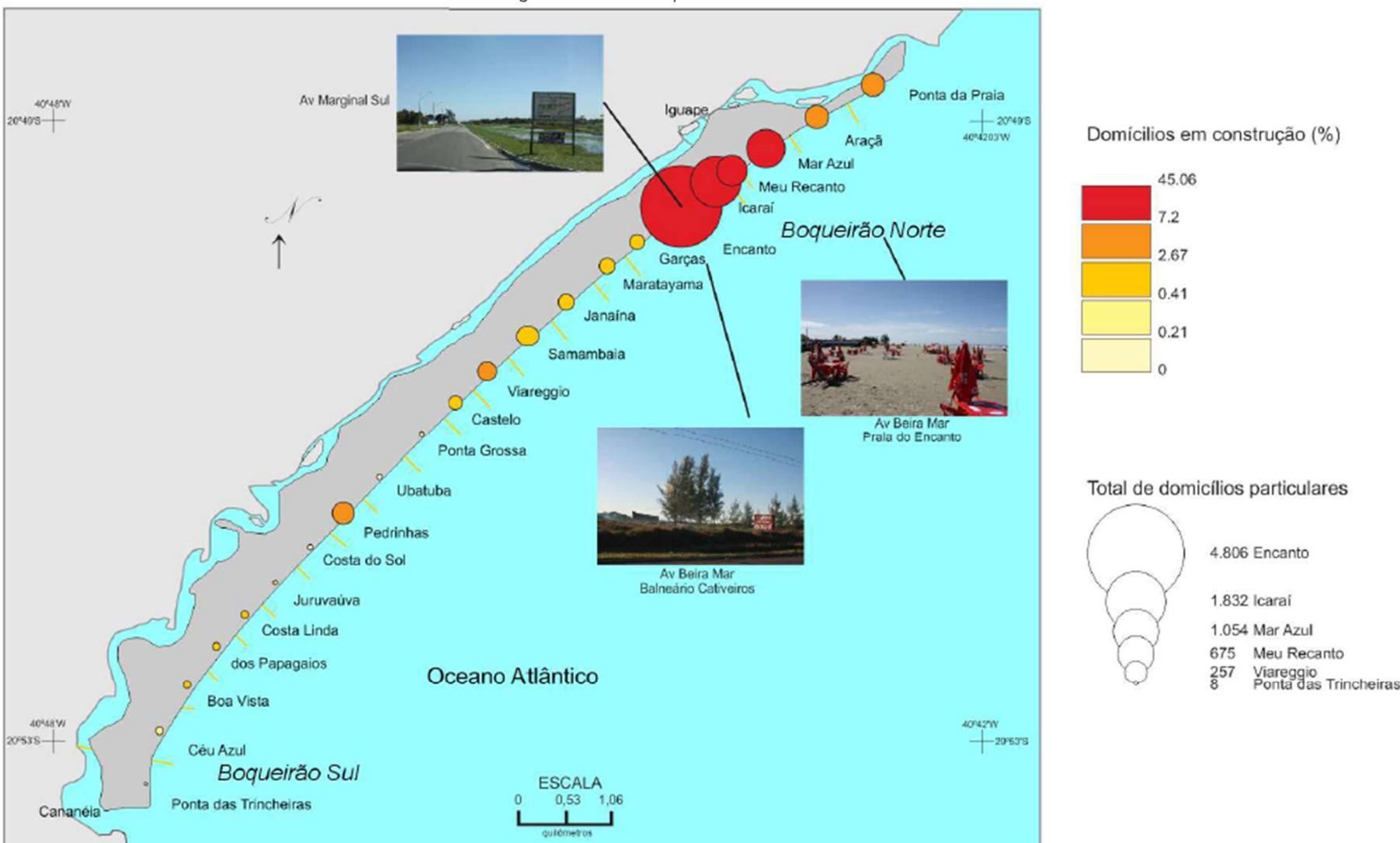
Segundo Caus Jr. (Ib. id, p. 41), a situação política em Ilha Comprida e as divergências são tão significativas que “obstaram até mesmo que uma lei fundamental para a organização urbanística do Município fosse aprovada, visto que a Ilha Comprida até hoje não tem o seu Plano Diretor”.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> 152 loteamentos com datas de registros e 55 sem data, totalizando 207 loteamentos.

<sup>66</sup> Situação dos loteamentos: 60 Regulares (29,41%), 64 Cancelados (29,90%), 53 Bloqueados (25,98%), 27 Clandestinos (13,24%), 2 com restrições parciais (0,98%) e 1 inexistente (0,49%). Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Iguape - Relação de loteamentos – Iguape e Ilha Comprida. Disponível em <http://www.cartorioiguape.com.br/loteamentos/>. Acesso em: 10 jul. 2012

*Figura 27 - Ilha Comprida Domicílios Particulares*



Fonte: IBGE. CNEFE – Cadastro Nacional de Endereços para fins Estatísticos, 2010.

Elaboração: André Luiz Sabino, 2012

Apesar de passadas duas décadas da emancipação do município, o Plano Diretor ainda se encontra em fase de consulta popular e a Prefeitura avalia a terceirização do processo de construção do plano, o que também se aplica ao Plano Diretor de Turismo<sup>67</sup>. Já o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)<sup>68</sup> foi instituído em 1995, funcionando, porém, de forma precária<sup>69</sup>.

A produção do espaço de Ilha Comprida revela, portanto, um uso intensivo do território por proprietários de domicílios de uso ocasional, com parcelamento significativo do solo e espaços vazios, em função, principalmente, das dificuldades de construção impostas pelo terreno e pelas restrições ambientais.

## **6.9. SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PELO DPUO NO LITORAL SUDESTE BRASILEIRO**

Analisar os três municípios de maior expressividade de ocorrência de domicílios de uso ocasional nos estados litorâneos do Sudeste permitiu apreender os rebatimentos espaciais do uso de domicílios de uso ocasional na produção do espaço litorâneo do sudeste brasileiro, mais especificamente, na produção do espaço urbano do litoral, sob a perspectiva da escala local.

Uma semelhança percebida entre os municípios diz respeito à ampliação da fluidez com a construção de infraestrutura de transporte rodoviário, constituindo-se como fator fundamental para o crescimento dos núcleos urbanos, ampliando a presença de domicílios, incluindo os de uso ocasional.

---

<sup>67</sup> Informação obtida em entrevista com o chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Ilha Comprida, realizada em julho de 2011.

<sup>68</sup> Criado pela Lei municipal nº 122, de 15 de dezembro de 1995, o Conselho tem por finalidade principal contribuir na criação de condições para o incremento e o desenvolvimento da atividade turística no Município de Ilha Comprida.

<sup>69</sup> O Presidente do Conselho é o proprietário da Imobiliária De Carlos Boqueirão, Sr. Fabiano Bueno, que havia promovido o último encontro em novembro de 2010.

O papel do Estado, criando possibilidades para a ampliação da produção do espaço litorâneo, é notório. Ao propor obras de infraestrutura de transporte, o poder público, em suas diversas escalas, potencializa a urbanização litorânea para além da materialidade das rodovias. Por outro lado, o Estado também atua contribuindo para que as ações se ampliem, assim como as possibilidades de circulação e fluxos, participando da criação de imagens complexas e permeadas de signos do estar à beira mar, constituindo um “cenário grávido de símbolos, que é potencializado pela publicidade e pela mídia de um modo geral” (MARICATO, 2002, p. 167)<sup>70</sup>, plenamente cooptado pela atividade econômica do turismo. É por isso que o Estado é considerado um dos grandes sujeitos produtores do espaço contemporâneo. Até quando se “omite”, ele cumpre o seu papel, pois sua ação, ou silênciamento, exclui populações, deixando-as à mercê do capital e ampliando as desigualdades no território.

A ligação entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, por exemplo, maximizou a presença de turistas em meados do século XX, e a instalação de grandes empreendimentos industriais provocou impactos diretos e indiretos, atraiu população trabalhadora para a construção de parque industrial e ampliou o movimento migratório em direção às cidades, maximizando os negócios imobiliários.

Outro fato comum aos municípios com expressiva quantidade de domicílios particulares de uso ocasional foi a existência de problemas fundiários, com presença significativa de posse de terrenos sem escritura definitiva, com demanda crescente de pedidos de regularização fundiária<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Maricato (2002, p. 165-168) discute, neste momento do texto, a representação da cidade através da ficção. Para ela, a representação da cidade encobre a realidade científica e a mídia ocupa lugar central na construção do ideário sobre a cidade e o urbano, inclusive tomando partes da cidade para representar o todo. Nesta abordagem fragmentada/fragmentária da cidade, o planejamento estratégico, também analisado por Frúgoli Jr (2001), Carlos (2001 ) Ferreira (2003) e Fix (2007), é ator central, o cidadão é considerado consumidor e a mercadoria vendida é a imagem, no caso do turismo com o uso de um domicílio ocasional, o espaço é transformado em mercadoria, vendido como possibilidade e consumido como virtualidade.

<sup>71</sup> Em Mangaratiba, por exemplo, tais pedidos mobilizam os técnicos da prefeitura e os conflitos nos processos são de várias naturezas: conflito na definição do verdadeiro dono no terreno, quando a posse é coletiva; pedidos de regularização de imóveis cuja construção avança em direção ao mar; construções em terrenos

Por fim, a ausência de discussão acerca dos domicílios de uso ocasional nos documentos oficiais consultados nos municípios estudados foi constante. Mesmo nas entrevistas realizadas, percebemos desconforto ao tratar da presença do turismo no território, além de certa “negação” do papel da presença maciça de DPUO, destacando mais os problemas advindos de sua existência do que proposições no sentido de incorporar este tema na elaboração de políticas públicas.

Com relação às diferenças, cada município constitui um universo próprio, com suas especificidades, com eventos específicos que contribuíram para a sua constituição enquanto lugar. Neste sentido, a contribuição de Santos (2003, p. 16) é esclarecedora, na medida em que nos lembra que “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”.

Com os lugares onde o turismo ocupa papel importante não é diferente, posto que não haja um “espaço turístico” mundial, mas sim o uso do território pelo e para o turismo, em coexistência com outras atividades econômicas e práticas cotidianas.

A presença significativa dos domicílios de uso ocasional é completada pela ausência, em boa parte do ano, de usuários desses imóveis, revelando contradições do processo de produção do espaço urbano na sociedade capitalista contemporânea, por meio de uma urbanização própria quando comparada às cidades onde a presença dos DPUO é menor.

Tal perspectiva analítica nos faz pensar a natureza dessa urbanização litorânea derivada da relação entre o turismo e os domicílios de uso ocasional, na direção da identificação dos processos ligados à (re)construção do urbano voltado para o lazer, das relações intraurbanas nas cidades litorâneas e das conexões estabelecidas com suas regiões de influência, portanto, à questão das escalas envolvidas com o fenômeno.

---

localizados em áreas de proteção ambiental ou irregulares, que pleiteiam sua regularização à revelia das questões ambientais ou em desacordo com o código de posturas local. Informação obtida com técnico da Prefeitura Municipal de Mangaratiba (julho de 2011).

Os domicílios de uso ocasional podem ser compreendidos como a extensão da vida nos grandes centros urbanos, configurando-se como a extensão do tempo do trabalho e estabelecendo relações diretas com a constituição de territórios-rede, no sentido da ampliação da mobilidade e na primazia estruturante do “princípio da circulação” (ORTIZ, 1994, p. 48<sup>72</sup>).

Conforme Haesbaert (2004, p. 79), “não há territórios sem uma estruturação em rede que conecta diferentes pontos ou áreas”. Na concepção do autor, vivemos a lógica dos “territórios-rede”, descontínuos, intensamente conectados e articulados entre si e tratamos “muito mais de controlar linhas e pontos, ou melhor, fluxos e conexões, em síntese, redes, do que controlar zonas e fronteiras” (Ibid., p. 270).

As redes nas quais estamos imersos são conjuntos de nós interconectados, colocando em relevo a necessidade de considerarmos tanto as relações amplas, estabelecidas no espaço como um todo, quanto o tempo da vida cotidiana, com as imposições globais, exteriores e alienantes se apresentando e convivendo, dialeticamente, com as respostas vindas das comunidades (CASTELLS, 1999).

Nas cidades litorâneas, assim como em boa parte das cidades brasileiras, a máquina do crescimento urbano, associada à ampliação da presença do capital industrial-financeiro, encontrou no capital imobiliário porta de entrada para se realizar como atividade lucrativa e, entre outras ações, intensificou o ambiente construído voltado ao atendimento do segmento de domicílios de uso ocasional.

Determinados setores produtivos ganham potência entre os negócios - as indústrias da construção, que deixam de ser um setor secundário -; desenvolve-se um sistema complexo de comercialização do produto-espacô - as incorporadoras e imobiliárias internacionalizadas e consorciadas no urbano a ponto de produzir territórios de negócios -; a circulação da riqueza produzida e fictícia envolve um processo ampliado de financeirização; políticas diversas amparam a pulsação das necessidades dessa produção; e a produção do espaço atualiza a importância da mobilização da moderna propriedade da terra — aqui também se vai de extração de rendas da terra urbana, a partir de estratégias econômicas e urbanas, a rentismos vários, na rabeira das tais estratégias de negócios urbanos (DAMIANI, 2009, p. 48).

---

<sup>72</sup> ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo, Ed. Brasiliense (apud Haesbaert, 2004, p. 29).

À beira-mar, destaca-se a oferta de serviços infraestruturais básicos, assim como o comércio e os serviços atrelados aos domicílios de uso ocasional, situação esta que entendemos revelar uma outra face da urbanização, decorrente, neste caso, não da presença de um “urbano destituído do urbano” (Silva M. R., 2009), mas de um urbano sem urbanidade. Em função da valorização do *front* marítimo, comunidades inteiras ou populações locais, simplesmente foram e continuam sendo expulsas de seus lugares, encravadas sobre mangues ou penduradas em morros para dar lugar às “casas sem gente”, que tratamos nesta tese. A maior contradição dessa urbanização litorânea diz respeito à ociosidade da infraestrutura urbana, sazonalmente utilizada, e à precariedade das condições de moradia de parte das populações residentes<sup>73</sup>.

No litoral, o processo de alienação do território se faz presente de diversas formas. Uma delas é pela privatização de espaços públicos, sendo os condomínios fechados de domicílios de uso ocasional sua tradução mais evidente. Esses condomínios, verdadeiros enclaves fortificados, na concepção de Caldeira (2000, p. 9), representam “o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público” (*Ibid.*, p. 11), constituindo “espaços fechados e monitorados”, destinados, neste caso, principalmente ao lazer e ao consumo.

Se “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”, conforme nos aponta Santos (2004, p. 273), a urbanização presente no litoral nos conduz à busca de formas alternativas com relação aos domicílios de uso ocasional, (re)encontrando maneiras de trazermos para o debate, no sentido amplo, todos os sujeitos sociais que mantém relação com este recorte espacial, (re)inventando o uso do território litorâneo, inclusive para o lazer.

---

<sup>73</sup> O *déficit* habitacional nos Estados estudados é elevado, sendo no Estado do Espírito Santo de 84.868 domicílios, corresponde a 8,6% em relação ao total de domicílios permanentes, no Rio de Janeiro, 426.518 domicílios (8,1%) e, em São Paulo, 1.060.499 (8,2%) (BRASIL, 2011, p. 31).

## 7. O TRABALHO COMO DOCENTE NO COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UFU (CAp UFU)

No ano de 2010, após aprovação em concurso público (figura 28) onde concorri com mais de 150 pessoas, voltei a morar em Uberlândia, Minas Gerais, inaugurando a etapa do retorno para minha cidade natal, que, desde 1993 até minha volta, se transformou em outra cidade.

Figura 28 - Protocolo de inscrição - concurso CAp UFU 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA UFU.

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

EDITAL 029/2010

CANDIDATO: André Luiz Sábino

Nº DE INSCRIÇÃO: 019

ÁREA: GEOGRAFIA

PROVA ESCRITA: 06/06/2010

RESPONSÁVEL PELA INSCRIÇÃO: Wanda Andreola

UBERLÂNDIA, 29 DE abril DE 2010

Esse novo momento trouxe uma mudança de paradigma em minha relação com a sala de aula, haja visto que, na universidade pública, nos dedicamos às atividades de ensino, mas também pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional.

Ao tratar desse tema como forma de fechar a escrita desse memorial, optei em trabalhar com os anos e apresentar o envolvimento na ESEBA UFU, atual Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp UFU), como forma de refrescar a memória, entendendo que a vida, acontecendo como totalidade, pode ser fragmentada para fins analíticos e a soma dos períodos é sempre maior que o todo. No caso da educação, isso se amplia ainda mais, na medida em que tantas pessoas atravessam o dia a dia da escola, como estudantes, famílias, técnicos, estagiários e profissionais que trabalham com esse público.

O mês de agosto de 2010 marcou minha chegada na ESEBA UFU. Naquele momento fui recepcionado pela gestão da escola e imediatamente encaminhado para a Área de Geografia, estabelecendo contato com os docentes que nela atuavam. Nesse ano, assumi três turmas de 9º ano e uma turma de 8º ano da Educação de Jovens e Adultos, EJA. A chegada na escola com o ano letivo em andamento foi um desafio, pois os estudantes já estavam habituados ao trabalho com o docente anterior e assumi as aulas em setembro.

O interessante desse ano de chegada na escola foi tomar conhecimento sobre a proposta didática e pedagógica, a forma pela qual o cotidiano de sala de aula acontecia e o fato de ter uma reduzida carga horária de ensino, de cerca de 12 horas-aula, podendo me dedicar às demais atividades de pesquisa, extensão, gestão e representatividade.

Vale lembrar que dei continuidade ao meu processo de doutoramento na Universidade de São Paulo, onde já havia cursado os créditos e estava definindo o roteiro de trabalho de campo, onde exploraria o litoral sudeste brasileiro, iniciando visitas e entrevistas no estado do Espírito Santo, em Vitória e em Piúma, município com o maior volume de segundas residências ou Domicílios Particulares de Uso Ocasional (DPUO), conforme considerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na sequência iria para o município do Rio de Janeiro e para Mangaratiba e, por fim, em Ilha Comprida, no estado de São Paulo.

Nesse ano já havia sido programado um trabalho de campo pedagógico com os estudantes para São Paulo para conhecerem a capital paulista, o município de Santos, área central, voltada para a praia, e município de Paranapiacaba, ação que foi muito proveitosa e permitiu estreitar os laços entre docentes e discentes.

Um outro fato interessante de 2010 foi ter assumido um grupo de estudantes com o tema de pesquisa Arte Circense (figura 29), dentro do Programa de Iniciação Científica Discente (PICD), na época existente na escola. Nessa atividade, encontros semanais aconteciam e a equipe debatia o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a hipótese e a metodologia. Além dos encontros, realizamos trabalho de campo conhecendo um projeto de desenvolvimento da arte circense junto a crianças da periferia da cidade e, como forma de finalização, apresentação dos resultados da pesquisa para

toda a comunidade escolar no V Congresso de Iniciação Científica Discente ESEBA UFU, quando o grupo concluiu que as pessoas, naquele momento, preferem outros tipos de lazer, como o cinema e o teatro, ao invés de irem ao circo, principalmente por não haver grande disponibilidade de apresentações circenses em nossa cidade.

*Figura 29 - Estudantes em vivência em Escola de Arte Circense (28/09/2010)*



Fotos: André Luiz Sabino, 2010

No ano de 2011, ministrei aulas para três turmas de nono ano da escola e para a turma do 6º ano A. Neste ano, em função da contratação de docentes substitutos e da não efetivação de seu pagamento, a escola ficou paralisada e trouxe a comunidade escolar para o debate para esclarecer sobre a forma inadequada com que o governo tratava a educação naquele momento.

Esse foi um importante momento de formação política da comunidade escolar, trazendo-a para dentro dos problemas enfrentados pela escola pública brasileira. Nessa

Figura 30 - Comunidade ESEBA na Reitoria UFU (18/05/2011)



Foto: André Luiz Sabino, 2011

ocasião, fizemos a ocupação da reitoria da Universidade Federal de Uberlândia e fomos recebidos na sala dos conselhos por representantes da administração superior da nossa universidade, que se comprometeu a nos representar em Brasília, no Ministério da Educação (MEC), com vistas a solucionar o problema enfrentado o mais brevemente possível, incluindo todas as crianças na sala de aula

(figura 30). Foi muito rico introduzir as crianças da escola e suas famílias nas discussões acerca dos desafios orçamentários e políticos enfrentados pela escola brasileira.

Uma outra ação oriunda de nossa paralisação para o pagamento dos docentes substitutos contratados foi a doação coletiva de sangue, que fizemos no hemocentro local, como forma de reforçarmos junto à administração superior da UFU e com as famílias, o compromisso que os docentes da unidade mantém com a formação plena e crítica do grupo de estudantes (figura 31).

No ano de 2011, também fui o Coordenador do Laboratório de Pesquisa em Geografia (LAPEG),

Figura 31 - Dando o sangue para a educação, Hemocentro de Uberlândia (14/05/2011)



Foto: André Luiz Sabino, 2011

sendo responsável por sua organização para atender toda a comunidade escolar e pela sistematização do material didático disponível naquele momento, como acervo didático, cartográfico e de material audiovisual. Nesse momento, concorri a edital da administração superior da universidade e consegui ganhar para o LAPEG um computador de mesa e uma impressora.

Nesse ano, recebi estagiários oriundos do curso de Licenciatura em Geografia da UFU e, em parceria com o docente do magistério superior, realizamos o estágio da forma que acreditamos na Área de Geografia da ESEBA: os estudantes foram recebidos, participaram de reunião de área e de planejamento coletivo e também tiveram contato com a sala de aula, problematizando o tema das guerras no mundo atual, propondo e avaliando

*Figura 32 - Ficha de avaliação de estágio curricular da licenciatura em Geografia*

| UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA<br>INSTITUTO DE GEOGRAFIA  |   |             |   |   |   |   |   |   |    |  |
|---|---|-------------|---|---|---|---|---|---|----|--|
| <b>FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO NA ESCOLA</b>  |   |             |   |   |   |   |   |   |    |  |
| Curso de Licenciatura em Geografia – 6.o período<br>ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2 (Ensino fundamental II) – 2.o semestre letivo/2011<br>Professor Orientador do Estágio: xxx<br>Escola de Educação Básica – ESEBA-UFU<br>Área de Geografia<br>Professora Supervisor/a do Estágio na escola: Prof. Ms. André Luiz Sabino<br>Estagiário: XXX e XXX - 9º A. |   |             |   |   |   |   |   |   |    |  |
| 1. Nos quadros abaixo, as indicações com X correspondem às notas atribuídas na escala de 1 (= péssimo) a 10 (= excelente) conforme o desempenho em cada item avaliado.  |   |             |   |   |   |   |   |   |    |  |
| a) AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO INDIVIDUAL: Como o trabalho da dupla de estagiários ocorreu de forma integrada, optei em realizar a avaliação para ambos.  |   |             |   |   |   |   |   |   |    |  |
| 9.º A   |   | Estagiários |   |   |   |   |   |   |    |  |
| ITENS PARA AVALIAÇÃO  |   | NOTA        |   |   |   |   |   |   |    |  |
| 1   | 2 | 3           | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |  |
| Participação nas reuniões   |   |             |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 2. Comparec. e acompanhamento   |   |             |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 3. Part. ativa na redação   |   |             |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 4. Domínio do conteúdo  |   |             |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 5. Desenvoltura profissional: clareza, segurança, postura, interação.   |   |             |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 6. Respeito e cordialidade  |   |             |   |   |   |   |   |   | X  |  |

| b) AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA DUPLA OU GRUPO:                    |   |                       |   |   |   |   |   |   |    |  |
|--|---|-----------------------|---|---|---|---|---|---|----|--|
| 9.º A  |   | Estagiários XXX e XXX |   |   |   |   |   |   |    |  |
| ITENS PARA AVALIAÇÃO   |   | NOTA                  |   |   |   |   |   |   |    |  |
| 1  | 2 | 3                     | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |  |
| 1. Entrosamento  |   |                       |   |   |   |   |   | X |    |  |
| 2. Elaboração, estrutura e consistência dos planos de aula       |   |                       |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 3. Adequação da abordagem  |   |                       |   |   |   |   |   | X |    |  |
| 4. Utilização apropriada de recursos materiais e proc. didáticos |   |                       |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 5. Adequação avaliação de aprendizagem                           |   |                       |   |   |   |   |   |   | X  |  |
| 6. Coerência entre planejamento e aulas                          |   |                       |   |   |   |   |   |   | X  |  |

2. Outras observações e sugestões para o/a estagiário(a):  
O trabalho com a dupla de estagiários foi extremamente rico, visto que os alunos se envolveram bastante com a condução das aulas e na orientação / avaliação dos alunos.  
A avaliação de todo o processo, por parte do professor, foi positiva, no sentido de apresentar aos graduandos as rotinas impostas pelo universo chamado sala de aula.  
Outra frente de trabalho realizada e que rendeu resultados positivos, foi o comprometimento da dupla, em conjunto com os demais colegas, que conseguiram construir dois planos de aula, um estruturador de seminário e uma planilha de avaliação, instrumentos amplamente discutidos com os alunos.

André Luiz Sabino  
Professor de Geografia  
Escola de Educação Básica – Eseba  
Universidade Federal de Uberlândia.

seminários realizados pelos discentes da educação básica. Finalizamos o estágio com os estudantes da graduação fazendo uma avaliação por duplas de trabalho, considerando todo o processo de formação de novos professores(as) para a educação básica, com a necessária devolutiva acerca da atuação docente em sala de aula (figura 32).

O projeto PROUCA, Programa Um Computador por Aluno, para o qual a escola foi inserida no ano de 2010, foi implementado na escola em 2011, sob orientação dos docentes Eliane Elias Ferreira dos Santos, Patrícia de Martino Accioly e Venilton Gonçalves dos Santos com o objetivo de construir uma proposta pedagógica de uso dos computadores a partir das dimensões tecnológica, pedagógica e teórica. Nesse período de formação para o trabalho com a comunidade discente, nos debruçamos sobre a relação entre a educação e o uso das novas tecnologias da comunicação e informação (TIC) e a educação.

Dando continuidade ao Programa de Iniciação Científica Discente (PICD) na escola, no ano de 2011 orientei um grupo de 10 alunos, sendo o grupo constituído por 2 estudantes do 6º ano, dois do 7º e 6 do 8º ano. O tema proposto e desenvolvido pelo grupo foi “Ilusionismo” e, ao longo desse ano letivo, fizemos reuniões sistemáticas em horário de aula e conforme cronograma estabelecido pela escola. O problema de pesquisa construído pelo grupo colocava o motivo de o ilusionismo ser pouco presente na sociedade brasileira, com a maior valorização das mágicas. Como hipóteses, o grupo levantou que há pouco espaço para o ilusionismo no Brasil, bem como pouco interesse das pessoas sobre esse tema. Trazendo para Uberlândia, em escala local, não são oferecidos espaços para atividades com ilusionismo, assim como não são ofertadas apresentações relacionadas ao tema.

A metodologia adotada para desenvolver o tema Ilusionismo foi de pesquisa, reuniões de orientação e estudos e aplicação de questionários com posterior tabulação e análise dos dados, o que permitiu ao grupo concluir que o ilusionismo é arte de entreter uma platéia criando ilusões que confundem ou surpreendem o público, fazendo parte da arte popular brasileira e sendo praticado em vários espaços, como teatros, praças públicas, espetáculos de circo e em festas infantis, dentre outras possibilidades. O grupo indica que mais espaços públicos deveriam existir para que apresentações de ilusionismo pudessem ocorrer com mais frequência.

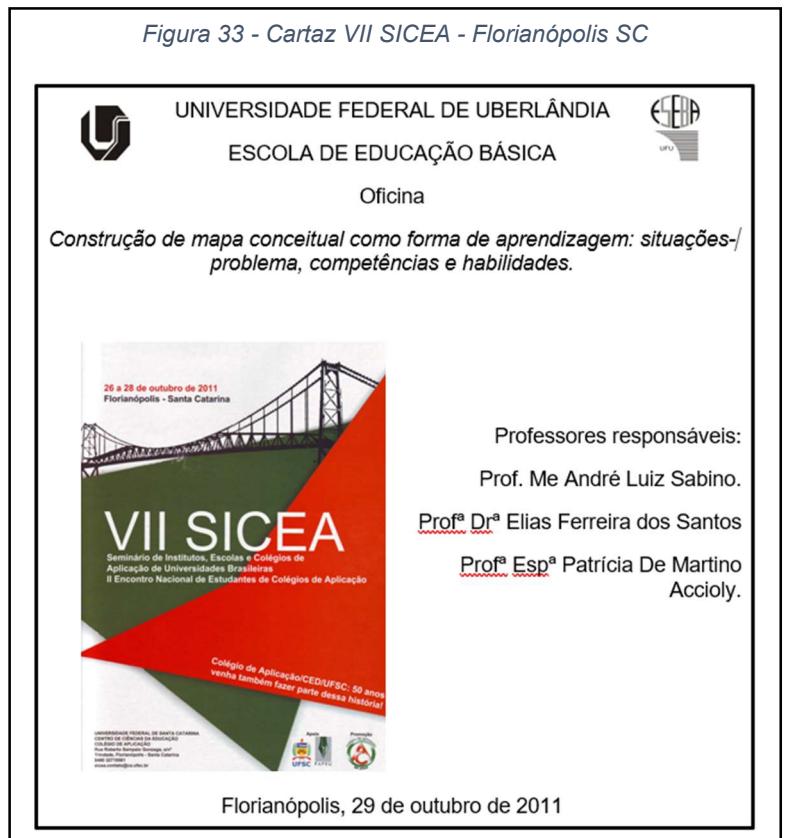
Vale ressaltar que nesse ano participei de três projetos de pesquisa como membro e pesquisador. O primeiro deles foi o Projeto de Pesquisa Apropriações e Usos do *Laptop* do Programa PROUCA pelos alunos dos anos iniciais do práticas docentes: integração da cultura digital com a cultura escolar no ensino e aprendizagem de Geografia e História; o segundo grupo de pesquisa foi o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (NEPEJA); e o terceiro, vinculado ao meu doutoramento, denominado Pesquisa em Geografia: teorias, conceitos e práticas, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, tendo como docente responsável a Profª Drª Rita de Cássia Ariza da Cruz.

Uma outra frente de trabalho foi desenvolvida no Conselho da Revista Olhares & Trilhas ESEBA-UFU, onde me inseri no trabalho de edição do periódico da unidade, voltado

para a publicação de resenhas, artigos e relatos de experiência na educação, com foco na educação básica.

Ainda em 2011, com o objetivo de melhor conhecer a realidade dos 17 Colégios de Aplicação (CAp) brasileiros, uma comitiva de docentes foi participar, em outubro, do VII SICEA (Seminário de Institutos, Escolas e Colégios de Aplicação de Universidades Brasileiras) e do III Encontro Nacional de Estudantes de Colégios de Aplicação. Nessa Ocasião, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, junto com as docentes Eliane Elias Santos e Patrícia Accioly, preparamos a oficina Construção de Mapa Conceitual como Forma de Aprendizagem: situações problema, competências e habilidades (figura 33), primeira oportunidade de contato com a realidade de outros CAp e inserção do papel fundamental do Conselho Nacional de Dirigentes dos CAp, órgão responsável por articular os gestores das unidades, com vistas a garantir a existência dos colégios no interior das instituições federais de ensino superior e, em Brasília, onde fica sua sede, transitar na administração pública federal, mantenedora dos CAp, com vistas a ampliar a participação das unidades na formação de comunidades escolares, fomentar a política pública educacional para o segmento e construir debates e material com o objetivo de colocar em pauta as demandas oriundas das unidades escolares.

Em julho de 2011, aproveitando minhas férias do trabalho, realizei o estudo de campo sobre o meu doutoramento, percorrendo toda a costa litorânea da Região Sudeste, com o objetivo de conhecer os municípios onde os domicílios particulares de uso ocasional



demonstravam maior representatividade, bem como fazer levantamentos bibliográficos, leitura dos Planos Diretores e entrevistas com pessoas ligadas às atividades do turismo em escala local.

Já no ano letivo de 2012, ministrei 9 aulas semanais para os nonos anos, dei continuidade ao meu processo de doutoramento com análise do material coletado em campo e produção do plano detalhado de redação final da tese, continuei no Conselho da Revista Olhares e Trilhas, assumi posição de membro da Diretoria Colegiada da Associação de Docentes da UFU, ADUFU Sessão Sindical, da qual muito me orgulho ter-me filiado assim que cheguei na universidade, continuei como membro do grupo Pesquisa em Geografia: teorias, conceitos e práticas (Departamento de Geografia da USP) e me vinculei ao extinto GEPECPOP (Grupo de Pesquisa em Educação e Cultura Populares), na Faculdade de Educação (FACED UFU), passei a produzir aulas para o Portal da Educação, do Ministério da Educação (MEC).

Para que não fique repetitivo, passo a relatar o que foi acrescentado no âmbito de minha atuação na UFU, a partir dos destaques e das inclusões.

Com relação à sala de aula, no ano de 2012, para além da proposta programática, retomei Trabalho de Campo para São Paulo com os estudantes, em uma proposta de visita que se iniciou em 28/11/2012 e terminou em 02/12 do mesmo ano. Vale ressaltar que, nesse trabalho de campo, com preparação anterior, roteiro de observação estabelecido e retomadas sistemáticas em campo e após o retorno, participaram 5 docentes e 29 discentes, sendo que muitos deles nunca tinham viajado sem a presença dos responsáveis.

Nesse estudo de campo, saímos da escola às 22h30 com destino a São Paulo, capital, onde chegamos no dia 29/11, deixamos nossas bagagens no hotel, no bairro do Jaguaré e fomos conhecer o centro antigo de São Paulo, visitando a Praça da República, os Edifícios Copan e Terraço Itália, na Av. Ipiranga, a Biblioteca Mário de Andrade, o Teatro Municipal, o Vale do Anhangabaú, o Largo e o Mosteiro de São Bento, a Praça da Sé e o Largo do São Francisco. Após o almoço, que fizemos em um shopping na área central de São Paulo, fomos para a Bienal de São Paulo, no Parque do Ibirapuera, retornando para o hotel, onde jantamos. No dia seguinte, 30/11, após o café da manhã, fomos conhecer o município de Paranapiacaba e analisarmos o papel dos trilhos de trem de ferro e do café

para o Brasil em um sítio arquitetônico de construções europeias. No sábado, dia 01/12/2012, fomos para Santos, visitando a parte histórica do porto pela manhã, quando também fizemos um passeio no bonde restaurado, visitamos o Museu do Café e conhecemos o Monte Serrat, onde pudemos ter uma aula sobre a parte portuária e a turística a partir da observação 360º, permitida pelo lugar. Olhar o porto e a muralha de prédios que cerca o mar foi um momento importante e formador do olhar crítico de nossos estudantes. Após o almoço, visitamos o Aquário de Santos e fizemos um passeio de barco pela Baía de Santos, com um mergulho ao lado do Guarujá. No domingo, dia de encerrarmos nosso estudo de campo, passamos o dia no Parque Hopi Hari e, no final da tarde, retornamos para Uberlândia. Esse foi um dos momentos mais marcantes para os discentes, uma aula magna quer permitiu observar o espaço geográfico a partir da vivência concreta de várias camadas formadoras do que temos hoje como metrópole brasileira.

No Portal do Professor do Ministério da Educação, convite feito pela Direção da ESEBA à época, desenvolvi uma série de aulas<sup>74</sup> voltadas para auxiliar os demais professores e professoras do Brasil a dinamizarem suas atividades em sala de aula. A aula intitulada O Censo Demográfico de 2010: telefones celulares na construção de podcasts geográficos foi tão bem aceita que fomos convidados a escrever um artigo, ampliando a proposta apresentada<sup>75</sup>.

O fato de termos passado por uma greve no ano de 2012 e de ser membro da Diretoria Colegiada da ADUFU foi outro momento de enfrentamento e ampla formação política sobre ser educador no mundo contemporâneo, vinculado a um Colégio de Aplicação. Essa greve durou 125 dias, com 60 IFES paralisadas e obteve, como resultado, recomposição parcial variando entre 25 e 40% dos salários, dependendo do nível da carreira, parcelada em 50% no ano de 2013, 30% em 2014 e 30% em 2015, já deixando

---

<sup>74</sup> A regionalização contemporânea do espaço geográfico mundial (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=39969>), O Censo Demográfico de 2010: telefones celulares na construção de podcasts geográficos (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=40839>), Minha cidade e as metrópoles: conexões e relações (<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=41516>), etc.

<sup>75</sup> Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5489970.pdf>. Acesso em 08/09/2025.

claro o aprofundamento da desestruturação da carreira por parte do governo federal, tratando a educação como um custo, não um investimento<sup>76</sup>. Nesse ano, em função da pressão das famílias pelo retorno imediato às aulas, demonstrando pouco entendimento do que o governo brasileiro faz, historicamente, com a educação, muitas reuniões entre o CAp e a ADUFU aconteceram, algumas incluindo as famílias. Apesar do desgaste, avalio como um importante momento de formação em sentido amplo e para toda a comunidade escolar ESEBA UFU.

No Grupo de Pesquisa em Educação e Culturas Populares – GPECPOP, atuei como parecerista de diversos artigos e realizamos um significativo encontro com educadores populares. Registo que o GPECPOP me proporcionou o contato com Olenir Mendes, Jorgetânia Ferreira e Benerval Santos com quem, desde então, trabalho e dialogo sobre a educação brasileira.

No ano letivo de 2013, continuei minha atuação nas três turmas de 9º ano da escola e também fui professor do 5º C. Para além das contribuições com a formação de cerca de 100 estudantes, nesse ano atuei junto ao Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz, o CEMEP, oferecendo oficinas de formação para professores e professoras da rede municipal de educação, em parceria com o professor de Geografia José Agostinho Silva, responsável pela proposição dos trabalhos.

Em 2013, mais uma vez, fizemos trabalho de campo em São Paulo, nos moldes do que foi oferecido no ano anterior. O diferencial foi o fato de termos 6 docentes e 45 estudantes, além de duas estagiárias, reafirmando a importância do estudo de campo como forma ampliada da construção de conhecimentos e saberes educacionais.

O LAPEG, sob coordenação do Prof. Me. Marco Túlio Mendes Eterno em 2013 estabeleceu o Grupo de Estudos sobre Trabalho de Campo, para aprofundar o entendimento conceitual e prático da atividade. Fruto dos estudos, tivemos a proposição de estudos de meio com o tema Uberlândia no mundo e o mundo em/de Uberlândia e, outro, com visita ao Bairro Patrimônio.

---

<sup>76</sup> Ver [www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Anexo-Circ162-22.pdf](http://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2022/maio/Anexo-Circ162-22.pdf). Acesso em 09/09/2025,

No LAPEG, orientei dois estagiários no desenvolvimento de projeto vinculado ao laboratório, parte do Programa Especial de Apoio aos Servidores Recém-Doutores e Recém-Investidos da UFU, Edital nº 006/2013 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. O título desse trabalho era As novas tecnologias da informação e da comunicação em interface com a educação básica: o Laboratório de Ensino e Pesquisa em Geografia como lugar de elaboração de material didático, de pesquisa e de extensão.

No Mês de Agosto de 2013, ministrei a palestra Problemática ambiental urbana: questões atuais da produção do espaço, no III Ciclo geográfico, promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Em conjunto com a Professora Dr<sup>a</sup> Iara Vieira Guimarães, trabalhei em um projeto de criação de questões para o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd/UFJF), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Foram elaboradas 30 questões.

Por fim, ressalto a qualificação da tese de doutoramento, o início da escrita do texto final e da produção dos mapas utilizados e do trabalho na equipe editorial da Revista Olhares e Trilhas.

No ano de 2014, continuei atuando nas três turmas de 9º ano e ministrei aulas no curso de Especialização em Inclusão Escolar, ofertado pelo Laboratório de Geografia Popular, no Instituto de Geografia, sob Coordenação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriany de Ávila Melo Sampaio. Na ocasião, ofertei a disciplina Tecnologias da Informação e da Comunicação em Educação e, ao fim, orientei seis discentes na construção dos trabalhos de conclusão de curso.

No LAPEG, realizamos os Colóquios Geográficos, momento em que cada docente da Área de Geografia socializou suas pesquisas em nível de Pós-Graduação, como forma de melhor conhecermos as pesquisas realizadas pelos componentes de nossa área. Também realizamos, no LAPEG, o estudo O ensino da Geografia nas séries iniciais do EF: desafios para a formação docente, com pesquisas, estudos e reflexões.

Além disso, participei do Grupo de estudos e pesquisa em turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local (GEPTEEDL) e construímos o Projeto Finlândia, uma

parceria internacional que objetivava levar um grupo de cerca de 10 docentes para a Universidade de Tampere, para conhecermos a realidade da educação finlandesa e, posteriormente, trazer os docentes e técnicos de Tampere para conhecer a realidade educacional brasileira. A visita internacional dos brasileiros na Finlândia ocorreu em 2015, e a vinda dos finlandeses em 2016. As parcerias e as equipes produziram pesquisas e uma série de artigos sobre educação, interrelacionando as realidades das duas nações.

Em 2014, em função da aposentadoria da Editora Chefe da Revista Olhares e Trilhas, assumi esse papel, dando continuidade à formação nessa área, onde conseguimos colocar as publicações em dia e fomentar o interesse na publicação. Como parecerista, atuei nas revistas Ensino de Geografia e tentamos construir uma revista em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Uberlândia (SME / PMU), a Revista Conexões em Educação (ESEBA, IFTM e PMU), como forma de aproximação das esferas públicas em níveis federal e municipal na lida com a educação básica.

A pedido da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), participei como parecerista em editais ofertados internamente, momento de contato com propostas de extensão em nossa universidade.

Na ADUFU, por sua vez, continuei na Diretoria Colegiada, momento em que continuamos a construir o plano de lutas para a educação federal e conseguimos aprovar a construção de nossa nova sede administrativa.

Nesse ano, participei do 33º Congresso do Andes, nosso sindicato, momento de significativo aprendizado político, pois já vivíamos a precarização do trato com a educação pública federal brasileira. A leitura do caderno de textos e o debate acerca dos textos de resolução, trabalho que antecedeu a ida da comissão da ADUFU para São Luís do Maranhão, foi intenso, enriquecedor e formador. Em São Luís do Maranhão, a participação nos grupos de trabalho (movimento docente e conjuntura, centralidade da luta, políticas sociais, questões organizativas e financeiras e plano de lutas) e, nas plenárias finais, houveram momentos particulares que reafirmaram a necessidade de ampla participação dos docentes da UFU nas discussões e na luta pela garantia, pela manutenção e pela ampliação do nosso trabalho enquanto educadores.

A atuação da nossa delegação em relação aos problemas enfrentados pelos docentes da UFU que estão na carreira EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico), fruto do trabalho do GTPE (Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais), aprovou um texto de resolução que cobrava do governo suas responsabilidades com relação a este nível de ensino, solicitando imediata reposição e ampliação das vagas.

Além disso, representei a Universidade Federal de Uberlândia no Conselho Municipal de Turismo, atuando na elaboração de política pública de turismo para o Município, participando de reuniões mensais do Conselho Municipal de Turismo (CMT) e de eventos, e prestei assessoria para funcionários da IBM dos Estados Unidos que estavam no Brasil buscando entender o papel do turismo na escala local a partir da obtenção de dados, para tratamento e análise.

Fui Coordenador da Área de Geografia no ano de 2014, conduzindo as discussões internas e trazendo as necessidades administrativas demandadas pela gestão da ESEBA. Nesse momento, o trabalho foi intenso e produtivo, auxiliando na resolução dos desafios e no apontamento de caminhos para resolver as situações existentes.

Mais uma vez, fizemos o trabalho de Campo para São Paulo, deslocando 6 docentes e 34 alunos para conhecer os lugares já elencados na capital paulista, no interior e no litoral, momento extremamente importante na formação dos nossos estudantes, docentes que participaram do estudo do meio e das famílias, que possibilitam aos seus filhos e filhas um momento ampliado de aprendizagem.

Outra importante frente de atuação junto à gestão da escola foi a solicitação de redução do fluxo de entrada de estudantes na escola, em função da ampliação do número de alunos advindos da educação especial, com suporte à relatoria junto ao Conselho Superior da UFU (CONSUN), com decisão favorável, ouvindo o que foi colocado por esse grupo de docentes.

No ano de 2015, atuei nas três turmas de 9º ano, com 9 horas-aula, e continuei a atuação no curso de Especialização em Inclusão Escolar, do Instituto de Geografia (IG UFU), nessa fase orientando seis estudantes, orientações concluídas com sucesso, além da participação em outras bancas de trabalhos finais.

No LAPEG, demos continuidade aos Colóquios Geográficos e me inseri no Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo, Espaço e Estratégias de Desenvolvimento Local (GEPTEEDL), na Faculdade de Ciências do Pontal, no *Campus Avançado da UFU* em Ituitaba, Minas Gerais<sup>77</sup>.

Em função da intenção de aproximação entre Brasil e Finlândia, fundamos o Grupo de Pesquisa em Processos de Significação dos Sujeitos e Espaço Escolar (GPPS), com vistas a estruturar a proposta de pesquisa internacional e a primeira visita<sup>78</sup>. Após o acordo assinado entre a UFU e a Universidade de Tampere, um grupo de 8 docentes realizou a vista técnica na Finlândia, entre os dia 30/11 e 04/12/2025. O Plano de Trabalho previu diversas atividades, como a apresentação do campus da Universidade de Tampere, pela Profª Drª Kirsti Karila, encontro com o sub projeto 2, sob supervisão da Profª Drª Tiina Soini, uma visita técnica a uma instituição de educação infantil finlandesa, uma palestra aberta sobre o sistema educacional brasileiro, seminário sobre metodologias de pesquisa dentro da parceria Brasil-Finlândia, visita ao Colégio de Aplicação da Universidade de Tampere, sob responsabilidade de Outi Stuber, encontro do subgrupo 1, com discussão de resultados obtidos, sob organização da Profª Me. Juliene Madureira Ferreira, apresentação do Espaço Cultura e Brinquedoteca, realização pela Profª Me. Paula Amaral, encontro dos subgrupos de pesquisa 3 e 4 para discussão de metologia de pesquisa, visita a instituição modelo na Finlândia, discussão sobre o papel dos Colégios de Aplicação Brasil-Finlândia na formação de professores, apresentação da reestruturação do currículo escolar da Finlândia, com base na participação de crianças e professores e, por fim, uma roda de conversa com troca de experiências na educação básica entre os países.

Como Editor Chefe da Revista Olhares e Trilhas e proposito da criação da Revista Conexão em Educação (Eseba/PMU/IFTM), continuei me aprofundando no mundo editorial, com reuniões, alinhamentos e fomento na produção.

---

<sup>77</sup> <https://sites.google.com/site/gepteedl/>

<sup>78</sup> <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8426997666975783>

No sentido de contribuir com Uberlândia e por aproximação de tema de pesquisa, continuei no Conselho Municipal de Turismo da Prefeitura Municipal de Uberlândia e atuei como parecerista *Ad hoc* de diferentes instituições e eventos.

Um fato novo, ocorrido no ano de 2015, foi o processo de eleição da nova equipe gestora da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia. Em função da minha caminhada ao longo dos 5 anos que já estava na escola, da minha participação política nas diversas instâncias da UFU e no município de Uberlândia, fui “convocado” para assumir a tarefa de ser o novo Diretor da ESEBA UFU, haja visto que não tivemos candidatos(as) que se dispusessem a assumir esse posto.

O professor tornou-se gestor, em uma universidade pública federal brasileira, onde não há concurso para esse lugar.

## **7.1. O PROFESSOR COMO GESTOR: FORMAÇÃO E DESAFIOS**

Após a construção da chapa eleitoral (A)Braços Abertos, constituída por mim, na condição de Diretor, das Professoras Doutoras Selma Sueli Santos Guimarães e Analúcia de Moraes Vieira, na condição de assessoras, fomos eleitos em 10 de novembro de 2015 e assumimos a Direção da ESEBA UFU em 18 de janeiro do ano de 2016, após a publicação da Portaria 15, de 05 de fevereiro de 2016 (figura 34).

Aproveito a oportunidade para agradecer imensamente às Professoras Selma e Analúcia por terem caminhado comigo na gestão da escola ao longo desses quatro anos de muita intensidade, aprendizagem e trabalho. Também agradeço a Professora Drª. Joice Ribeiro Machado que, em função da aposentadoria de Analúcia, assumiu a assessoria para a Educação Infantil e Alfabetização na unidade.

Figura 34 - Portaria de designação para Diretor ESEBA UFU

**JORNAL DE PORTARIAS**  
edição 377 | 05 de fevereiro de 2016

*André Luiz Sábio  
Diretor ESEBA/UFU  
Portaria 15 de 07/01/2016*

**PORTRARIA R Nº 015, de 07/01/2016**

Designar ANDRE LUIZ SABINO, Siape nº 1178604, para exercer a função de Diretor da Escola de Educação Básica (CD-4), desta Universidade, em substituição a Elizabet Rezende de Faria. O mandato do diretor ora designado terá duração de 04 (quatro) anos, com seu início a partir de 16 de janeiro de 2016 e seu término previsto para 15 de janeiro de 2020. A designação para a função será a partir de 16 de janeiro de 2016, quando esta portaria entra em vigor.

Fonte: [https://ufu.br/sites/default/files/2024-05/jp\\_377\\_05\\_fevereiro\\_2016\\_0.pdf](https://ufu.br/sites/default/files/2024-05/jp_377_05_fevereiro_2016_0.pdf)

Agradeço a Izabel, Lourdes, Marcelo, Ana Paula, Divina, Edson, Clarisse, Fernanda, Larissa e tantos outros técnicos(as) efetivos(as) e tantos outros prestadores de serviço terceirizados, que tanto trabalharam e contribuíram para que o chão da sala de aula se efetivasse como lugar de aprendizagem.

A abertura de nosso plano para a Gestão “(A)Braços Abertos”, para o quadriênio 2016/2019, dialogava com Mário Quintana, que nos diz que “abraçar é dizer com as mãos o que a boca não consegue. Porque nem sempre existe palavra para dizer tudo”. A partir desse excerto, fizemos a análise da conjuntura a partir da tessitura da realidade daquele momento no que dizia respeito à educação e ao fato de sermos um Colégio de Aplicação no interior de uma Universidade Pública brasileira. Nossa proposta era de darmos continuidade à Eseba como espaço/lugar privilegiado para desenvolvermos uma educação pública, laica, gratuita, plena, histórica e coletivamente construída/referendada, edificada por todos e mediada por diferentes gestões.

A bicicleta, como um objeto que pode ser utilizado de forma individual ou coletiva, desde que a busca e o encontro do equilíbrio ocorra, foi o símbolo da nossa gestão. O lema foi efetivar uma gestão para todos e para cada um, partindo da coletividade e respeitando as individualidades de pessoas e diferentes grupos, independente do lugar que ocupavam no âmbito escolar.

A partir disso, o compromisso colocado à época foi o de valorizar (1) a escola como o lugar de encontro e formação, (2) os momentos de encontro como possibilidade de avanço, (3) a criação de novos espaços de convivência, (4) a maior participação da comunidade escolar no interior da Eseba, (5) a mediação para implementação e revisão das decisões coletivas, (6) a luta pela ampliação do quadro de docentes e técnicos, (7) o respeito ao caráter laico da escola e, por fim, (8) à transparência nas ações. Não me aprofundarei no plano da gestão, mas nas principais ações e aprendizados, com destaque para os políticos, que estar nesse lugar possibilitou.

Na transição entre a gestão anterior e a nossa, ainda no ano de 2015, no dia 15 de dezembro, o Conselho da unidade aprovou mudança no horário de entrada dos estudantes, transferindo-o das 7h para 7h30, com término às 12h. Esse foi o primeiro desafio enfrentado por nós que, mediante questionamentos, fomos instados a qualificar a proposta e, consequentemente, adotarmos a postura de que não mais implementaríamos mudanças estruturais na escola sem o devido prazo para que toda a comunidade escolar de cada proposta se apropriasse e fizesse o debate necessário para posterior decisão.

Importante dizer que a Associação de Pais e Mestres, uma comissão interna estabelecida, a comunidade escolar e o Conselho da unidade, fizeram ampla pesquisa sobre o tema, analisando-o e referendado a mudança de horário. Destacamos outras frentes de atuação junto a Associação de Pais e Mestres ESEBA UFU neste ano, como campanha de conscientização sobre o trânsito na escola e o pedido para a remarcação das vagas destinadas às famílias de crianças com deficiência na Secretaria de Trânsito e Transportes da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

No ano de 2016, a escola contou com 34 comissões de trabalho e de representação<sup>79</sup>, que se ampliaram ao longo do ano com docentes e técnicos atuando em

---

<sup>79</sup> Comissões: 1) Conselho de Coordenadores; 2) Eventos; 3) Ensino Médio; 4) Projeto 3Rs; 5) PICD; 6) Revistas Olhares e Trilhas e Conexões; 7) Técnica e audiovisual; 8) Avaliação; 9) comissão administrativa pessoal docente/CAPD; 10) NUPEPE – Núcleo Pesquisa da Eseba; 11) Recreio Orientado; 12) Projeto Rádio Eseba; 13) Técnicos Administrativos; 14) Revisão do Regimento Interno; 15) Nepena; 16) Projeto Integrar; 17) Projeto Incluir + Comissão de Acessibilidade; 18) Projeto Político Pedagógico; 19) RSC; 20) Estágio; 21) Associação de Pais e Mestres; 22) Mudança de horário 2016/2017; 23) CONDIR; 24) ADUFU; 25) CONPEP; 26) CONSUN; 27) CONSEX; 28) CONGRAD; 29) fórum de licenciaturas; 30) Rede de formação de

diversas frentes, interseccionando o pedagógico e o administrativo. A proposta de mudança que mais impactou a ESEBA em 2016 foi o início de transformação do Conselho Pedagógico e Administrativo (CPA) da escola, de pleno para representatividade.

O entendimento, à época, era da dificuldade de convocar o pleno da escola, composto somente por docentes e técnicos, sem a presença de representantes das famílias e dos discentes, onde temas pautados eram apreciados e, sobre eles, deliberações eram realizadas. Vale lembrar que o CPA é a unica instância deliberativa da unidade.

Uma questão que me incomodava era como convocar o Conselho, uma vez que a unidade funcionava nos três turnos, pois Conselho pleno somente acontecia no início do ano letivo ou no retorno das férias escolares. Como fazer deliberações se o cotidiano dificultava o encontro? Uma saída encontrada foi delegar ao Conselho de Coordenadores, que se reunia mensalmente, a tomada de decisões, o que fragilizava o processo, visto não ser essa instância deliberativa, mas consultiva.

Após a proposição e aprovação da constituição de um Conselho por representatividade, encaminhamos memorando para a Procuradoria Geral da UFU no dia 07/06/2016 (MI nº 163/2016/SD/ESEBA) solicitando análise e parecer sobre a proposta de adequação do Conselho da ESEBA UFU ao Estatuto e Regimento da UFU. A proposta era realizar um conselho com reuniões ordinárias mensais, composto por 25 membros, nele incluída a efetiva participação de representantes dos estudantes e das famílias, além de docentes e técnicos. Nesse momento anexamos o desenho da proposta para o Conselho, considerando o que já acontecia na Escola Técnica de Saúde (ESTES UFU) e a minuta de regimento interno, construída a partir do funcionamento do Estatuto ESEBA UFU, de 1981.

A análise realizada pela Procuradoria Geral (PARECER n. 00403/2016/PF/UFU/PFFUFUB/PGF/AGU (SEI 23117.05743/2016-30) concluiu que “a alteração pretendida encontra respaldo e estava em conformidade com as normas legais e regimentais sobre a matéria”. Julgamos pertinente a mudança por institucionalizar as decisões em fóruns mensais, deliberativos e ordinários e a efetiva inclusão de

---

professores UFU; 31) Projeto Acolher; 32) Estatuinte UFU; 33) Medicinalização da infânci, da educação e da sociedade; 34) CPLP / Comunidade dos Paises de Língua Portuguesa.

representantes das famílias e discentes, na perspectiva de ampla democratização do território escolar.

Em Março, ocorreu a vinda ao Colégio de Aplicação da UFU da equipe de pesquisadores da Universidade de Tampere, composta de docentes, uma técnica e o Diretor do Colégio de Aplicação vinculado à Universidade, ocorrida entre 14 e 18/03/2016. No Brasil, tivemos uma palestra sobre a formação inicial de professores nas licenciaturas e o papel do Colégio de Aplicação, uma vista técnica ao Colégio de Aplicação ESEBA, reuniões dos 4 subprojetos para apresentar os resultados parciais das linhas de pesquisa instituídas, de onde várias publicações foram realizadas, duas mesas redondas sobre o sistema educacional finlandês e a educação municipal, abertas para toda comunidade local, reunião com gestores institucionais, reunião com a comunidade ESEBA UFU e visita a três instituições educacionais brasileiras.

Em 2016, a escola passou por obras de adaptação para garantir plena acessibilidade a toda comunidade, ação realizada a partir de instação do Ministério Público.

Em função da suspensão das atividades do PICD, começou a se constituir o Grupo de Estudos, Pesquisas e Inovações Tecnológicas (GEPIT) na escola, que hoje agrupa mais de 100 pesquisadores, entre docentes da unidade e estudantes internos e de outras instituições educacionais locais. Os pesquisadores docentes e discentes participam de diversas reuniões científicas, publicam artigos, são premiados e cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa da UFU.

Além das rotinas administrativas, vale ressaltar minha inserção como Diretor no Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior - CONDICAp. Ao chegar no conselho como membro, já na segunda reunião, organizei todo o material para rever o registro de pessoa jurídica da entidade no cartório em Brasília, me tornando Secretário do Conselho, ação que foi seguida por me tornar, em 2018 e 2019, Vice-Presidente da entidade, auxiliando a formar a comunidade de diretores, com vistas a efetiva participação do CONDICAp na definição dos rumos da política brasileira voltada para a educação e na efetiva inserção da educação básica nos CAp na proposição de ações. Uma das ações que fizemos foi a de inserir os docentes CAp nas propostas de Residência Pergagógica e Programa Institucional de Bolsas

de Iniciação à Docência (Pibid), oferecidos pelo Ministério da Educação e instituímos que a última reunião do ano, junto com o SICEA, seminário dos Colégios e Escolas de Aplicação, ocorrese em um diferente CAp, proporcionando ao grupo de Diretores e Diretoras que conhecesse diversos Colégios de Aplicação.

No que tange a questão política dentro da ESEBA, atuei na resposta das demandas impetradas pelo Ministério Público a partir de questionamentos internos e da comunidade. Foram cerca de uma dezena de notificações, que tratavam de temas como adequação do corte etário para entrada de estudantes, incompreensão do processo de sorteio público de ingresso no CAp no que diz respeito à inscrição indevida de candidata, pedido de ausências em função de greve, esclarecimentos sobre estimativas de preços em concorrência relacionados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e, por fim, esclarecimento de retorno de aulas para estudantes do 9º ano, série final do ensino fundamental, em função de greve. Apesar do tempo investido nas respostas, a intermediação do Ministério Público nas questões relacionadas à administração escolar nos fez refletir sobre o papel do contraditório na solução dos desafios colocados, transformando-os em situação de aprendizagem para o diretor, para toda a comunidade escolar e para o próprio Ministério Público, que, no debate, repensa sua atuação e se torna parceiro no que fala sobre a transparência necessária no campo de formação educacional.

Registro que o que ocorreu ao longo do ano de 2016, se repetiu entre os anos de 2017 e 2018, mesclando aspectos administrativos e educacionais, me consolidando como outra pessoa e outro educador, pois esse período ressignificou minha formação em sentido amplo, alargando o meu leque de entendimento sobre a educação e sobre o ato de educar, o que carrego comigo até hoje.

No ano de 2017, dei continuidade à efetivação das propostas realizadas quando do pleito para a eleição para Diretor da ESEBA UFU, sendo o Presidente dos dois Conselhos da unidade: O Conselho de Coordenadores, onde participavam todos os Coordenadores das diferentes áreas da unidade, um órgão consultivo com reuniões mensais e o Conselho Pedagógico e Administrativo, já no novo formato, com onze encontros e participação de representantes de docentes, técnicos, famílias e estudantes.

Também no ano de 2017, recebi moção de aplauso na Câmara de Vereadores da Prefeitura Municipal de Uberlândia, juntamente com demais colegas da escola, no reconhecimento da ESEBA UFU no cenário local como lugar de adequada formação de cidadãos.

Tive projeto aprovado na Pró-Reitoria de Graduação e orientei dois estudantes que fizeram todo o levantamento das Atas dos Conselhos da Unidade, entre os anos de 2007 e 2017, organizando um compilado sobre elas, bem como o acervo bibliográfico da direção da escola.

Ato importante no período, dando continuidade ao que ocorreu no ano de 2016, foi minha participação no Conselho Diretor da UFU (CONDIR UFU) e no Conselho Universitário (CONSUN UFU), acompanhando a análise de conjuntura nacional frente às Instituições Federais de Ensino Superior, a aprovação de relatorias e as dinâmicas que ocorrem nesses lugares de debate sobre o funcionamento da universidade como um todo.

No campo das ações, no ano de 2017, como gestor da escola, participei de várias frentes e comissões, além das já citadas, relacionadas a temas diversos, como bolsa família, assistência social, Projeto Político Pedagógico, com a abertura do ano letivo realizada pelo Prof. Dr. Antônio Bosco, CONDICAp, gestão de contratos ESEBA UFU, estudo de calendários, comemoração dos 40 anos da ESEBA, parceria Brasil-Finlândia, Ministério Público, Associação de Pais e Docentes, Proerd, Revista Olhares e Trilhas e Sorteio Público<sup>80</sup>.

O ano de 2018, ancorado nas tarefas de gestão já mencionadas, foi intenso, de muito trabalho e descobertas, com o estabelecimento do protocolo de intenções entre Brasil e Finlândia tomando corpo e com o aprofundamento das relações bilaterais entre a pesquisa na educação básica e as duas universidades, com coordenadores do plano de trabalho nas duas instituições.

Com relação ao sorteio público da ESEBA UFU, que já fazia 10% de reserva de vagas para pessoas com deficiência (PCD), no caso de crianças ingressantes no 1º Período

---

<sup>80</sup> No ano de 2025 completo 10 anos de Coordenação Geral da Comissão de Sorteio Público do CAP UFU.

da Educação Infantil, com quatro anos de idade, desde o ano de 2013<sup>81</sup>, tentamos implementar cotas para Perfil Socioeconômico (PSE), para crianças cujas famílias vivessem com renda *per capita* de até 1,5 salário-minino e para crianças Pretas, Pardas e Indígenas (PPI). Nesso ano, apesar do pedido de análise para a Procuradoria, da intenção da gestão e do empenho da Comissão sobre Questões Étnico-Raciais da unidade, não obtivemos êxito na tarefa, o que somente ocorreria no futuro, como abordaremos a seguir.

Outras duas Comissões cujo trabalho merece ser citado no ano de 2018 foram as Comissões do Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade e da atualização do Regimento Interno da unidade, que datava da década de 1980. Com relação ao PPP, conseguimos retomar o trabalho de sistematização do acumulado de trabalho na construção da proposta, iniciado em 2007. Já com relação ao Regimento Interno da unidade, que trazia restrições não mais condizentes com o presente, o mesmo esforço foi feito e o Prof. Me. Leandro Rezende, hoje aposentado, aproveitou acúmulo anterior e conseguiu retomar a tarefa em uma comissão.

Agreço às conquistas ter ido ao Rio de Janeiro participar da Premiação Professores do Brasil, onde nossa docente, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Muniz concorria ao 11º Prêmio Professores do Brasil na Categoria Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos), com o Projeto Diário de Ideias: linhas e experiências. Para nossa grata surpresa, e pela excelência do trabalho de doutoramento da docente, seguido de sua aplicação em sala de aula no trabalho com crianças em processo de alfabetização, tendo, em uma colcha de retalhos, o lugar que dava assento para as pessoas e também para a alfabetização, Luciana foi premiada, seguindo em missão para o Canadá, onde foi condecorada com a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Educativo – Grau de Cavaleiro da Ordem, pela Presidência da República.

Elogiando e enaltecendo o trabalho da Professora Luciana Muniz, aproveito para enaltecer tantos docentes e técnicos da ESEBA UFU, que tanto fizeram e fazem por nossa unidade. Se dedicando a ela, são representantes do importante papel da educação na sociedade, não como simples forma de educar, mas como resistência, para além do

---

<sup>81</sup> Sentença proferida na Ação Civil Pública no 3157-96.2013.4.01.3803, de 30/09/2013.

aparente, indo na profundezia necessária de mostrar que a educação realizada em um Colégio de Aplicação deve questionar a atual pressão de uma educação bancária, alienante e que mantém o *status quo* de uma minoria que prima por desqualificar o trabalho do educador; projeto claro, que vê na educação desqualificada uma alternativa para manter privilégios gozados por uma minoria.

Também participei de duas premiações da Olimpíada Brasileira de Matemática, OBMEP, quando dois alunos da ESEBA ganharam a medalha de ouro, nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, momento de reconhecimento da seriedade do projeto pedagógico institucional.

Além do atendimento aos estudantes, às famílias, aos docentes, aos técnicos, à Administração Superior da UFU e às demandas externas ao trabalho da unidade escolar, aponto os principais temas com os quais lidei nesse ano: PPP, conclusão das obras de acessibilidade, ADUFU, Associação de Pais e Docentes, Biblioteca da unidade, escrita de artigo para a Revista Nova Escola, Banco de Professor de Equivalência Carreira EBTT, avaliação de progressões e promoções docentes, proposta de mudança da unidade para o novo *Campus Glória* da UFU, Conselhos Superiores da UFU – CONDIR e CONSUN, Presidência do Conselho Pedagógico e Administrativo (CPA), avaliações institucionais, estágios curriculares e do Projeto Incluir, proposta de constituição do Grêmio Estudantil, Ideb, merenda escolar, pareceres para revistas Olhares e Trilhas e Revista da Pós-Graduação da Faculdade de Educação, sorteio público e mesa redonda na UFTM. Ressalto que, para o resgate da memória de toda vivência na ESEBA UFU, utilizei meus arquivos, organizados por ano.

Minha opção, no fechamento do tempo dedicado à gestão da escola, é de somente fazer destaque para o que ocorreu de diferente no ano letivo de 2019, nosso último ano de gestão, para além de tudo que foi citado.

Vale um parêntese, pois a vida profissional não se descola da vida pessoal. No dia 26 de abril de 2019 me casei com o amor da minha vida, Rafael Ferreira Mortoza, homem que conseguiu durante quatro anos suportar noites intermináveis de trabalho, incessantes viagens em missões profissionais e o cansaço. Sem você do meu lado, nada disso teria sido possível.

Voltando ao trabalho, nesse ano realizamos a 1ª Mostra de Iniciação Científica da Educação Básica, que ocorreu no dia 24 de agosto de 2019, que publicizou produções de iniciação científica realizadas pelos estudantes da educação básica. Nesse ano, fomos premiados como forma de reconhecimento do trabalho e o livro Educação Básica: ensino, pesquisa e políticas públicas, organizado pelos docentes André Luis Bertelli Duarte e Clarice Carolina Ortiz Camargo, foi publicado.

No mesmo ano, participei da mesa redonda Políticas Públicas na educação e ensino de geografia na contemporaneidade, parte da XXII Semana Acadêmica em Geografia – A pluralidade do conhecimento geográfico no âmbito das políticas públicas, realizado pelo Diretório Acadêmico em Geografia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Julgo essa inserção ser uma das minhas características, de nunca abandonar o olhar geográfico como forma de melhor ler e compreender o mundo, para assim falar para professores em formação do seu papel na edificação de uma outra sociedade, mais plural, crítica, acolhedora e baseada na análise científica do espaço geográfico.

Esse foi o ano de encerramento na gestão, e me permito considerar três ações para encerrar essa parte da escrita desse memorial: a) a publicação do Projeto Político Pedagógico (PPP), b) a publicação do Adendo ao Regimento Interno do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia e c) a inclusão das cotas PSE e PPI no edital de sorteio público 2019 para alunos ingressantes no ano letivo de 2020, como a concretização de uma proposta de escola que acolhe a todos e a cada um.

Como já dito, muitas pessoas trabalharam, desde o ano de 2007, na árdua tarefa de ler uma escola, construir uma proposta para ela e concretizar a construção de metas e ações a curto, médio e longo prazo. Todo esse trabalho culminou na publicação do Projeto Político Pedagógico do CAp UFU<sup>82</sup>, no dia 28 de Outubro de 2019.

Já o Adendo ao Regimento Interno<sup>83</sup>, após muitas reuniões da comissão e muitos Conselhos Extraordinários nos anos de 2018 e 2019, foi publicado em 31 de Outubro. Vale

---

<sup>82</sup><sup>82</sup> <https://eseba.ufu.br/legislacoes/projeto-politico-pedagogico-ppp>

<sup>83</sup> <https://eseba.ufu.br/legislacoes/regimento-interno-eseba>

ressaltar que o Adendo ao Regimento da unidade relembra a mudança ocorrida no Conselho da unidade no dia 24 de outubro de 2019, que aprovou a alteração da denominação Escola de Educação Básica ESEBA para Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (CAp UFU), ação que deveria ser encaminhada para aprovação nas instâncias superiores da UFU, mas que até então não se concretizou. Isso explica, em certa medida, o uso das duas denominações ao longo da escrita.

Essas duas ações, em certa medida, fecharam positivamente a proposta da Gestão (A)Braços Abertos, fortes, que no coletivo e no equilíbrio, metaforicamente representado por uma bicicleta, conseguiram trazer para o território escolar os vetores da atualidade.

Por fim, fecho o tópico com a proposição em edital para a inclusão de reserva de vagas para estudantes PSE e PPI no edital geral de sorteio do ano de 2019, momento em que a escola já contava com uma Comissão para as questões raciais que muito produzia e debatia sobre o tema, grupo que já construía possibilidades junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros.

No ano de 2019, a Comissão Administrativa de Sorteio CAp UFU submeteu pedido de análise, conforme ritos já estabelecidos, apontando novamente a intenção de implementação de cotas PSE e PPI no sorteio, para além das cotas PCD já existentes. Em parecer exarado pela Procuradoria, tal ação foi negada sob a alegação de não haver amparo legal para essa implementação na educação básica federal. Imediata devolutiva à Comissão para as questões raciais, foi criteriosa na leitura e averiguou que a Procuradoria tinha utilizado como exemplo a falta de legislação para a implementação de cotas na Pós-Graduação, tendo sido saída para o desafio sua aprovação no Conselho de Pesquisa, CONPEP.

A partir da sagacidade da Comissão, em dois meses a gestão, alinhada com a Administração Superior da UFU, com relatoria da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Maria Mora Longhini e auxílio da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Geovana Ferreira Melo, submeteu e aprovou a implementação de cotas afirmativas PSE e PPI no Conselho Diretor (CONDIR UFU) e no Conselho Universitário (CONSUN UFU), efetivando vagas PSE e PPI na educação básica da UFU.

Sensação de dever cumprido, como gestor que fui, encerro o relato desse período, lembrando que a realidade é muito maior que esse relato.

O retorno para os estudantes me permitiu novamente a possibilidade de, no chão da função – a sala de aula, voltar a dialogar mais sobre a geografia do que sobre a administração, sendo que uma frente de atuação não inviabiliza a outra, nem pode ser julgado como superior ou inferior. É que a Universidade Pública Federal nos convida a navegarmos entre o ensino, pesquisa, extensão, gestão e representatividade, e minha trajetória dialogou e dialoga com possibilidades.

## **7.2. O RETORNO PARA A SALA DE AULA.**

No ano de 2020, retornei para a sala de aula e iniciei o ano ministrando conteúdo para as três turmas do 9º ano da escola. No retorno tudo corria como o previsto, contudo, a chegada da COVID-19 mudou todo o cenário mundial e o contato com os estudantes, por mim tão esperado, foi brutalmente interrompido.

Iniciamos uma nova forma de relação com a sala de aula e de organização de unidades didáticas que conseguisse minimamente garantir, nesse novo cenário, a continuidade do trabalho de formação dos estudantes via tecnologia e câmeras que, por parte dos aprendizes, sempre estavam desligadas.

Foi nesse cenário, que mesclava a desconexão com a parte pedagógica-administrativa da escola, e da reconexão com o chão da sala de aula que o trabalho transcorreu. Fiz a opção de manter certo distanciamento da parte da gestão da escola, dando espaço para que a nova equipe se inteirasse de todo complexo processo de relações que se estabeleciam.

O ano de 2020 foi desafiador para mim e para o restante do mundo, pois tivemos que conviver com o isolamento, com a morte e com a irresponsabilidade da gestão da crise mundial de saúde por parte do governo federal, que tratava a falta de capacidade respiratória e da agonia das pessoas com descaso. Quem deveria cuidar das pessoas pela estrutura da saúde pública e dos recursos optou pelo descaso com vidas, ato que provocou mais de 600.000 óbitos somente no Brasil.

Nessa nova forma de lidar com a sala de aula virtual e a proposta de Ensino Remoto Emergencial (ERE), implementamos o modelo de trabalho remoto, minha casa virou local de trabalho, meu escritório sala de aula virtual e lugar para desenvolver trabalhos.

Fizemos o sorteio público de vagas para o ano letivo de 2021, que teve mais de 1.220 inscritos, oferecendo 50% das vagas para Ampla Concorrência e as demais com reserva para Pessoa com Deficiência (PCD), Pessoa Perfil Socioeconômico (PSE) e Pretos, Pardos e Indígenas (PPI), uma conquista para a sociedade e fruto do trabalho da Comissão para as Questões Étnico-Raciais da escola.

Um parêntese, um desabafo e talvez uma reparação. Em duas circunstâncias de apresentação e qualificação sobre a implementação de cotas afirmativas na escola, a gestão (A)Braços Fortes, que as implementou ,foi chamada de covarde. A primeira, em 2020, em uma apresentação da metodologia de implementação das cotas para um grupo de um outro CAp brasileiro. Essa referência foi novamente utilizada em um momento de grupo em uma reunião sindical ocorrida em Belo Horizonte, no ano de 2024, momento em que não mais me silenciei, chamei a pessoa que tinha essa leitura para o debate e busquei entender o porquê daquela construção de fala que me violentava e incomodava tanto.

Coloquei a discordância em qualificar a ação como covarde e relembrei as dificuldades em implementar o que é novo, mesmo se tratando de políticas afirmativas, considerando o excesso de legalidade, o medo interno existente, que também existia na mantenedora da unidade. Nesse sentido, argumentei que o tempo para o debate e a construção das possibilidades deve superar as adjetivações inadequadas. Estar gestor, visto que as IFES somente realizam concursos para Docentes e Técnicos em Assuntos Educacionais, não é tarefa fácil e poucas pessoas se dispõem a estar nesse lugar, de formação pessoal, profissional e política incalculável. Naquele momento, a devolutiva do questionamento era de que a intenção era valorizar a gestão 2016/2019 como propositora da correta tomada de decisão conjunta sobre a implementação das cotas, reparando, em certa medida, a fala depreciativa.

Junto ao Centro de Educação à Distância da UFU, fomos capacitados para lidarmos com os sistemas *Mconf*, *Microsoft Teams* e *Moodle*, que possibilitavam reuniões remotas e disponibilização de material didático para estudos remotos.

Em julho de 2020, publiquei artigo no Jornal Diário de Ideias, dizendo como esse programa foi e é importante para a unidade escolar e para os estudantes que têm a oportunidade de vivenciá-lo. Naquele momento, considerei que o Programa Diálogo de Idéias “representa o que há de mais complexo quando pensamos em educação na atualidade”, pois ele agrega a infância em uma escola dentro de uma Universidade Federal a amplo e complexo processo educativo, possibilitando a quem por ele é atravessado - famílias, estudantes, docentes, técnicos, colaboradores e estagiários, uma formação educacional crítica e transformadora de um presente, e um porvir, mais humano e acolhedor.

Nesse ano, participei de duas bancas de mestrado, uma de qualificação e outra de defesa. Na qualificação, a candidata analisava o ensino de geografia em plataformas virtuais, analisando o IBGEduca e, na banca de mestrado, o tema foi a territorialização da violência escolar, com um olhar geográfico sobre a Região Administrativa do Paranoá, no Distrito Federal.

Também participei da *live* Educação pública de qualidade: caminhos para percorrer em tempos de redes, promovida pelo CAp da UFRJ, em 14 de Maio. Naquele momento, dialoguei com docentes das áreas de Ciências e Biologia (CAp UFRJ), da Rede Estadual do RJ e do CEAT. O debate promovido versou sobre a educação pública de qualidade, a existência e os desafios vividos pelos 17 CAp brasileiros àquela época, com destaque para suas diferenças e os desafios colocados pelo acesso e pela permanência do alunado, considerando os atuais caminhos e desafios para os CAp naquele momento pandêmico, para além dos cortes orçamentários e recolhimentos históricos de códigos de vagas de docentes e técnicos ocorridos.

Atuei como parecerista das Revistas Olhares e Trilhas e Caminhos da Geografia (IG UFU), nas Comissões de Sorteio Público de vagas para o ano letivo de 2021 e nas Comissões de homologação e recurso de candidatos(as) PCD, PPI e PSE.

Além dessa frente, também fui membro integrante do Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Ministério da Educação, representando o CONDICAp, na transição para a nova Diretoria que se constituía.

Em 2021, em função da continuidade do isolamento provocado pela pandemia de COVID-19, continuei ministrando aulas para os estudantes do 9º ano da escola. Trabalhando em casa, com incontáveis reuniões de formação, alinhamento e decisões sobre como garantir o contato entre docentes e estudantes, elaborei atividades de Ensino Remoto Emergencial (ERE) para o ano, que transcorreu de maneira adequada, no que o momento permitia.

Com relação ao tema Biossegurança, tivemos representatividade da escola na Comissão maior na UFU, com o objetivo de encontrar caminhos, materiais e imateriais, que garantissem que nossos alunos(as) tivessem contato com as propostas de ensino. Continuamos com os encontros semanais sistemáticos, a escola disponibilizou formas de contato com as aulas virtuais e para aqueles em maior dificuldade de acesso, possibilitamos o uso de computadores. O esforço da comunidade para que o atravessar da pandemia fosse o menos penoso possível foi imenso e precisa ser valorizado. Nesse mesmo sentido, discutimos a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados no interior da UFU.

Além da questão supracitada, o coletivo da escola discutiu a situação da gestão, com destaque para a impossibilidade legal de garantirmos que os dois assessores pudessem ter dispensa de aulas. As funções desenvolvidas pelas duas assessorias, em função das características do trabalho de atendimento de toda comunidade escolar, a todo tempo e hora, coloca muitos desafios para quem ocupa esse lugar, assim como resistências em se disponibilizar para o cargo. Vale ressaltar que, em nosso CAp, nem o(a) Diretor(a) tem dispensa de aulas e, até aquele momento, usávamos a justificativa do Diretor do *Campus Educação Física* para garantirmos que o(a) Diretor(a) se dedicasse totalmente às tarefas relacionadas ao cargo. Vale destacar que essa justificativa para o Diretor tem sido questionada e que o coletivo da escola, em parceria com a gestão, faz a administração dos códigos de vagas disponíveis, ou contam com a parceria das áreas específicas de conhecimento, para possibilitar que assessores fiquem sem aulas ou com carga horária mínima. Gerir democraticamente uma escola com quase 800 estudantes, cerca de 100 docentes e 50 técnicos, sem contar os prestadores de serviço, é tarefa árdua e exige dedicação total de quem ocupa os cargos, exigindo maior dedicação da administração

superior da UFU, para além dos esforços já apreendidos pelo coletivo docente, no sentido de atender a esse pedido.

Também fui membro da Comissão PPP CAp UFU, da Comissão de Sorteio Público, na condição de Coordenador Geral e na Revista Olhares e Trilhas, da Comissão eleitoral de representantes de famílias e discentes, da Comissão Organizadora do 1º Seminário de Integração ESEBA-Comunidade, participando da mesa redonda sobre aprendizagens significativas em tempos de pandemia, falando sobre o PPP em movimento na unidade, no dia 17/04/2021, da Coordenação da Área de Geografia e membro do Conselho Pedagógico e Administrativo da unidade, além dos momentos de atendimento às famílias previstos em calendário, dentre outras frentes de atuação. Com relação à pesquisa, me vinculei ao Grupo de Pesquisa Formação docente, saberes e práticas do ensino de História e Geografia, da linha de pesquisa Saberes e Práticas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFU (FACED).

Em 07/05/2021, a convite da Comissão do Projeto Político e Pedagógico da escola, Comissão PPP, participei de roda de conversa sobre o tema, organizada em três atos: 1) PPP: Bicho de 7 cabeças? Pra que serve? Como se faz , 2) Constituição do PPP da ESEBA UFU: relatos de experiências e 3) Articulação de experiências dos CAp: desafios e possibilidades. Foi um momento enriquecedor e desafiador de trocas, como tudo o que acontece nos Cap. Vale lembrar que o ano de 2021 marcou a aposentadoria de dois colegas docentes na Área de Geografia, que foi recomposta, trazendo duas novas docentes como possibilidade de agregar ao trabalho e repensar, ato constante, nosso fazer educativo. Até a conclusão do concurso público para a contratação dos docentes efetivos, administramos o trabalho em parceria com docente substituta pedagoga contratada para a Área, em uma nova forma de lidar com as substituições.

Em 17/05, participei como membro na abertura do evento Maio da Diversidade, promovida pela Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE) e pela Diretoria de Inclusão, Promoção e Assistência Social (DIRES) da UFU, quando fiz um esforço de entender como estava a questão da diversidade no interior da UFU, com afunilamento no que aconteceu na educação básica. Minha apresentação, intitulada “o preconceito afasta e

o respeito une”, analisou a Resolução CONSUN UFU 10/2019<sup>84</sup>, questionou como ocorre a diversidade e a inclusão na educação básica da UFU a partir do regimento do CAp<sup>85</sup>, observou como o tema aparece no PPP da escola<sup>86</sup> e, por fim, como a gestão 2016-2019 lidou com o tema<sup>87</sup>.

Vale destacar Calvino (1990), que fechava o *folder* para a gestão, ao considerar que “a cidade (escola) não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”. Nas rugosidades das cidades ou nas das paredes da escola, nossa proposta era, tendo em uma bicicleta o símbolo, incluir a todos e a cada um, tendo na escuta atenta a possibilidade de interseccionar carências e possibilidades através da ação do território escolar. Se fere a existência de qualquer um, seríamos (seremos) resistência.

Já em setembro, fiz parte da Roda de Conversa Professores de Geografia do Ensino Fundamental 2: desafios atuais, promovida pelo Grupo de Pesquisa em Ensino de Geografia na Perspectiva do Ser Humano Integral (GOEGPSHI), do Laboratório de Geografia e Educação Popular (LAGEPOP) e do Instituto de Geografia (IG UFU), momento em que discuti como, quando, para quem e em que tempo se colocam os desafios sobre ensinar geografia na contemporaneidade.

---

<sup>84</sup> Palavras destacadas: igualdade, acesso, permanência, tolerância, todo e qualquer ser humano, família homoafetiva, casamento, nome social e interação social.

<sup>85</sup> Palavras destacadas no Regimento do CAp UFU: perspectiva democrática, prática educativa com qualidade e socialmente referenciada, educação inclusiva, apresentação segura dos sujeitos, coletivo e respeito à diversidade.

<sup>86</sup> Função social da escola, inovações pedagógicas e formação docente, respeito às diferenças e diversidade, construção de convivência saudável, foram palavras destacadas no PPP do CAp.

<sup>87</sup> No Plano para a gestão proposto, destacamos o nome para a gestão – (A)Braços Abertos: fortes, de todos, de todas e de todos, espaços de formação, sujeitos comprometidos com o coletivo, aprendizagem, subjetividade e desenvolvimento humano, momentos coletivos, diferentes e iguais na construção e na participação, respeito à diversidade de proposições e argumentose política de inclusão.

Como continuidade do trabalho no Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competências (CPRSC), conseguimos aprovar e publicar o regulamento para o funcionamento do Conselho para a Carreira EBTT no Ministério da Educação (Portaria nº 282, 11/05/2021), momento em que nos desligamos da referida Comissão por não fazermos mais parte do CONDICAp, participei de bancas de progressão na Área de Geografia.

Nesse ano, fui membro da banca de mestrado, concluindo as contribuições feitas na qualificação ocorrida em 2020, com o tema Os recursos educacionais digitais e o ensino de geografia: análise do portal IBGEeduca para crianças, mais um momento crucial na contribuição da formação de docentes da educação básica, um dos pilares de existência dos Colégios de Aplicação brasileiros. Participei de entrevistas com alunas do curso de Pedagogia da UFU, fiz um estudo sobre os Conselhos do CAp entre os anos de 2016 e 2019, auxiliei no concurso para docente efetivo na Área de Geografia, iniciado em 2020 em concluído em 2021 e fui membro do Grupo de Trabalho sobre a carreira do Magistério Federal (GT Carreira ADUFU / ANDES SN) .

O ano de 2022 nos colocou, aos poucos, de volta à convivência presencial na escola. Assustados, com medo, enfrentando a morte em massa de brasileiras e brasileiros em função da irresponsabilidade por parte de um governo que caçoava da falta de ar para pessoas infectadas pela COVID 19, enfrentamos o (re)encontro, em uma sociedade que já não era mais a mesma, com sujeitos que possuíam enormes lacunas de formação social, educacional e interacional, e com uma dor imensa, por terem chorado a perda de seus entes queridos sem mesmo poder cumprir os rituais funerários, como acontece em nossa cultura. Com medo, mas vacinado, voltei para o lugar de onde nunca quis ter-me distanciado, para a sala de aula, para o convívio com os meus colegas e com os estudantes e suas famílias. Assustado, mas feliz por ter sobrevivido a tempos tão difíceis, desafiadores e dolorosos.

No ano de 2022, ministrei aulas para as três turmas dos 9<sup>º</sup>s anos da escola, enquanto no ano de 2023 fui professor do 6<sup>º</sup> ano B e das três turmas dos 8<sup>º</sup>s anos e, em 2024, trabalhei com o 4<sup>º</sup> ano A e as três turmas de 8<sup>º</sup>s anos.

Em 2022, além das aulas, ofereci estágio em docência para estudantes da graduação, continuei minha participação no Grupo de Pesquisa Formação docente, saberes e práticas do ensino de História e Geografia, da linha de pesquisa Saberes e Práticas, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFU (FACED), mais uma vez coordenei a Comissão de Sorteio Público CAp UFU, o que se estende até o presente momento, atuei nas Comissões de Recurso para cotas PSE, PCD e PPI, coordenei mais uma vez o Laboratório de Geografia e participei das reuniões já previstas em calendário pedagógico e administrativo, conforme registro do Plano de Trabalho Docente (PTD) aprovado em Conselho.

Nesse ano tivemos aprovado o projeto de pesquisa Laboratório de Ensino de Geografia (LAPEG): acervo geográfico, atividades didáticas e formação de professores, que contou com uma estagiária no desenvolvimento das atividades (Edital PBG PROGRAD UFU 07/2022), que auxiliou na organização do cotidiano do LAPEG e no suporte para as aulas desenvolvidas no espaço.

A área de Geografia, em parceria com o LAPEG, assumiu nesse ano o dia do Meio Ambiente como eixo estruturador e integrador do trabalho com o espaço geográfico na escola, outra ação que continua até a atualidade. O tema do ano foi Eco ESEBA: cuide hoje, desfrute o amanhã, e, como proposta de atividade, fizemos um concurso de desenhos cujo objetivo foi ampliar a discussão sobre o tema meio ambiente a partir do espaço geográfico, realizando discussões, debates e construção de desenhos com nossos estudantes, que deveriam propor soluções para melhorar nossas ações na escola e nossa existência na face do planeta Terra. Como temas problematizadores, trabalhamos os 50 anos da Convenção de Estocolmo e os 30 anos da Conferência Eco-92 ou Rio-92. A partir da produção de desenhos por estudantes dos 2º, 3º e 4º ciclos da escola<sup>88</sup>, do 4º ao 9º ano, fizemos um concurso com a eleição das melhores produções.

Além do concurso de desenhos, no dia 04/06/2022, em um sábado letivo, realizamos nossa mesa redonda e a premiação do concurso de desenhos. Nessa data, o Prof. Dr.

---

<sup>88</sup> 0 1º Ciclo (1º e 2º períodos, 1 ao 3º ano do Ensino Fundamental foram convidados e não aderiram à proposta.

Kleber Del Claro, do Instituto de Biologia da UFU, falou sobre as mudanças climáticas no anthropoceno (a era do homem): o caminhando para a extinção em massa, a Profª Drª Maria Beatriz Junqueira Bernardes, do Instituto de Geografia (IG UFU), debateu os 30 anos da Eco-92 e o conceito de desenvolvimento sustentável e Gustavo Bernardino Malacco da Silva, Presidente da ONG Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ), discutiu as questões ambientais na escala local: desafios e possibilidades. Atuei como mediador na mesa, fazendo as provocações sobre o tema, amplo e necessário, no sentido do enfrentamento crítico que o atual sistema linear de produção, consumo e descarte de mercadoria impõe aos recursos naturais planetários. Registro a importância da atividade, assumida pela área de Geografia, na formação pautada no conhecimento científico para nossa comunidade escolar.

No mesmo vetor de formação crítica, fiz com os estudantes de 8º ano uma exposição sobre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), atuei em bancas de estágio probatório e progressões na Área de Geografia, fui membro do exame de suficiência do Curso de Graduação em Pedagogia da UFU, realizado pela Faculdade de Educação, no exame do componente curricular Metodologia do Ensino de História e Geografia (GPE012), fui membro de banca de qualificação em nível de doutoramento, em 04/11/2022, na Faculdade de Educação, em trabalho intitulado A criação de um espaço participativo de curadoria digital para a formação de professores de Geografia, fui membro da banca de qualificação de mestrado com o título A educação ambiental no município de Uberlândia, MG: análise das ações do Núcleo de Educação Ambiental (NEA) e do Programa Escola Cidadã (PEAC), no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação (PPGES FACED UFU), publiquei o artigo A formação de professores de geografia em ambiente digital: em foco o Observatório do Ensino de História e Geografia, no 15º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, ocorrido de forma *online* em novembro de 2022, participei da roda de conversa com os docentes do NEI, Núcleo de Educação Infantil, CAp da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 29/03/2022, com o tema Conhecendo outros contextos, construindo juntos, avaliei artigos na Revista Olhares e Trilhas, fiz uma roda de conversa com o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) sobre a proposta de implementação do ponto eletrônico para a categoria docente na unidade, em 28/03/2022, publiquei o artigo O ensino

de Geografia em tempos de hegemonia das tecnologias digitais, na Revista Ensino em revista, parte do dossiê Ensinar e aprender geografia em tempos de hiperconectividade e polarização de ideias, periódico vinculado ao PPGED/FACED UFU (Qualis A3).

Em 2023, além das aulas mencionadas, participei de bancas de progressão na unidade, orientei aluno do curso de licenciatura em geografia da UFU (IG UFU), me vinculei ao Projeto Parque Estadual do Pau Furado de Uberlândia, MG: elaboração de guia didático para visitação e práticas de ensino de Geografia para a educação básica, sob orientação da Profª Drª Amanda Regina Gonçalves (IG UFU), participei das reuniões pedagógicas e administrativas da escola, realizei plantões e atendimento às famílias, estudantes e profissionais que transitaram pela escola, apoiando o processo educacional dos estudantes.

Outra importante ação ocorrida no ano de 2023 foi minha vinculação ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/35255>), da linha de pesquisa saberes e Práticas Educativas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFU. O objetivo do GEPAE é identificar os limites e possibilidades para a construção de práticas de avaliação formativa em escolas públicas, inseridas em contextos de exclusão social.

No dia 17 de abril de 2023, fui membro da banca de defesa de dissertação de mestrado profissional, com o título A educação geográfica para surdos sob a perspectiva da TIC Qr Code no material didático TEGB, do Programa de Pós-Graduação em Geografia do IG UFU.

2024, por sua vez, trouxe, além do trabalho com estudantes do 4º ano, desafiador, acolhedor, afetivo e que consolida a escolarização de crianças, entrando na adolescência e na ampliação da capacidade de abstração, a participação da mesa redonda ocorrida por ocasião do Cinemat, atividade proposta pela área de Matemática que, no ano, apresentou, para posterior debate, o filme O menino que descobriu o vento. No dia 18/05 vinculei o relato ocorrido na película com a espacialização de Malawi pelo mapa, suas características e o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH 2011/2022), com o objetivo de entender a atual crise de Malawi, de África(s) e do mundo, tendo como pano de fundo para a análise

o atual meio técnico-científico-informacional (Milton Santos), a análise do quadro Criança Morta, de Portinari (1944) e o Livro Vidas Secas, de Graciliano Ramos, para fecharmos na educação como possibilidade concreta de mudanças, pois “não se aprende pela atenção ao discurso alheio, mas pela participação ativa e consciente em interações e desafios tratados no contexto real em que se vive” (Bernardete Gatti, Luís Carlos Meneses e Francisco Aparecido Cordão. In Universidade e educação básica: ensaios bosianos. SP:IEA, USP 2024. P. 52). Nesse dia, a viagem a Malawi foi acompanhada pela geografia, pela literatura, pela cartografia, pela matemática, pela história, pois tinha Professor Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira (CAp UFU) e pela física, na figura da Profª Samia Abadia Dantas, do IFTM/Uberlândia, além da pipoca e dos olhos e ouvidos atentos de estudantes, famílias, docentes e técnicos da CAp UFU.

Além disso, participei do Seminário de Integração dos Colégios de Aplicação, SICEA, em Viçosa, apresentando o trabalho Geometria da Amazônia: uma experiência interdisciplinar entre geografia e matemática na educação básica, que foi publicado, posteriormente, na Revista Ponto de Vista, Edição Especial nº 1, com o título Uma experiência interdisciplinar entre Geografia e Matemática na Educação Básica (<https://doi.org/10.47328/rpv.v14i1%20Ed.%20Especial.21369>), revista Qualis A1.

Em 2025, ministro aulas para três turmas de 7<sup>os</sup> anos, coordeno o Laboratório de Pesquisa e Ensino em Geografia, coordeno a Comissão de Sorteio para o ano letivo de 2026, represento a área de Geografia na Comissão do Projeto Político Pedagógico da escola e, para ela, propus que adotássemos a metodologia de trabalho com construção de propostas, trabalhos em grupos mistos e plenária final, para o tema carga horária: isonomia e aproximação. Sou membro das Comissões de recurso PPP, PSE e PCD, faço parte da Diretoria Colegiada da ADUFU, tendo sido eleito para mais dois anos na representação do CAp na Sessão Sindical e represento a ADUFU e o CAp na Comissão CPDiversa, que trata das questões de diversidade no interior da UFU, além de outras atividades, como participação em bancas de memorial e de avaliação de colegas para promoção e progressão.

Sem mais me estender, encerro a escrita do memorial, deixando claro que nele caberiam mais considerações e apontamentos da minha vida profissional, que se mescla com a pessoal.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escrita desse memorial, a partir do resgate das memórias afetivas de um professor, foi momento especial e de resgate de camadas pelas quais uma pessoa passa ao longo de sua vida.

O início propiciou retomar a infância, a adolescência e o início da fase adulta, em uma pequena rua do interior mineiro, em uma cidade que já se mostrava em crescimento.

A passagem pela escolarização nos níveis Fundamental e Médio, por sua vez, foi o momento de deixar as coisas acontecerem e tentar se agarrar à possibilidade concreta de uma vida futura com mais significado. Nesse momento, o contato com o território escolar se mostrou frutífero e os Professores e Professoras, com seus ensinamentos e pelo viés da ciência como possibilidade de análise, conseguiram jogar semente em solo fértil.

A entrada na Universidade Pública Federal, por sua vez, consolidou a possibilidade do crescimento. O contato com as aulas, o, estágios e participações em diversas atividades, foi agregando valor ao meu ser em formação, que chegou até a Pós-Graduação, em uma formação toda ocorrida em escolas públicas.

Como desdobramento da trajetória, a sala de aula como lugar de trabalho se apresentou. Junto dela as intersecções entre conteúdos, pessoas, estudantes, gestores e políticas públicas se descortinou como pano de fundo para a concretização de minha formação e vida.

Paralelo a isso, fui sendo professor em formação, em escolas públicas e privadas, vivências que se acomodaram em mim e me constituem hoje como professor da educação básica.

A escrita foi longa, exigiu dedicação mas foi confortável e permitiu olhar para lembranças e com elas ficar feliz, mesmo com as mais duras.

Ser, atualmente, docente da universidade pública federal, lotado em um colégio de aplicação, é uma responsabilidade e um privilégio.

Finalizo agradecendo à vida, a Deus e a minha ancestralidade, à minha família, ao meu esposo, aos lugares por onde passei como professor e, principalmente, a todos e todas estudantes que passaram por mim na condição de aprendizes e que tanto me ensinaram na caminhada.

Gratidão.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, José Ricardo de, SUGUIO, Kenitiro. Turismo sustentável na planície costeira de Cananéia-Iguape e Ilha Comprida (SP). **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 4, n. 7, p. 143-158, jan./jul. de 2010.
- Amarante, Wania. **Quarto de costura**. São Paulo: FTD, 2013.
- ARANTES, Otília. “Uma estratégia fatal”. In ARANTES, O; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**. 3. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 11-74.
- ARARIPE, Carlos Alberto, FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes, DEUS, Adilson Souza de. Zoneamento de APA. Preocupação com a capacidade de suporte ou garantia da ação antrópica Capitalista? O caso de Ilha Comprida, litoral sul de São Paulo. In: IV Encontro Nacional da Anppas, 2008, Brasília. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT8-643-474-20080430014911.pdf>>. Acesso em 24 out. 2012.
- ARAUJO, Cristina Pereira de. **Terra à vista!** O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. 2011, 411 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BAUER, Rafael Chequer. **Evolução e diagnóstico da oferta turística de Bertioga**. ECA, USP, 2001. Trabalho de conclusão de curso.
- BERTERO, José Flávio. Uma crítica à sociologia rural de José de Souza Martins. **Revista Lutas Sociais**, Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais, São Paulo, vol. 17/18, p. 99- 113, dez. 2006 / jun. 2007.
- BERTIOGA, Prefeitura Municipal de. **Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentado**. Lei 315/98, 1998.
- BERTONCELLO, Rodolfo. “Las prácticas turísticas y sus implicancias sócio espaciales”. In CORIOLANO, Luzia Neide M.T. (org). **Turismo com ética**: volume 1. Fortaleza: Editora Funece, UECE, 1998, pp. 57-75.

BRAGA, Roberto. Raízes da questão regional no estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **Revista Geografia**, Rio Claro, vol. 24 (3), p. 43-68, dezembro 1999.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Déficit habitacional no Brasil 2008**. Brasília: Ministério das Cidades, 2011.

Caldeira (2000, p. 9) CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34, Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CAMOLEZ, Aparecida A. Cristina. **Uso da terra nos arredores da Represa Billings e Bertioga**: o sensoriamento remoto na avaliação da expansão urbana em áreas de mata atlântica e de proteção de mananciais. São Paulo: FFLCH, Departamento de Geografia, 2005. Dissertação (mestrado).

CAMPOS Jr, Carlos Teixeira de. Considerações Históricas Sobre a Rede Urbana do Espírito Santo. **II SEPES - Seminário de Extensão e Pesquisa do Espírito Santo**, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. "Novas" contradições do espaço. In DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odette Carvalho de L. **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo, Editora Contexto, 1999, págs. 62-74.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Histórias da Ilha**: temporalidade e apropriação do espaço na Ilha Comprida. 1999. 158 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

CAUS JR., Celio. **Breve estudo sobre a situação fundiária e registrária da Comarca de Iguape** – SP. Iguape, 2010. Disponível em: [http://cartorioiguape.com.br/arquivos/2011/09/ESTUDO\\_SITUACAO\\_FUNDIARIA.pdf](http://cartorioiguape.com.br/arquivos/2011/09/ESTUDO_SITUACAO_FUNDIARIA.pdf). Acesso em: 07 out. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**, volume I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2<sup>a</sup> edição, 1999.

CHESNAIS, Francois. **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã, 1996.

CORBIN, Alain. **O território do vazio**. São Paulo, Cia. das Letras. 1989.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Geografias do turismo**: de lugares a pseudolugares. São Paulo: Roca. 2007.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo**. In YÁZIGI, Eduardo (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p. 107-119.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica na metrópole de São Paulo a partir de fundamentos da Geografia Urbana**. Revista da ANPEGE, v. 5, p. 39-53, 2009.Diegues (2007, p. 35)

DUARTE, Altair. **Políticas públicas e meio ambiente**: o gerenciamento costeiro de São Paulo. 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. 2001.Durâes 2011 doutorado

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo**: o mito da cidade-global. Doutorado. 2003. 336. f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.FIX, 2007, p. 15 Doutorado

FIERZ, Marisa de Souto M. e ROSA, Flávio Samarco. **A paisagem x evolução do uso e ocupação do solo em Bertioga**, litoral paulista. In Revista do Departamento de Geografia, nº 13, São Paulo, 1999. P. 259-287.

FRATUCCI, Aguinaldo César. A formação e o ordenamento territorial do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir da década de 1970. In: BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Mauricio e BANDIN, Luciana (org). **Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p.81-109.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, Conflitos e Negociações na Metrópole. São Paulo, Edusp, 2006.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileiro**. 2008, 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p. ISBN 85-286-1061-6.

HALL, Colin Michael e MÜLLER, Dieter k. **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common ground. Clevedon: Channel View Publications, 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HIERNAUX-NICOLAS, Daniel. "Elementos para um análisis sociogeográfico del turismo". In RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo : Editora Hucitec, 2001. pp. 39-54.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Guia do Censo 2010 para jornalistas**. Brasília, 2010. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Guia\\_do\\_censo2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/pdf/Guia_do_censo2010.pdf). Acesso em: 07 out. 2012.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001, pp. 62-74.

KNAFOU, Remy. **L'invention du lieu touristique**: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. In Revue de Géographie Alpine. N. 4, p. 11-19, 1991.

LLAUGER, Miguel A. e SOCIAS, Maria. **Las necesidades de infraestructura y equipamiento y la utilización temporal de la segunda residencia**. Coloquio internacional: Palma de Mallorca, 4-7 junio 1990. p. 225-233.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Urbanização turística**: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In LIMA, Luiz Cruz (org). Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico. Vol. 2. Fortaleza: UECE, 1998. p. 15-29.

MACHADO, Marcelo de Barros Tomé. **Cartões-postais**: a produção do espaço turístico do Rio de Janeiro na modernidade. Revista geo-paisagem (on line), Vol. 1, número 1, 2002 . Janeiro/junho de 2002. Disponível em <<http://www.feth.ggf.br/Cart%C3%B5es-Postais.htm>> Acesso em 02 ago. 2012.

MAGALHÃES, Nícia Wendel de. **Descubra o Lagamar**: pólo de ecoturismo Vale do Ribeira – Lagamar. São Paulo: Terragraph, 2003

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**. 3<sup>a</sup> edição. Petrópolis: Vozes. 2002. p. 121-192.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MORAES, Antônio Carlos R. (de). **Contribuição para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, São Paulo: 2007.MORAES, 2007 doutorado

MOREIRA, André de Castro C. e SALES, Renato José Rivaben de. Reservas extrativistas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia - Domínio Mata Atlântica. **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa** – nº 22. NUPAUB-USP - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/remapdf.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

MÜLLER, Geraldo. **Estado, estrutura agrária e população.** Petrópolis: Vozes, 1980.NASCIMENTO Jr et al., 2008, p. 34 doutorado

OLIVEIRA, Marcus Vinicius Furtado da Silva. **Em um rabo de foguete:** trauma e cultura política em Ferreira Gullar. Jundiaí: Paco Editorial, 2023.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Produzindo o espaço do ócio. In DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odette Carvalho de L. **O espaço no final do século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 190-198.

OLIVEIRA, Vivian Gladys de. **Educação ambiental e manejo de recursos naturais em área de proteção ambiental:** o caso de extratores de samambaias de Ilha Comprida – São Paulo. 2002. 117 f. Mestrado (Dissertação). Universidade de São Paulo / Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Piracicaba, 2002.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Produzindo o espaço do ócio. In DAMIANI, Amélia L., CARLOS, Ana Fani A. e SEABRA, Odette Carvalho de L. **O espaço no final do século:** a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 190-198.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA,**Pesquisa de Fluxo de Veículos e Público:** carnaval. 2011.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Na procura do lugar o encontro da identidade** - um estudo do Processo de Ocupação de Terras: Osasco. 1988. 333 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROMÃO, Devancyr A. (org.). **Vale do Ribeira:** um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006.

ROYER, Luciana de Oliveira. **Financeirização da política habitacional:** limites e perspectivas. 2009, 194 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SABINO, André Luiz. Urbanização e turismo em Bertioga (São Paulo – Brasil): o caso do loteamento Indaiá. In 12º Encuentro de geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. 12º Encuentro de geógrafos de América Latina, 2009. **Anais eletrônicos.** Disponível em <[http://egal2009.easyplanners.info/area08/8163\\_Luiz\\_Sabino\\_Andre.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area08/8163_Luiz_Sabino_Andre.pdf)>. Acesso em 25 fev. 2011.

SABINO, André Luiz. Doutorado Urbanização e turismo em Bertioga – o caso da Praia de Indaiá. São Paulo: USP. 2007. 131 f. Mestrado (Dissertação em Geografia Humana). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

Sánchez, Juan Eugeny. Espacio, economía y sociedad. Madrid: Ed. Siglo XXI de España, 1991.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. 2ª edição. Santos: Caudex, 1986.

SANTOS, Milton. **Da territorialidade ao lugar**. São Paulo: Edusp. [1979] 2005.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 4ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2004.

SANTOS, Milton. **El espacio banal, uma epistemología de la existencia**. Discurso de investidura Doutor Honoris Causa. Universidade de Barcelona, 1996.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do meio ambiente. **Macrozoneamento do Litoral Norte**: plano de gerenciamento costeiro. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1996.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. In: DÉAK, Csaba, SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 73-110.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Território do uso: cotidiano e modo de vida. In: **CIDADES**: Revista Científica Grupo de Estudos Urbanos, v.1, n.1, 2004. Presidente Prudente: UNESP, 2004, p. 181-206.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 71-86.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **A Muralha que cerca o mar**: uma modalidade de uso do solo urbano. 1979. Mestrado (Dissertação em Geografia Humana). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1979.

SEBRAE/ES. **Diagnóstico Sócio Econômico de Piúma - ES**. Proder. Programa de emprego e renda. Vitória, 1996

SILVA, Armando Corrêa da. O litoral norte do Estado de São Paulo: formação de uma região periférica. São Paulo: USP, FFLCH, Departamento de Geografia, 1975. Tese (Doutorado).

SILVA, Marcio Rufino. **Cidade Tiradentes**: território e urbanização crítica em um complexo habitacional da metrópole de São Paulo, Brasil. In: Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 2009, Montevideo, Uruguay. EGAL 2009 - 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina. Montevideo, Uruguay, 2009.

SILVEIRA, Maria Laura. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999.

SIQUEIRA, Maria Elisa de S. Amaral. **A proposta e a prática da questão ambiental**: uma análise da coerência em relação ao turismo em Bertioga. 2002. Mestrado (Dissertação em Geografia Humana). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002

STADEN, Hans. **Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

TODESCO, Carolina. Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.**

In DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli Ramos (orgs). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. P. 167-243

WILDERODE, Daniel Julien Van. **Cidade à venda:** interpretações do processo imobiliário.

São Paulo. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo / FAU. São Paulo, 2000.